

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**Maria Claudia Lara da Costa**

**SURDOS NO PLURAL:**  
**Uma etnografia de sociabilidades e experiências**  
**de surdos na cidade de Curitiba**

**CURITIBA**

**2010**

**MARIA CLAUDIA LARA DA COSTA**

**SURDOS NO PLURAL:  
Uma etnografia de sociabilidades e experiências  
de surdos na cidade de Curitiba**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sandra Jacqueline Stoll

**CURITIBA**

**2010**

Catálogo na publicação  
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Costa, Maria Cláudia Lara

Surdos no plural : uma etnografia de sociabilidades e experiências de surdos na cidade de Curitiba / Maria Cláudia Lara Costa. – Curitiba, 2010.

140 f.

Orientadora: Profª. Drª. Sandra Jacqueline Stoll  
Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Surdos – Sociabilidade - Curitiba. 2. Surdos – Interação social. 3. Surdos – Cidadania. 4. Surdos – Identidade. I. Título.

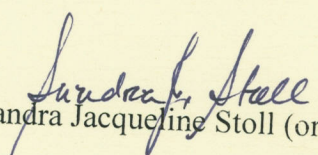
CDD 305.908162


**68ª ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA  
DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO,  
APRESENTADA PELA ALUNA MARIA CLÁUDIA LARA DA  
COSTA EM SESSÃO PÚBLICA**

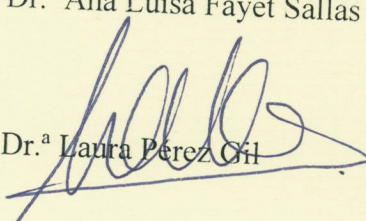
Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, às 14 horas, na sala 613 do Edifício D. Pedro I, reuniu-se a banca examinadora, designada pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, composta pelos seguintes Professores Doutores: Sandra Jacqueline Stoll (orientadora), Ana Luisa Fayet Sallas (DECISO-UFPR) e Laura Pérez Gil (UFPR), para julgamento da Dissertação intitulada "*Surdos no plural: uma etnografia de sociabilidades e experiências de surdos na cidade de Curitiba*", de Maria Cláudia Lara da Costa. Foi aberta a sessão pela presidente, professora Sandra Jacqueline Stoll, apresentando ao público os demais membros, passando a palavra em seguida à mestranda, conferindo-lhe trinta minutos para exposição de seu trabalho. Concluída a exposição, passou-se à arguição. Os avaliadores fizeram suas observações e críticas no prazo de trinta minutos, na seguinte ordem: Ana Luisa Sallas e Laura Gil, tendo a mestranda igual tempo para resposta. Ao final, a presidente suspendeu a sessão para que fosse decidido o julgamento. A banca decidiu pela aprovação da mestranda, com conceito A.

**Recomendações da banca:**

**Banca examinadora:**

  
Dr.<sup>a</sup> Sandra Jacqueline Stoll (orientadora)

  
Dr.<sup>a</sup> Ana Luisa Fayet Sallas

  
Dr.<sup>a</sup> Laura Pérez Gil

 **edico este trabalho**

Ao meu amado, Edison de Azevedo Filho.  
Por seu apoio *incondicional*, por tanto tempo desde o início deste projeto (mais que acadêmico, pessoal).  
A ele que já trocou de “título” por três vezes desde então (namorado, noivo, esposo) – sem nunca mudar o mais importante: sua *essência* de *amor* e companheirismo.  
Edison, você *inspira* minha trajetória.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à professora Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sandra Jacqueline Stoll, por todo apoio e esforço em lapidar minhas ideias, a cada orientação, leitura e correção que me serviram como luzeiro na definição dos caminhos a serem trilhados nesta pesquisa. Sua intervenção tornou este trabalho possível.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFPR) pela oportunidade em retomar meus estudos no ano de 2008, dando-me uma nova chance de concluir meu projeto de Mestrado nesta área apaixonante que é a Antropologia.

Agradeço aos professores doutores Paulo Renato Guérios e Laura Pérez Gil pelas ricas críticas e contribuições agregadas a este trabalho por ocasião da Banca de Qualificação realizada em agosto de 2010. Assim como à professora doutora Ana Luisa Fayet Sallas, por seu olhar preciso e avaliação na defesa final desta dissertação.

Registro também minha gratidão a Marco Antônio Arriens, pela oportunidade e inspiração primeira para desvendar o universo dos surdos, e por todo apoio, mesmo de longe, ao longo de anos de aprendizado.

Agradeço ainda aos dirigentes do Ministério de Surdos da Primeira Igreja Batista de Curitiba, pela receptividade e abertura, fundamentais para que os primeiros contatos desta investigação pudessem ser iniciados.

Finalmente, um especial agradecimento a todos os surdos e intérpretes que, de alguma forma, me permitiram adentrar suas vidas, compartilhando não só suas histórias, mas principalmente me oferecendo uma amizade sincera e um conhecimento imensurável de suas experiências. Neste quesito, meu muito obrigado à Alessandra (surda), Elisângela (surda), Mirian (intérprete), Mônica (professora de Libras), Thais (futura intérprete), Thaise (colega do curso de Libras), Ityara (intérprete) – as “meninas das LIBRAS” – que sempre muito pacientes, me “alfabetizaram” para esta difícil jornada ao mundo dos surdos.

*“A matéria do silêncio existe, por vezes insiste,  
e sempre espera o momento de se dizer, com pertinência,  
a plenitude do sentido em que pode ser escutada”.*  
(Tito Cardoso e Cunha)

## RESUMO

Entendendo os usos do corpo e seus recursos expressivos sob a ótica antropológica, esta dissertação se debruça sobre o fenômeno da surdez. Pontuando os momentos e representações associados à categoria *surdo*, procuro discutir como a construção política de uma cidadania específica para este grupo na atualidade, cujos atores transitam em contextos redundantes, influenciaram na elaboração do que denomino *surdidade* – uma espécie de identidade coletiva e positiva, específica da surdez – que, ao contrário do que muitos pensam, não é compartilhada por todos que possuem como traço físico a não-audição. Longe de mapear um esteriótipo de *surdo*, o objetivo deste trabalho é relatar experiências vividas em Curitiba por atores sociais surdos, utilizando a ideia de circuitos e trajetos como instrumento metodológico, para pensar modos de vida de certos segmentos desse “mundo surdo”, tão diverso da sociedade ouvinte que o cerca. Neste percurso, as fissuras e desacertos vividos pelos surdos pesquisados são relatados e discutidos a fim de pensarmos como a situação de *liminaridade* em uma sociedade ouvinte afeta e transforma a aceitação e defesa de sua *surdidade*, possibilitando a compreensão das múltiplas formas de experimentar a surdez e dos graus de inserção e participação na sociedade.

Palavras-chave: surdos, sociabilidade, *surdidade*, liminaridade, antropologia urbana, Curitiba.



## ABSTRACT

*Understanding the uses of the body and its expressive resources in the anthropological viewpoint, this paper focuses on the phenomenon of deafness. Punctuating social attitudes associated with the deaf category, it tries to discuss how an specific political construction of citizenship to this group nowadays, influenced the development of a kind of collective deaf identity – which, contrary to what many think, is not shared by all people who have a hearing desability. Far from describe a deaf stereotype, the goal is to show deaf experiences in Curitiba, using ideas of “circuits” and “paths” (MAGNANI, 1997) in this analysis, to outline ways of life of certain “deaf world” segments - so different from hearing society around it. In this way, the cracks and failures experienced by deaf respondents are reported and discussed in order to think how the situation of liminality in a society affects and transforms the acceptance and defense of his deaf identity. It will help us to understand various deafness experience degrees of integration and participation in society.*

*Key-words: deaf, sociability, liminality, urban anthropology, Curitiba.*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Sinal M + Sorriso, representando a pesquisadora, Maria Cláudia.....	18
Figura 2. Matéria do Jornal Última Hora de 1952 /São Paulo – o esteriótipo .....	43
Figura 3. Matéria de Jornal de 1958/Rio de Janeiro – O surdo pode ser “normal” .....	47
Figura 4. O surdo como deficiente auditivo, ajustável pela Comunicação Total.....	52
Figura 5. Imperial Instituto de Surdos-Mudos (ARAUJO,1982).....	62
Figura 6. Instituto Nacional de Surdos. Foto: Osmar Carioca. 2009.....	62
Figura 7. Símbolo Internacional da Surdez, reconhecido pela Lei Nº8.160/1991.....	70
Figura 8. Colégio Erasmo Piloto. Curitiba-PR.....	102
Figura 9. Demarcação espacial para a prática da Língua de Sinais.....	103
Figura 10. Aluna ouvinte conversando em Libras com aluno surdo.....	104
Figura 11. Vencedores da Gincana do “Acampasurdo”.....	110
Figura 12. Churrasco do grupo de surdos da Assembleia de Deus.....	111
Figura 13. Grupo de surdos jogando futebol.....	111
Figura 14. Passeio do grupo de amigas surdas e intérpretes no Shopping Palladium.....	115
Figura 15. Grupo fotografando no Shopping Palladium, representando sinal.....	116
Figura 16. Uma das amigas fingindo paquerar um protótipo do ator Bruno Gagliasso na porta de uma loja de confecções .....	116
Figura 17. Mapa traçando a proximidade dos pontos do circuito.....	118

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AASI – Aparelho de Amplificação Sonora Individual
- Adhonep – Associação dos Homens de Negócios do Evangelho Pleno
- APAS – Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Curitiba
- ASL – *American Sign Language*
- CBDS – Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos
- CEAD – Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- Facinter – Faculdades Internacionais de Curitiba
- Feneida – Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo
- Feneis – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IC – Implante Coclear
- INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
- Libras – Língua Brasileira de Sinais
- LS – Línguas de Sinais
- L1 – Língua-mãe, primeira língua.
- L2 – Língua secundária, segunda língua de uma pessoa bilingue.
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- PcD – Pessoa com Deficiência
- PIB – Primeira Igreja Batista de Curitiba
- SEPAL - Serviço de Evangelização para América Latina
- UEPA – Universidade do Estado do Pará
- UFPA – Universidade Federal do Pará
- UFPR – Universidade Federal do Paraná
- USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO DE VÍDEOS (CD)

Vídeo 1 - O louvor “batidão” dos surdos .....	05
Vídeo 2 - Culto dos surdos com tradutor ouvinte.....	12
Vídeo 3 - Culto dos surdos sem tradutor.....	13
Vídeo 4 - O espaço dos surdos nos cultos de domingo.....	14
Vídeo 5 - Surda fazendo um louvor espontâneo (“batidão”).....	107
Vídeo 6 - Palestra em empresa automotiva de São José dos Pinhais.....	124

## SUMÁRIO

Agradecimentos .....	ii
Resumo .....	iv
<i>Abstract</i> .....	v
Lista de Figuras.....	vi
Lista de Abreviaturas e Siglas .....	vii
Sumário de Vídeos (CD).....	viii
O despertar de um olhar (ouvir) antropológico .....	01
Introdução .....	04
Metodologia e Perspectivas da Pesquisa .....	09
<b>CAPÍTULO I - OUVIR E NÃO OUVIR EM ANTROPOLOGIA .....</b>	<b>24</b>
1.1 A Relevância Social do Ouvir .....	25
1.2 Silenciar; Não Ouvir .....	28
1.3 Experienciando um Corpo que Fala .....	32
<b>CAPÍTULO II - OUVIR x “FALAR”: TEORIAS E EXPERIÊNCIAS EM TORNO DO FENÔMENO DA SURDEZ.....</b>	<b>37</b>
2.1 Concepções Corretivas da Surdez .....	37
2.2 O Oralismo – Um Método Educacional.....	39
2.3 Reconhecendo o “Inadequado”.....	51
2.4 Bilinguismo - a “libertação” dos sujeitos surdos .....	55
<b>CAPÍTULO III - O SUJEITO SURDO: POLÍTICA, CULTURA E IDENTIDADE.....</b>	<b>61</b>
3.1 Histórias Locais da Articulação da Surdez no Paraná .....	65
3.2 Lideranças num micro-ambiente em Curitiba .....	69
3.3 Lei e Articulação de uma Cidadania Surda no Brasil .....	70

<b>CAPÍTULO IV- SER SURDO .....</b>	<b>74</b>
4.1 Identidade Surda? .....	75
4.2 Experiências Surdas em Família .....	80
4.3 O Manejo de Códigos e a Igualdade.....	88
<b>CAPÍTULO V - UM CIRCUITO DE SURDOS NA CIDADE .....</b>	<b>95</b>
5.1 Escolas e Associações .....	99
5.2 Os Surdos na Igreja .....	105
5.3 O Lazer .....	112
5.4 Surdos no Mercado de Trabalho em Curitiba.....	120
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>127</b>
<b>REFERÊNCIAS. ....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>138</b>
Anexo I – CD Vídeos Etnográficos .....	138
Anexo II - Ata de Extinção da FENEIDA e fundação da Feneis.....	139
Anexo III - Folder de Material Lúdico desenvolvido por Marco Antônio Arriens em parceria com a Indústria de brinquedos Xalingo.....	140

## O DESPERTAR DE UM OLHAR (OUVIR) ANTROPOLÓGICO

Várias pessoas perguntaram-me nos últimos anos porque resolvi fazer minha pesquisa com surdos. Nascida ouvinte, de pais ouvintes, e com todos os demais laços sociais “perfeitamente” ouvintes, estranhamente tinha a questão auditiva como provocação. Não por pena dos que não ouvem, ou por curiosidade, mas porque, opostamente, sentia na audição um jugo terrível. Desenvolvi uma hipersensibilidade auditiva (diagnosticada medicamente em abril de 2001) que desde criança tornava certos estímulos auditivos altamente irritantes aos meus tímpanos – que não eram notados por ninguém mais ao meu redor. Por vezes ridicularizada pelos incômodos sonoros, e em meio a ataques de ira, lembro-me de diversas vezes, ainda criança, sonhar em como seria bom ter nascido surda.

Obviamente, não fazia ideia (como ainda não faço completamente) do que seria esta existência surda, mas aquele estímulo (ou desestímulo) movia-me aos primeiros (elementares e infantis) pensamentos sobre a realidade de um surdo. Dizia em minha ignorância pueril: *“um surdo não deve sentir falta do que não usa, do que não conhece. Deve ser feliz mesmo surdo”*. Achava que era o suficiente para não ter pena, e em certa medida invejar os “deficientes auditivos”<sup>1</sup>.

Anos mais tarde, uma “moda” propagada pela mídia (em especial por um programa matutino veiculado pela Rede Globo de Televisão, a TV XUXA) ao final da década de 80 ensinava às crianças telespectadoras a “língua dos surdos” com o “alfabeto de sinais”. A moda se espalhou em panfletos e aparatos gráficos que mal e parcamente traziam à minha geração uma nova informação: há surdos na nossa sociedade! E eles se comunicam! A “febre” se alastrou por escolas, ruas, condomínios e festinhas infantis: milhares de crianças ouvintes testavam sua destreza manual e comunicativa naquele espetáculo de “soletragem” no ar. *“Caramba! – pensava eu – ser surdo não seria mal, mas me expressar levaria uma eternidade letra a letra!”*

Ao menos oito anos mais tarde, já adolescente, tive a primeira experiência de realmente conhecer um surdo. Integrei-me à Igreja Presbiteriana Independente de Londrina, e ali, em meio a cultos movidos a muita música jovem e ao som de baterias e guitarras, havia um rapaz surdo, muito bonito, que era bastante popular. A instituição iniciava esforços de ensinar as coreografias das letras das músicas a todos os membros usando gestos e sinalizações. A princípio, a descoberta era quase óbvia, e um alívio: não se tratava de soletrar.

---

<sup>1</sup> Se bem que minha hipersensibilidade me torna em certa medida uma deficiente auditiva.

A igreja ensinava sinais que “resumiam” palavras-chave das músicas e preleções: Rei, céu, Deus, leão, libertar, amor, perdão, salvação, etc. A cada domingo, era um sem número de novos aprendizados ao meu dicionário de sinais. Aquilo me encantava – e espantava, na medida em que ia reconhecendo minha completa falta de coordenação motora para executar tantos movimentos com as mãos (em especial com a esquerda, por ser destra).

Admirava-me não só com os novos aprendizados, mas com o porquê daquilo tudo. Não havia muitos surdos na igreja (só me lembro daquele rapaz, de família ouvinte), e ainda assim, todos pareciam profundamente motivados e empenhados em realizar o coro de mãos dançantes a cada música tocada. Eu tentava observar em tempo real como aquilo tudo chegava ao tal rapaz. Lembro-me de certa ocasião, num acampamento de jovens em uma chácara retirada da cidade, ter visto o rapaz surdo no refeitório. Ele não interagia muito com ninguém, mas observava, ria e se relacionava com alguns. Aproveitei para comentar com outras amigas sobre sua presença, perguntando se alguém sabia da história dele. Mais que prontamente, o rapaz, comendo calmamente, a uns pares de metros de distância, parou o que fazia e fixou o olhar em nós. Uma das meninas disse: “*ele é surdo, mas mesmo sem ouvir, parece que sabe quando falamos dele*”. Senti calafrios.

Alguns meses depois, por razões familiares acabei optando por não mais participar da igreja, e minha experiência surda cessava por ali.

Na soma dessas fragmentadas experiências aporéticas, o derradeiro golpe ao meu etnocentrismo (ou ouvintismo, como se diz no meio surdo) deu-se mais de uma década depois, já em 2003. Profissional formada em Comunicação Social, e atuante no mercado desde o ingresso na faculdade em 1998, sempre me gabei de minha perspicácia e capacidade comunicativa, refletidas em excelentes trabalhos do ramo. Naquele ano, atuando em uma agência de publicidade em Curitiba cheguei a um cliente de perfil bastante peculiar, para elaborar material apoio e de divulgação de um evento (folders, banners, cartazes, crachás, etc). Era um grupo de ação social com surdos, vinculado a uma grande igreja situada no bairro Juvevê, em Curitiba, que realizaria um congresso internacional. Após a reunião de *briefing* com o cliente (o pastor principal que encabeçava o projeto) para compreender os objetivos do evento, iniciava-se o processo criativo na Agência: como traduzir em imagens gráficas, um bom *layout*, uma identidade visual, cores, etc, aquilo que o evento gostaria de expressar. O tema “*Tirarei seu coração de pedra e lhes darei um coração de carne*” (retirado da Bíblia, do livro de Ezequiel, capítulo 36, versículos 22 a 32) se transformou em imagens épicas de grande impacto, cuidadosamente avaliadas em seu sentido icônico e semiótico para “nossa sociedade”. Duas propostas finalizadas foram levadas ao cliente. Ao apresentar os bonecos



impressos do material, a surpresa. Ambos foram educadamente rejeitados, pois em certa medida expressavam um aspecto ofensivo de “a pedra”, o “peso” a ser removido ser o próprio surdo. Esta recusa foi uma das maiores lições sobre conhecimento de público-alvo e de polissemia que já tive em minha vida sem que, no entanto, qualquer referencia teórica, acadêmica ou profissional desse conta daquelas interpretações tão diversas, em um contexto que parecia tão próximo, mas mostrou-se tão distante. Havia algo mais, e era isso que eu precisava descobrir.

No reconhecimento da minha limitação, abriam-se novos desafios, novas possibilidades, nova escolhas: dediquei-me aos estudos de Semiótica e Antropologia para desvendar aspectos mais profundos da Comunicação (já não tão infalível) para a qual fora treinada, e foi então que encontrei meu caminho a este trabalho de pesquisa.

Diante dessas vivências, penso que resolvi pesquisar surdos quando assumi que meu referencial comunicativo não dava conta do mundo em que vivo, ou dos diversos mundos que nele convivem anonimamente. Foi quando percebi que tenho muito a aprender para efetivamente entender o que é “ouvir”.

## INTRODUÇÃO

Ir a campo pesquisar surdos poderia significar, como primeira imagem, desbravar um universo de silêncio ou, talvez, uma experiência em que os sons, transmutados em gestos, podem ser igualmente “barulhentos” aos olhos.

Num sábado de setembro de 2009 fiz uma interessante “visita” a este universo ao participar de um culto evangélico para surdos em uma grande igreja situada no bairro Batel, em Curitiba. Na chegada, deparei-me com pessoas que se cumprimentavam por meio de sinais, articulavam mãos e expressões faciais enquanto agitadamente se acomodavam nas cadeiras até iniciar a cerimônia, precisamente às 18h. Normalmente um culto evangélico é iniciado com o “louvor”, um momento musical dedicado a “cantar para Deus”. Acomodei-me na segunda fileira de cadeiras e fiquei esperando pela música, imaginando que o intérprete (ouvinte) começaria a “dançar” os sinais, como nos cultos tradicionais de domingo que eu já frequentara. Repentinamente, parte das luzes do salão foi apagada, e uma sequência de canhões coloridos de luz surgiu – rebatendo flashes vermelhos, azuis, verdes e amarelos nas paredes do altar, por trás do púlpito. Antes mesmo de assimilar aquela informação visual inédita, tomei outro susto: uma estranha e forte melodia de “batidão”<sup>2</sup>, em uma altura quase estonteante, invadiu o ambiente. Rapidamente o ministro que estava à frente da reunião convocou em sinais: *“quero voluntários aqui pra fazer o louvor!”*

Acotovelando-se e se provocando com bastante insistência, a plateia, composta por umas 30 pessoas, em alguns segundos “encaminhou” duas adolescentes e dois jovens rapazes surdos à frente, que enfileirados, começaram a se chacoalhar pra lá e pra cá, fazendo movimentos mais ou menos sincronizados entre si e com a suposta “melodia”. E assim, dançando, passaram a entoar cânticos espontâneos – em sinais. Os “cantores” inventavam a “letra” da música na hora, como trovadores. Criavam frases no ar, por meio de gestos dançantes, enquanto os demais na plateia os repetiam, imitando o autor da vez. Ao concluir sua poesia “musical”, o participante do louvor passava a responsabilidade a quem estava ao seu lado, por meio de um gesto em que parecia “lançar a algo ao outro”, no ar. O “batidão” continuou forte, ressoando no peito dos presentes, e, passados pouco mais de 2 minutos e meio dessa trova em rodízio, repentinamente uma das participantes fez os sinais de “acabou”, “amém”, encerrando o (inusitado – para mim) momento musical (Vídeo 1 – CD Anexo I).

---

<sup>2</sup> Batidão é um termo popularmente cunhado para designar a batida de música eletrônica utilizada principalmente no gênero musical Funk e Techno. Cf. MULLER, Rene. *O batidão é coisa séria*. Diário Catarinense. Nº 8717. 17 de fevereiro de 2010.



Vídeo 1. O louvor “batidão” dos surdos.<sup>3</sup>

O uso da Língua de Sinais já era esperado (por mim) neste evento. Estímulos visuais também, mas não imaginava num ambiente religioso, o uso de canhões de luzes<sup>4</sup> e, principalmente, o “batidão” musical ao estilo *Techno*<sup>5</sup>. Seja porque este último não se enquadra nos estilos musicais mais usados pelo segmento evangélico, seja porque se tratava de uma reunião de “surdos”. A primeira pergunta que surge nesse contexto remete ao título de um dos primeiros ensaios antropológicos sobre o tema da surdez: “*Vai ter música?*” – de José Guilherme Magnani (2007). E, se tem música, seria pelo hábito dos ouvintes, ou porque “vai ter surdo”?

“Ter surdo”, tem! Não só numa reunião específica como esta relatada, mas em nossa sociedade de forma geral. Segundo a Feneis – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – não há estatística oficial que seja exata quanto ao número de pessoas surdas existente no Brasil, devido à dificuldade<sup>6</sup> em estabelecer o que é “ser surdo”. Por tal razão, para estimar a população surda usa-se como base de cálculo a estatística mundial, segundo a qual para cada mil nascimentos deve haver entre 3 a 6 pessoas portadoras de deficiência auditiva severa e profunda (aproximadamente 0,1% da população), sendo 95% destes

<sup>3</sup> Os vídeos apresentados ao longo da dissertação estão arquivados no CD, anexo I da dissertação.

<sup>4</sup> Cultos evangélicos de vertente renovada atualmente usam muitos recursos profissionais de palco, como estrutura de som, para suas atividades cotidianas, mas iluminação diferenciada normalmente só é utilizada para encenação de peças teatrais ou eventos especiais como congressos, celebrações de Páscoa ou Natal.

<sup>5</sup> Música eletrônica.

<sup>6</sup> As múltiplas construções do imaginário social a respeito da surdez, em contraste com experiências diversas desta “deficiência” fazem com que os próprios surdos não se enxerguem como grupo homogêneo. Tais diversidades e conflitos serão abordados mais à frente em capítulo específico discutindo “identidades” surdas.

natissurdos filhos de pais ouvintes (NORTHERN e DOWNS, 1991). O último dado oficial no país é o Censo de 2000<sup>7</sup>, que classifica como surdo a “*pessoa incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir*”. Neste levantamento foram contabilizados 5.735.099 cidadãos surdos, auto-classificados conforme os dados relacionados a seguir:

<b>Faixa Etária</b>	
0 a 14 anos	406.588
15 a 64 anos	3.240.263
65 a 80 anos	2.088.247

<b>Sexo</b>	
Feminino	2.716.881
Masculino	3.018.218

<b>Cor / raça</b>	
Branca	3.085.440
Preta	404.951
Amarela	29.958
Parda	2.152.032
Indígena	30.907
Sem declaração	30.811

<b>TOTAL</b>	<b>5.735.099</b>
--------------	------------------

Tabela 1. Estatística de surdos no Brasil (IBGE, 2000)

Percebe-se que a maior parte dos surdos no país são jovens (acima de 15 anos) e adultos, em número ligeiramente maior do sexo masculino e pele branca ou parda. Segundo a mesma fonte, 20 mil (ou seja, 0,3%) deles residem em Curitiba-PR, o centro urbano em que esta pesquisa se concentra. Porém, os dirigentes da Feneis-PR acreditam que os números possam ser bem maiores. Isso porque há problemas de confiabilidade em relação aos critérios de classificação das auto-declarações: como especificar e classificar os sujeitos surdos<sup>8</sup>? Pela patologia da surdez? Por resíduo da audição? Pela ausência da fala? Qual a concepção que

<sup>7</sup> Fonte de dados: IBGE,2000. Estatísticas disponíveis em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/deficiencia\\_Censo2000.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/deficiencia_Censo2000.pdf)  
Acesso em 14/01/2010.

<sup>8</sup> No decorrer do trabalho os termos surdo e surdez aparecerão em duas formas diferentes. Quando iniciados com letra minúscula os temas estarão em foco a partir da noção histórica e refletida no senso comum. Quando iniciados com letras maiúscula (Surdez e Surdo) estarão em análise os discursos “nativos” que se auto-referenciam com inicial maiúscula ou destacam a construção social do sujeito Surdo do ponto de vista identitário e diacriticamente positivo. Adiante discutirei as múltiplas representações de ser surdo, identidade e cultura surda.

norteia a definição estatística? Será que os respondentes do Censo se identificam com esta condição? De acordo com Sassaki (2002:08) “*existem pessoas surdas ou com deficiência auditiva que são indiferentes quanto a serem consideradas surdas ou deficientes auditivas*”, o que para o autor, evidencia uma diversidade de preferências e níveis de auto-reconhecimento em relação ao grau da audição afetada.

A questão central a ser considerada não é, então, numérica. Trata-se de apreender experiências de natureza diversa, reunidas em torno de uma variável estatística estigmatizante. Daí a necessidade de investigar como estes indivíduos definem suas experiências pessoais e locais, passando pela problematização do que é “ser surdo”. Especialmente neste momento histórico em que uma série de políticas públicas voltadas às “deficiências” tem redimensionado as condições de cidadania<sup>9</sup> – no caso dos surdos, principalmente articuladas em torno do reconhecimento de uma língua própria, sinal diacrítico tomado politicamente como marca de sua especificidade, de sua “diferença”.

Diante de novas possibilidades de definição de identidades, o interesse deste trabalho é apresentar dados etnográficos sobre como a questão da língua organiza ou participa do estilo de vida deste grupo – historicamente caracterizado como “deficiente”, dotado de um distúrbio em sua capacidade linguística, cujo isolamento social vem sendo superado por meio da reivindicação de pertencimento a uma *cultura* diferenciada. É no contexto desse debate contemporâneo que a presente etnografia busca registrar experiência(s) de surdos em Curitiba, destacando suas práticas de sociabilidade e como estas contribuem para a produção de identidade de um segmento em particular do universo dos surdos: os jovens cristãos.

O trabalho se encontra dividido em 4 partes. Após a apresentação inicial de metodologia e recortes da pesquisa, o 1º capítulo pretende pontuar interpretações do processo auditivo e do fenômeno da surdez. Assim, primeiramente, faço uma revisão teórica de como a Antropologia encara a percepção do som e opostamente, a ausência da capacidade auditiva/oral. Com isso, abordo a relevância social dos sentidos, destacando como aqueles que são valorizados em uma sociedade condicionam capacidades perceptivas. Partindo daí, discuto o conceito de *experiência* e sua aplicação social – no caso de experiências da surdez, associada às técnicas corporais e como a apropriação do corpo permite a construção de novos discursos, identidades e sociabilidades.

No 2º capítulo, por meio da leitura de alguns poucos registros históricos sobre tratativas da surdez no ocidente, busco identificar mudanças na concepção da surdez em

---

<sup>9</sup> O caso da organização e reconhecimento político dos Surdos e da Língua Brasileira de Sinais (Libras), cujo relato histórico encontra-se em capítulo a seguir.

determinadas épocas, a fim de enfatizar seu impacto nas condições de sociabilidade dos surdos de diferentes gerações. Para tanto, apresento os projetos metodológicos conhecidos por Oralismo e Bilinguismo, dialogando com dados de campo – meus e de terceiros – apresentando experiências múltiplas de surdos educados e socializados sob estas perspectivas.

No 3º capítulo discuto a construção do sujeito surdo no Brasil, selecionando acontecimentos, figuras e entidades que marcaram a articulação da "comunidade surda" no país e buscando identificar alguns “laços” que fixaram parte desta história na cidade de Curitiba. Nessa construção o intercâmbio intenso entre os campos da educação, política e religião, tanto em instâncias governamentais como civis, cria interessantes circuitos de sociabilidade, cujo acesso e trajeto podem ser determinantes no reconhecimento da especificidade da surdez e suas "necessidades especiais".

No 4º capítulo, abordo percepções dos surdos – autores e informantes – sobre si mesmos com o intuito de compreender como as diversas representações advindas de suas experiências pessoais marcaram seus modos de ser e vivenciar a surdez. Apresento e discuto a tipologia de identidades surdas proposta por estudos educacionais clássicos da surdez para, a partir de dados de campo, analisar situações de liminaridade (TURNER, 1974) vivenciadas na relação surdo x ouvinte.

O 5º e último capítulo apresenta algumas experiências relatadas por integrantes de um grupo evangélico de surdos jovens, que nas duas últimas décadas "redescobriu" a surdez no contato com “semelhantes” nas ruas (equipamentos, circuitos e trajetos) de Curitiba – sugerindo que a socialização fora do controle familiar contribui para a construção da *surdidade* no espaço público. Traçando um *circuito* particular ao grupo pesquisado, procuro relatar seus usos e apropriações do espaço, considerando as redes de sociabilidade que se estabelecem nestes contextos.

O trabalho se encerra com pontuais considerações finais, organizando as principais reflexões obtidas no diálogo das teorias antropológicas com os dados de campo, ponderando ainda sobre possibilidades da socialização de surdos no contexto estudado.

## METODOLOGIA E PERSPECTIVAS DA PESQUISA

Nora Ellen Groce (1985) narra uma situação inédita registrada no final do século XVII nos Estados Unidos, em uma ilha a cinco milhas da costa sudeste de Massachusetts, chamada Martha's Vineyard. De 1690 até a metade do século XX, a população da ilha apresentava elevada taxa de surdez genética – enquanto a taxa de incidência de surdez na população norte-americana era de aproximadamente 1 para cada 5.700 habitantes, ali a proporção atingia em algumas regiões a incrível taxa de 1 para 4. Essa configuração durou 250 anos, razão pela qual mesmo após a morte do último ilhéu surdo em 1952 os habitantes ouvintes preservaram a língua de sinais local para uso corriqueiro. Martha's Vineyard foi considerado um exemplo de comunidade surda “forte e florescente” na qual ineditamente se consolidou a língua de sinais como língua local<sup>10</sup>.

Diversa é a realidade encontrada nesta pesquisa: a visibilidade social dos surdos é fenômeno recente na sociedade brasileira. Aqui, abordar tal tema envolve aquilo que Magnani (MAGNANI & TORRES, 2000) chama de “*tentação da aldeia*”: a busca por reproduzir, principalmente no cenário das grandes metrópoles, recortes empíricos que remetem às condições clássicas da pesquisa antropológica; a dimensão de aldeia, de pequeno grupo organizado. Erro que devemos evitar, buscando outras formas de recorte empírico. Desse modo, uma oportuna porta de entrada para esta pesquisa seria localizar seus contextos próprios de sociabilidade, conforme destaca Viveiros de Castro:

Admitamos, pois se há de começar por algum lugar, que a matéria privilegiada da antropologia seja a sociabilidade humana, isto é, o que vamos chamando de 'relações sociais'; e aceitemos a ponderação de que a 'cultura', por exemplo, não tem existência independente de sua atualização nessas relações. Resta, ponto importante, que tais relações variam no espaço e no tempo; e se a cultura não existe fora de sua expressão relacional, então a variação relacional também é variação cultural, ou, dito de outro modo, 'cultura' é o nome que a antropologia dá à variação relacional. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002:120)

Nesse sentido, optei por seguir a linha de análise de sociabilidade na cidade proposta pelo antropólogo José Guilherme Magnani (1996). O autor apresenta a noção de *circuito* como uma categoria que articula o exercício de uma prática ou a oferta de determinados

<sup>10</sup> Segundo a autora, rapidamente a língua de sinais local teria se expandido por toda ilha até que quase todos os indivíduos, surdos ou ouvintes, fossem capazes de utilizá-la. O impacto sobre as pessoas surdas, de acordo com Groce, foi imenso. Tendo em vista que a maioria da população ouvinte da ilha era bilingue – falava-se o inglês e a língua de sinais – a surdez não era vista como uma incapacidade e os surdos participavam integralmente de todos os aspectos da vida social (GROCE, 1985).

serviços por estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial; o circuito é reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais. O conceito de circuito designa um *uso* do espaço e dos equipamentos urbanos – a apropriação destes se dá através do exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos – porém de forma mais independente com relação ao espaço, expandindo-se para além do *pedaço*. O circuito tem, nesse sentido, existência objetiva e observável: pode ser identificado, descrito e localizado. Além de equipamentos físicos (lojas, clubes), eventos e celebrações, o circuito pode incluir espaços virtuais como *chats*, grupos de discussão e fóruns na internet (MAGNANI, 2005:179). Enfim, a noção de circuito permite mapear redes de relacionamento social ao mesmo tempo contemplando e não se atendo à referência espacial.

Pareceu-me apropriado pensar em um “*circuito de surdos*” em Curitiba, como ponto de partida para a abordagem do comportamento, estilo de vida e sociabilidade destes na cidade. A etnografia consistiu num primeiro momento, portanto, na observância de espaços por onde surdos desta cidade circulam, seus pontos de encontro e ocasiões de conflito e os parceiros com quem estabelecem relações e tecem experiências de cultura. Foi possível identificar contextos diversos onde grupos de surdos (nem sempre os mesmos) se encontravam rotineira e/ou esporadicamente em situações de sociabilidade formando uma complexa rede social que conecta pontos de encontro como escolas, associações, entidades religiosas, movimentos políticos e culturais, caracteristicamente frequentados por pessoas surdas e simpatizantes da causa. Circulando por estes ambientes, busquei aproximação e convivência com um grupo específico de surdos, jovens evangélicos<sup>11</sup>, de modo a compreender seus “trânsitos” preferenciais na cidade e ter acesso a suas histórias e experiências pessoais. A despeito de todas as diferenças que os caracterizavam (educacionais, econômicas, etc), os surdos participantes deste grupo foram tomados como “grupo social” a partir o traço diacrítico da surdez, tendo em vista ser este seu principal fator de aproximação, construção de identidade e modo de vida.

Deste modo, iniciei a pesquisa de campo a partir do universo religioso. O primeiro *locus* de pesquisa foi a Primeira Igreja Batista de Curitiba<sup>12</sup> (PIB), sediada em um tradicional bairro de Curitiba, considerado região nobre da cidade – o Batel. Tal igreja evangélica, fundada em 1914, registra um dos primeiros trabalhos sociais de acesso gratuito para surdos na cidade<sup>13</sup>, iniciado em 1984 com a chegada de Fausto Antônio de Siqueira, surdo, natural de

<sup>11</sup> A escolha deu-se pela facilidade em transitar por este universo religioso, devido a experiências pessoais e profissionais anteriores (já mencionadas), e por ser um ambiente privilegiado de encontro de surdos, como será demonstrado mais adiante.

<sup>12</sup> Igreja da denominação Batista Sediada à Rua Bento Viana, 1200 – Batel – Curitiba/PR.

<sup>13</sup> Na época, a Igreja estava sediada na Rua Westphalen, região mais central da cidade.



Jaguapitã-PR. À época, quem ajudava Fausto a compreender as ministrações era sua irmã Alice de Silveira e uma amiga, Eunice Solion. Esta última, antes de se formar em Libras, ajudava Fausto através de leitura labial. Desde a oficialização deste trabalho como Ministério<sup>14</sup> de Surdos da PIB no ano de 1991, diversas pessoas estiveram à frente do projeto, tendo este sofrido altos e baixos quanto ao número de participantes.

O grupo atualmente contabiliza 50 participantes, nem todos surdos, envolvidos em atividades diversas. Não há um perfil sócio-econômico rígido que lhes seja comum, mas a observação realizada me permite caracterizá-los, de modo geral, como jovens (adolescentes e jovens adultos com idades que variam entre 18 e 40 anos), de estados civis diversos, alfabetizados e com segundo grau já completo (ou em conclusão). A maioria deles passou por experiências (alguns com grande sucesso) de oralização na maior parte de sua vida, tendo mais recentemente a oportunidade de vivenciar a Libras e o bilinguismo. São em geral profissionalmente atuantes (os surdos, como operadores de fábricas ou aposentados, e os ouvintes, como profissionais da área da educação ou em ofícios comerciais<sup>15</sup>). Em sua maioria, são de classe média<sup>16</sup>.

Importa ressaltar aqui que este não é um perfil universalizável. Pelo contrário. Estatísticas apontam para o alto índice de analfabetismo, analfabetismo funcional, desemprego e baixíssimo nível de escolaridade e renda de pessoas surdas no país. Longe de explicar tais diferenças sociais, o alerta aqui serve para registrar de forma contundente que se trata de um grupo de surdos com características bastante peculiares, não sendo possível tomá-los como “porta vozes dos surdos brasileiros” em geral – pois tendo sua realidade e visão de mundo particular, acabam lidando com demandas que lhes são correspondentes e não generalizáveis.

---

<sup>14</sup> Ministério é um termo utilizado amplamente por igrejas evangélicas para se referir ao trabalho pastoral, não de um indivíduo (pastor) apenas, mas uma entidade religiosa institucionalizada de atendimento a grupos específicos dentro da igreja (Ministério de Jovens, Ministério de Casais, Ministério de Surdos). Segundo Rubens Paes, o termo foi retirado e adaptado do Novo Testamento (de origem grega *huperetes* ou *diakonia*), remetendo à ideia de serviço para um grupo. A palavra grega designa aquele que rema, o membro da tripulação de um navio, sendo aplicada para referir-se a qualquer serviçal. O autor cita que o termo é exemplificado na Bíblia para designar um oficial de justiça em Mt 5:25; os serventuários em Mt 26:58; um assistente na sinagoga em Lc 4:20, um servo auxiliar em At 13:5; os guardas em Jo 7:32, sempre com a ideia de serviço a uma causa. De acordo com Paes (1998) está ligado ainda à assistência social, e por essas razões, apropriado pela tradição protestante para designar grupos eclesiais de atendimento à comunidade. Mais detalhes em PAES, Rubens. *O Significado de Ministério no Novo Testamento*. Jornal Aleluia. Ed 222. Julho de 1998. Sobre Ministérios de Surdos, ver ASSIS SILVA e TEIXEIRA, 2008.

<sup>15</sup> Ofícios comerciais que consideram transitórios enquanto se aperfeiçoam para atuar na área da educação e interpretação de Libras.

<sup>16</sup> Por se tratar de um conceito pouco rigoroso e que encerra múltiplas ambiguidades, restrinjo sua aplicação neste contexto para delinear o perfil econômico apontado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV): grupos que possuem renda advinda do trabalho dentro de uma média nacional, apresentando forte mobilidade social e perspectivas de ascensão futura. A renda domiciliar considerada compreende recebimentos entre R\$ 1.064,00 e R\$ 4.561,00 mensais. Cf. NERI, M.C. A nova classe média. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2008.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Ministério da igreja evangélica em questão, constam encontros abertos ao público (para surdos e ouvintes) para práticas desportivas, aulas de Libras<sup>17</sup>, cultos religiosos, encontros de oração e discipulado em Libras, além de festas/eventos esporádicos – todas atualmente<sup>18</sup> coordenadas por um pastor (ouvinte, fluente em língua de sinais), Pr. Adoniran Mello, com o apoio de sua esposa Carla e outros membros da igreja que atuam como voluntários. As características do grupo contribuíam para facilitar minha inserção em algumas destas atividades, dado o fato de já haver ouvintes envolvidos, e por eu me encaixar na faixa etária dos participantes. A aproximação inicial ocorreu em 2008 por meio da participação nas reuniões, que se caracterizam por dois formatos distintos. Aos sábados (às 18h) há um culto especial para surdos, em um salão menor da Igreja. Toda a liturgia é conduzida em Libras – seja o preletor surdo ou ouvinte, esta é a condição inicial para ministrar aos surdos. Apenas em caso de haver visitantes ouvintes que se identificam como tal, convoca-se um intérprete de Libras para traduzir ao microfone o que é dito em Língua de Sinais, como se pode verificar no vídeo 2 (Anexo I):



Vídeo 2. Culto dos surdos com tradutor ouvinte - Junho 2009.

Quando há presença de ouvintes no culto, ou a visita de ouvintes “estranhos” ao grupo, recorre-se ao tradutor. Essa figura, contudo, é dispensada da liturgia caso haja somente surdos, ou alguns poucos ouvintes com (suposto) domínio da língua de sinais, como ocorreu num

<sup>17</sup> O Dicionário de Libras (CAPOVILLA & RAPHAEL, 2001) adotou a norma do Português, segundo a qual se uma sigla for pronunciável como uma palavra (ex: Fapesp, Feneis) ela deve ser escrita com apenas a inicial maiúscula; e quando não pronunciável como tal, como uma série de letras (ex: CNPq, BNDES) escritas em maiúsculas. Por isso, Libras e Feneis, que serão diversas vezes mencionadas neste trabalho, são escritas apenas com as iniciais maiúsculas. Informações disponíveis em CAPOVILLA, F. C., & RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo, SP: Edusp, 2001.

<sup>18</sup> Há 5 anos, o Pr. Adoniran Melo foi convidado pelo pastor presidente da PIB para vir de Belém do Pará, onde residia na época, para Curitiba, a fim de assumir o grupo que encontrava-se há alguns meses sem líder.

culto de março de 2010, quando os ouvintes presentes eram somente eu e o Pr. Adoniram, que conduzia a reunião em Libras. O vídeo 3 retrata o momento da cerimônia em que o Pastor (ouvinte) convidou os participantes a irem à frente para contar seus testemunhos, seus pedidos de oração atendidos e/ou fazer pedidos de oração específicos para o grupo:



Vídeo 3. Culto dos surdos sem tradutor – Março de 2010.

No contexto do culto de sábado é notável o privilégio ao uso da Libras, especialmente pelo fato de, extraordinariamente, ser um dos poucos momentos em que os surdos são maioria na instituição. Aqui, a “gentileza” da tradução permite uma inversão de papéis de controle/poder e sujeição – dado que em todas as atividades da igreja o surdo fica marginalizado a menos que haja um intérprete ouvinte disposto a servi-lo. Esta reunião especial de surdos se torna o momento em que “a igreja é surda” e os marginalizados, aqueles que necessitam de ajuda, são os ouvintes.

No outro extremo desta configuração, está a celebração maior da igreja, o culto de domingo. Pela manhã (10h30) e à noite (19h), são realizados os cultos dominicais, no templo principal (que acomoda até 5 mil membros), onde uma área particular das arquibancadas fica reservada aos surdos. São aproximadamente oito fileiras com 10 cadeiras, dispostas mais à frente do púlpito, mas voltadas para um pequeno tablado vermelho onde fica o intérprete de Libras – que transmite em sinais a preleção religiosa. No vídeo 4 é possível se ter uma ideia da disposição em que ficam os quase 50 surdos em meio a um grupo de até 5.000 membros:



Vídeo 4. O espaço dos surdos nos cultos de domingo – Dezembro de 2009.

Tal distribuição espacial em certa medida exclui os surdos porque reserva, segrega, evidencia que não são iguais – mas ao mesmo tempo fortalece – porque une semelhantes, resguardando-lhes direito em área privilegiada da plateia, próxima ao pastor e ao telão de projeção, onde boa parte do conteúdo filmado no culto é transmitido com legenda em português.

Num primeiro momento da pesquisa, participei das atividades ofertadas ao grupo como frequentadora ouvinte interessada, sem me identificar como pesquisadora. Embora estivesse em minha própria sociedade, num contexto urbano e religioso que me é familiar, minha experiência de inserção em campo não se deu livre de conflitos ou dificuldades. Logo vivenciei um aspecto crítico descrito em etnografias “clássicas”: o não domínio da “língua nativa”. O principal recurso utilizado pelos “clássicos” para superar essa dificuldade consistia no uso de informantes bilíngues. Ainda que parte dos dados fosse colhida por observação, o significado das práticas e símbolos eram discutidos tais informantes privilegiados. Meu universo de pesquisa me colocou diante de problema similar: a necessidade de aprender a língua, e também em certa medida a dependência de “intérpretes” nas situações frequentes em que meu vocabulário se mostrava restrito. Contudo, a própria realidade desses intérpretes “bilíngues” não os coloca em autêntica posição de nativos e, portanto, nem tanto “privilegiados” para clarear minhas interpretações das práticas dos surdos.

O desafio estava inicialmente em superar minhas condições limitadas de comunicação para ter acesso ao mundo dos pesquisados, os surdos. Ainda que a “cultura” na qual os pesquisados estão inseridos seja a mesma que a minha, o que significa que a alteridade está

“em minha própria casa” (o que poderia sugerir uma relação de “alteridade próxima”, de familiaridade), o modo de comunicação preferencial dos surdos – a língua de sinais – cria um afastamento, uma experiência de “alteridade radical” como classifica Mariza Peirano: *o fato é que existem implicações políticas e ideológicas nessa localização. Para o objetivo deste ensaio, uma delas indica não ser o exotismo a principal motivação para pesquisa, mas a diferença (social, cultural, cosmológica) entre 'eles' e 'nós'*. (PEIRANO, 1999:08). Se inicialmente fui movida por uma alteridade radical, na prática de pesquisa era necessário desenvolver “contato com a alteridade” para fazer a etnografia “com surdos”, e não “de surdos”. O deslocamento entre graus de alteridade nos permite problematizar a discussão sobre o exótico/familiar/conhecido, categorias que sugerem que a familiaridade, assim como a distância cultural podem ser vivenciadas tanto perto, quanto distante “de casa”. Velho (1978) afirma que em um ambiente urbano, o exótico é, até certo ponto, familiar, mas ao mesmo tempo, permanece distante porque as categorias que o organizam podem estereotipar nossas formas de enxergar o “outro”. Para superar estes dilemas, o princípio recomendado pelo autor é não esquecer que “conhecer” depende da interação direta com o grupo pesquisado, a fim de apreendê-lo a partir de sua própria leitura de mundo.

Assim, pouco depois dos primeiros contatos nos cultos, decidi frequentar o curso de Libras, ofertado em três módulos, com duração de três meses cada. Os cursos são abertos à comunidade mediante o pagamento de uma taxa simbólica de R\$ 70,00 (setenta reais) para cada o módulo. Os cursos, ministrados por professores ouvintes e surdos (voluntários do Ministério), permitiram-me iniciar contatos mais diretos e pessoais com surdos do grupo, tanto em classe como após as aulas, especialmente nos cultos e atividades extra-classe – como a “Tarde de Sorvete” ou a “Tarde da Pizza” – onde se faz uma tarde de venda de alimentos com o objetivo de confraternizar e arrecadar fundos para a realização de projetos com o grupo. Foi nesse contexto, ao ingressar nas aulas de Libras, que me identifiquei como pesquisadora – fato este que não se mostrou muito relevante para os surdos, mas que me privilegiou no contato com os líderes e professores ouvintes. Qualquer nuance de interesse político, de aproveitar a pesquisa para “dar voz” ao grupo, parecia vir somente por parte dos professores e líderes<sup>19</sup>.

No curso de Libras, com encontros aos sábados e domingos, estudei com doze

---

<sup>19</sup> Essa primeira impressão que tive sobre uma articulação política desigual acabou se confirmando em outros momentos e contextos, de modo posteriormente me pareceu um tema relevante, abordado mais profundamente em outro capítulo deste trabalho.

ouvintes que tinham interesse ou curiosidade em aprender a língua, a maior parte deles, movida por uma incapacidade comunicativa percebida no contato com surdos no local de trabalho ou mesmo na igreja<sup>20</sup>. A professora, Mônica Wall de Azevedo, é voluntária, intérprete de Libras e filha do sr. João, um simpático e receptivo senhor de 68 anos – o primeiro surdo daquele grupo com quem todos fizemos amizade, devido ao fato dele participar das aulas como monitor, encorajando-nos a expressar em Libras para que ele nos compreendesse (ou zombasse quando errássemos). Natissurdo, o sr. João cresceu em uma pequena e tradicional família de alemães no interior do Paraná, sendo oralizado em alemão. Com isso, desenvolveu uma impressionante leitura labial da língua germânica e, também, da língua portuguesa – combinada com o uso de aparelho auditivo para ampará-lo em alguma percepção do som. Sr. João, que hoje tem uma fala rouca, fraca e pouco inteligível aos ouvintes, só veio a conhecer a Libras por volta de 1998, quando já residia em Curitiba. Na época, sua filha Mônica foi convidada por uma amiga de colégio a frequentar a igreja justamente porque já havia naquele ano atividades do Ministério de Surdos. Assim, Mônica, seu pai e sua família tiveram contato com outros surdos (oralizados e sinalizados), fizeram curso de Libras e nunca mais se desligaram do aprendizado em sinais e das atividades da Igreja.

Os primeiros dias de aula eram bastante tranquilos por só haver alunos ouvintes, a presença do único surdo não chegava a nos intimidar, mas estimular. O mais interessante nesses dias foi justamente a tentativa do sr. João em nos “arrancar” dessa zona de conforto, intimando-nos para ir ao culto dos surdos, que acontecia meia hora após o término da aula de sábado. Não era comum, tampouco massiva, a adesão dos alunos ao seu convite. Na segunda semana aceitei o desafio, já conseguindo “arranhar” algumas frases em Libras – e tendo decorado uma série infalível para frear tentativas avançadas de diálogo diante das quais pudesse passar vergonha por meu desconhecimento linguístico: “*desculpe, conheço poucos sinais. Estou aprendendo. Libras difícil pra mim!*”. Porém, tendo feito uma carinhosa amizade com o sr. João, extremamente brincalhão, era óbvio que isso não me eximiria de situações vexatórias. Em minha primeira ida ao culto de sábado, levei outra colega ouvinte<sup>21</sup> para me sentir menos perdida. O pastor Adoniran conduzia a reunião em Libras e uma voluntária (Sandra, 30 anos, ouvinte) traduzia para o português ao microfone. Notando as visitantes sentadas, isoladas, na última fileira de cadeiras, atrás de todos os surdos do recinto, o pastor nos chamou à frente para nos apresentarmos<sup>22</sup>. Com bastante cuidado e vergonha da

<sup>20</sup> Especialmente na minha turma do curso de Libras, nenhum dos alunos apresentava caso de surdez na família.

<sup>21</sup> Thaise, 25 anos, fisioterapeuta e ouvinte com habilidade invejável pra aprender sinais.

<sup>22</sup> Particularmente, já havia conversado anteriormente com ele por email e telefone a respeito da pesquisa, mas era a primeira vez que ficávamos face a face.

exposição, ficamos lado a lado, com outros dois surdos visitantes que se apresentariam. Quando chegou a minha vez, soletrei meu nome no ar, e apresentei “meu sinal” – algo que nenhum de meus colegas de curso ainda possuía.

Em meio a surdos, no ato de apresentação entabula-se um momento crucial, que é a escolha do “sinal” da pessoa. Um fenômeno de “*naming*” (nomenclatura), bastante diferencial daquilo que se realiza em uma apresentação de ouvintes e que merece atenção especial. Quando ouvintes se conhecem, sendo apresentados ou introduzindo a si mesmos, normalmente em nossa sociedade citam seu nome próprio (escolhido pela família e formalmente firmado por autoridades legais). Para o surdo, a nomenclatura do “sinal” ao se conhecer representa não só uma proximidade, uma tentativa de quebrar formalidades com um apelido, tampouco apenas uma economia simbólica da soletração do nome por extenso. É principalmente uma maneira de marcar um ato de “ingresso” e de pertencimento ao grupo. A significação do nome é aqui um processo coletivo, elaborado dentro de um sistema de trocas sociais, por meio de uma “circularidade” de objetos com sentido dentro do grupo – que narram experiências individuais e coletivas. O “sinal” personaliza mais que um nome, dado que no campo nominal pode haver homônimos, mas em termos de sinais, se alguém aparece com um “sinal” similar ao de outra pessoa, o grupo rapidamente cria um novo “sinal”, que represente dentro do próprio grupo, um pouco da essência deste indivíduo em particular.

A escolha do “sinal” de uma pessoa no grupo não é apenas um sinal, mas contém em si uma série de informações a partir das quais podemos refletir sobre as representações o grupo e a forma como estas representações servem de base para um sistema de reciprocidade onde os laços e o sentimento de pertencimento ao grupo são firmados e reafirmados. Este é um momento icônico do relacionamento social do surdo, “onde pulsa a vida” (BENJAMIN:1994).

A determinação do “sinal” segue alguns padrões informais e recorrentes em diversos grupos de surdos. Primeiramente obtém-se informações a partir de uma análise visual que retrate de forma marcante a pessoa a ser nominada, considerando o contexto onde a escolha acontece. Normalmente são utilizadas categorias como: a primeira letra do nome formal, a função ou atividade principal que a pessoa exerça (ainda que potencialmente) no grupo e/ou um traço físico distintivo normalmente observado na cabeça/ rosto, ou aparência como um todo. Por exemplo: uma soma da letra M de Marco, aplicada ao ombro – que sinaliza o termo “Pastor” para o pastor Marco. Uma letra L transpassando toda a testa, para o sinal de Luciane, que possui sobrancelhas grossas e muito próximas uma à outra. Uma letra M somada ao sinal de sorriso (conforme registra a figura 1, a seguir) para mim – somando meu primeiro nome,

Maria, à característica facial que segundo os surdos, é o mais imediatamente notado em mim, o sorriso largo<sup>23</sup>.



Figura 1<sup>24</sup>. Sinal M + sorriso, representando a pesquisadora, Maria Cláudia.

Voltando à minha experiência de apresentação, após informar meu nome e sinal, fui arguida pelo pastor sobre o que eu fazia ali. Sinalizei (em Libras) que era aluna do curso de Libras da PIB. Contudo, ao fazer o sinal aula/aluna, fiz um movimento equivocado com uma das mãos – ao invés de bater uma sobre a outra por duas vezes, na primeira batida, inverti a mão direita batendo primeiro sua palma, e na segunda batida, as costas da mão direita sobre a palma da esquerda. Este movimento faz com que a mesma configuração de mão signifique “intérprete” e não “aula”. Imediatamente o pastor fez a piada (em sinais): *“nossa, que inteligente, que prodígio, ela acabou de entrar no curso e já é intérprete! Maravilha! Temos uma nova intérprete! Daqui a pouco já vai nos ajudar nos cultos, isso é ótimo!”* – ao que a plateia se curvava de tanto rir de meu equívoco. Pedi desculpas, dando risada, tentando explicar que era só aluna, não intérprete, e acabei entrando na piada. O pastor sinalizou que se eu não tivesse meu próprio sinal, ele sugeriria um sinal com o termo “palhaça” pra mim, mas consultando a plateia, consideraram que eu estava bem representada por meu antigo M + sorriso. Com essa pequena situação risível, o gelo foi quebrado e vários surdos passaram a falar comigo, ajudando-me a executar corretamente os milhares de sinais que aprendia no

<sup>23</sup> Curiosamente, no primeiro contato com dois grupos diferentes de surdos, repetiu-se essa tendência de sinalização dando-me um “sinal” associado ao sorriso.

<sup>24</sup> Montagem de fotos criada e arte-finalizada em maio de 2010, pela surda Alessandra Oliveira, 29 anos, que aparece na foto. Fotos de sua autoria e a mim cedidas/presenteadas por Orkut e email.



curso. Aproximavam-se e davam a mim a oportunidade de conhecê-los mais de perto nos encontros posteriores da igreja e fora dela.

A existência de um ministério voltado aos surdos no ambiente religioso estudado remete à discussão feita por ASSIS SILVA & TEIXEIRA (2008) sobre a importância recente desse segmento para a prática proselitista dos evangélicos. Na visão Batista tradicional os surdos são considerados um “povo não alcançado”, alvo, portanto, de evangelização. Tal interpretação é reforçada nas aulas de Libras da Igreja, nas ministrações em que se faz apelo para que os participantes tragam mais surdos, e até nas discussões sobre promovidas via internet, como postado no *blog* do Ministério da PIB em 26 de outubro de 2009:

Os surdos podem ser considerados como um povo invisível (não facilmente de se notar) e também como um povo não alcançado. Em cada bairro, cidade, estado e país, temos uma estimativa que 1,5% da população da cada cidade ou país são de surdos. A igreja como instrumento de Deus, precisa lançar requisitos, metas e estratégias para atuar nesta visão (Post do Blog [www.comunicarpib.blogspot.com](http://www.comunicarpib.blogspot.com) publicado em 16/10/09, acessado em 22/10/2009).

Surge daí o projeto de sua inclusão religiosa: de levar a Palavra de Deus e “*abrir-lhes o ouvido às boas novas da salvação*” – uma noção metafórica de “cura” de surdez espiritual que compreende também a cura física. Segundo o pastor e intérprete de Libras Marco Antônio Arriens, esta leitura por parte dos evangélicos teria embasamento bíblico no evangelho de Marcos (Bíblia Sagrada), quando o texto relata um milagre de Jesus na “cura” de um surdo e um gago:

Jesus, pois, tirou-o de entre a multidão, à parte, pôs-lhe os dedos nos ouvidos e, cuspidando, tocou-lhe na língua; e erguendo os olhos ao céu, suspirou e disse-lhe: ‘Efatá’; isto é ‘Abre-te’. E abriram-se-lhe os ouvidos, a prisão da língua se desfez, e falava perfeitamente. As pessoas maravilharam-se dizendo: ‘Tudo tem feito bem; faz até os surdos ouvir e os mudos falar. (Evangelho de Marcos, Capítulo 7:31-37)

“Ephatá”<sup>25</sup>, termo de origem aramaica que significa “sê aberto” – transliterado para o grego significa “abre-te”. A partir desta “interpretação espiritual”, o protestantismo batista construiu seu projeto de atendimento a surdos sustentando como veículo o uso de sua língua

---

<sup>25</sup> Pela iconicidade da situação narrada no evangelho em relação à “revelação” de Cristo aos surdos, é bastante comum se encontrar o termo Ephatá nomeando congressos, ministérios, corais e grupos diversos de surdos em igrejas protestantes.

própria, como mediação para que possam receber a salvação<sup>26</sup>. Tal incorporação demonstra-se viva em todas as atividades do Ministério, buscando continuamente encorajar os atuais participantes a convidar e evangelizar novos surdos para se agregarem ao grupo. Por isso mesmo, dada abertura e anseio em incorporar novos interessados, a relacionar-se com outros, encontrei neste contexto uma privilegiada via de relações sociais dos surdos em Curitiba, o que me permitiu observar os processos de comunicação, de corporalidade, representações identitárias e práticas de lazer desenvolvidas através (ou a partir) da igreja. A esse respeito, Mantoan (1997:13) chama atenção para a importância dos contextos escolar e religioso no Brasil como focos cruciais de organização do que se entende como “comunidade surda”. Programas e associações voltadas à população surda desenvolvidos nestes contextos criam possibilidades de sociabilidade, contribuindo para novas formas de inserção social. Isso porque, uma vez diagnosticada a surdez em um filho, geralmente não se sabe quais medidas tomar para que este leve uma “vida normal”. Segundo a autora, começar a frequentar associações de surdos minimiza as dificuldades individuais de aprender uma nova língua (LS) e cria formas para se introduzir o filho na comunidade. Com isso, a família descobre diferentes formas de lidar com o preconceito e novas possibilidades, através de trabalhos exclusivos para surdos, realizados em Igrejas, associações ou escolas especiais (FILHO & OLIVEIRA, 2010). Estes ambientes constituem espaços de socialização e convivência, sendo portanto, parte do “circuito dos surdos”. Nas palavras de uma das participantes do grupo, “*ir na Batista é muito bom, aqui tenho amigos que falam em sinais, que me entendem, e que eu gosto muito!*” (Aline, natissurda, oralizada e sinalizada, 28 anos, atualmente desempregada).

As entrevistas e acompanhamentos seguiram as práticas diárias dos surdos que iam a esta igreja (PIB) aos finais de semana. Eles geralmente ali chegavam por convite ou recomendação de algum conhecido (parentes, colega de escola ou de trabalho) – como no caso de Osmar (32 anos), que veio a convite de Diego (40 anos) e após um período participando ativamente dos eventos, trouxe uma amiga (Bete, surda, sinalizada, 28 anos) como visitante, que pouco tempo depois se tornaria sua namorada e frequentadora dos cultos. A partir deste contato inicial, alguns surdos com quem desenvolvi uma amizade mais próxima, me conduziram às suas rotinas de escola ou faculdade, de trabalho, reuniões e passeios com amigos e a conversas pela internet – adicionando-me como contato no Orkut<sup>27</sup> e

---

<sup>26</sup> Uma das mais importantes implicações nesta concepção é a centralidade do aprendizado e difusão da língua de sinais e a formação de intérpretes no ambiente da igreja Batista, como meio para alcançar o “povo surdo”. Isso acarretou em uma enorme participação desta denominação protestante no processo de popularização da Libras e de articulações políticas de surdos no país. O tema será retomado mais adiante.

<sup>27</sup> O Orkut é uma rede social filiada à empresa Google, criada em janeiro de 2004 com o objetivo de permitir a seus integrantes criar e manter contatos e relacionamentos virtuais por meio da criação de perfis que ficam

MSN<sup>28</sup>. Assim, além da PIB, progressivamente identifiquei e visitei outros espaços de convivência da população surda na cidade. Dentre estes, dois Shopping Centers, duas grandes empresas (fábricas<sup>29</sup>), a Federação Nacional dos Surdos do PR (Feneis/PR), algumas faculdades particulares e duas redes sociais na Internet. Por meio da frequência em alguns destes locais, pude realizar observações, conversas informais, registros de histórias de vida e entrevistas<sup>30</sup>, tendo como principal objetivo apreender experiências da surdez e, em especial, seu estilo de vida e práticas de sociabilidade.

Nesse processo, narrativas e histórias me foram contadas, por vezes fragmentadas e nem sempre em sequência cronológica (ou mesmo lógica) – que aqui aparecem da mesma forma com que foram relatadas. A pedido dos próprios entrevistados, e por recomendação dos dirigentes do Ministério religioso a partir do qual a pesquisa foi iniciada, os nomes originais dos pesquisados foram substituídos por nomes fictícios, na tentativa de preservá-los de uma exposição indesejável diante dos demais contatos, devido à natureza das informações fornecidas – conforme recomendam Monteiro (2002) e Queiroz (1988). Somente em casos extremos, o nome do informante foi omitido. Dentre outros atores sociais envolvidos, as figuras públicas que de alguma forma tem visibilidade no grupo, foram citadas com seus nomes reais.

A respeito da fala dos pesquisados, um aspecto importante a se ressaltar é a questão de seu registro. As Línguas de Sinais seguem um padrão não-letrado e imagético de comunicação (SACKS, 2007), de forma que seu registro pela mera transcrição textual seria inevitavelmente reducionista. Isso levanta questões já colocadas por Victor Turner, sobre a possibilidade de se trabalhar antropológicamente com outras formas de linguagem. Na prática, em complementaridade à linguagem escrita e à observação direta, lancei mão de registros imagéticos (não apenas fotos<sup>31</sup>, mas também vídeos) por entender que na prática de surdos

---

ligados aos perfis de seus amigos – e por meio dos quais, mensagens, fotos e vídeos são compartilhadas via internet. É a rede social virtual com maior participação de brasileiros, tendo contabilizado mais de 23 milhões de usuários em janeiro de 2008. MUNIZ, Diógenes. “Microsoft faz campanha contra o Orkut”. Folha Online, 09 de Janeiro de 2008. Acessado em 16 de novembro de 2009.

<sup>28</sup> MSN Messenger é um *software* de mensagens instantâneas desenvolvido e distribuído pela Microsoft Corporation, que interliga usuários de internet com contatos previamente adicionados para troca de mensagens escritas e vídeos online em tempo real.

<sup>29</sup> Embora não seja o foco desta pesquisa, a constatação de que surdos geralmente ocupam vagas de trabalho braçais em grandes fábricas, que seguem a legislação de inclusão mas não se preocupam com condições estruturais para uma real inserção de funcionários surdos na empresa, traz recorrências nas trajetórias profissionais narradas pelos entrevistados, merecedoras de uma outra investigação que enfatize o surdo e seus conflitos no mercado de trabalho.

<sup>30</sup> As entrevistas foram feitas informalmente, com registros escritos, outras através de questionários textuais enviados por email e algumas entrevistas e atividades foram registradas em vídeo para melhor análise dos discursos e recursos expressivos.

<sup>31</sup> Um referencial imagético, mas essencialmente dinâmico – que prevê movimentos e ação – não sendo plenamente contemplado somente por registros fotográficos, que são igualmente estáticos.

sinalizantes, olhares, expressões, caretas, risos, choros *etc*, participam de um complexo universo simbólico de comunicação. Assim, a gravação de alguns *vídeos* foi utilizada como prática de diário de campo para dar suporte à escrita nesta pesquisa etnográfica, servindo como recurso adicional para ajudar a “*enxergar o texto cultural por sobre os ombros dos nativos*” (GEERTZ,1983) mais que meramente ilustrar. Embora os primeiros registros em vídeo apresentados nas páginas anteriores, à primeira vista sirvam à demonstração visual de descrições textuais do espaço ou de dinâmicas das reuniões, sua real aplicação estava no registro etnográfico e análise de dados de campo, em situações nas quais minhas anotações (manuscritas ou digitais) não dariam conta da velocidade e profundidade dos acontecimentos, permitindo-me revê-los e repensá-los.

O uso da filmagem surgiu de forma espontânea. Logo nas primeiras reuniões notei que era comum e “natural<sup>32</sup>”, surdos e ouvintes registrarem vídeos das reuniões para arquivo pessoal, por meio de aparelhos celulares ou câmeras fotográficas digitais que contém recurso de vídeo, sem que houvesse um motivo extraordinário para tal. Assim, tomei a liberdade de progressivamente registrar com meu celular e posteriormente, com uma câmera digital, adicionando a perspectiva de que seria bom rever os vídeos não só para minha pesquisa, mas também para aperfeiçoar minha prática da língua. Os vídeos, feitos com anuência do Ministério, procuram demonstrar dinâmicas gerais das práticas do grupo, não se atendo a entrevistas ou filmagens particulares de participantes dos encontros.

Entendo que não se trata de uma solução metodológica para lidar com a especificidade da linguagem e da experiência da surdez, mas serviram como apoio para melhor apreender uma realidade onde o “texto cultural” não é tão “texto” assim. Deste modo, alguns vídeos – de informação mais global sobre a dinâmica do grupo – encontram-se no CD anexo (Anexo I) a este trabalho e devem ser assistidos (em um computador) quando referenciados no corpo do texto.

Paralelamente à pesquisa de campo, a investigação serviu-se de documentos como periódicos, registros governamentais e não-governamentais, censos populacionais e outros dados estatísticos, fontes complementares de pesquisa que permitiram contextualizar a surdez e suas especificidades. Por meio da comparação dos dados oferecidos por estas fontes e estudos médicos, educacionais, historiográficos e antropológicos, pretende-se apresentar o desenvolvimento do recente conceito de “Surdez”, oposto à ideia da surdez como deficiência. Ainda que o processo de político da condição de “surdo” não seja especificamente objeto

---

<sup>32</sup> Digo “natural” no sentido de que a prática não causava estranheza aos participantes do grupo e, ao contrário, era apoiada, surtindo pedidos posteriores de compartilhamento dos vídeos em diversas ocasiões, por pessoas diferentes.

desta pesquisa, cabe retomar alguns autores que tratam do tema, colocando em perspectiva as formas de sociabilidade que hoje se apresentam aos surdos.

Afinal, o que é “ser surdo”? Quais imagens (e auto-imagens) de surdos são acionadas em quais contextos? Como as experiências individuais lidam com as mudanças de políticas públicas e novas concepções e imagens da surdez? Que mecanismos de representações aproximam e criam laços sociais organizando identidades surdas ou geram situações de liminaridade? Essas são algumas questões que nortearam este trabalho.

## CAPÍTULO I

### OUVIR E NÃO OUVIR EM ANTROPOLOGIA

*“O mundo em que vivemos fala de diversas maneiras.”* (Bakhtin)

A surdez enquanto condição social tem sido alvo recente das investigações antropológicas. Mas sua consagração como objeto passou pela análise primeira de sua condição oposta na sociedade: o ouvir e a oralidade (ou *auralidade*). Compreender tais fenômenos permite entender quais possibilidades a sociedade extrai dos sentidos humanos, e em que medida eles podem ser “eleitos” e estabelecidos como referenciais de dependência e/ou inclusão. Pioneiros em discutir o tema, estudiosos da comunicação como Marshall McLuhan (1977), seu discípulo Walter Ong<sup>33</sup> (1969, 1982) e o antropólogo Levi Strauss (1976) são hoje considerados “proto-teóricos” de uma antropologia dos sentidos que busca compreender o aspecto social das percepções e sensibilidades, entendendo que *“as culturas apresentam uma enorme variedade na exploração dos diferentes sentidos e no modo de relacionamento de seu aparelho conceitual a cada um deles”* (ONG, 1967:06). A ideia básica de Ong é que as culturas atribuem peso diferenciado aos sentidos, gerando referências através das quais as pessoas percebem o mundo à sua volta. Não é tanto *o quê* elas percebem, mas *como* elas o fazem, que diferencia as culturas por conta de seus modos diversos de organizar informações perceptivas em representações (STOLLER, 1966; HOWES, 1991).

Seria menos uma questão do aparato fisiológico e seu funcionamento prático, e muito mais de contexto social, de experiência dos sentidos e de escolhas arbitrárias de sociedade para sociedade. Chegamos assim a uma leitura de que cada um dos sentidos (visão, audição, paladar, tato e olfato) podem ser mais plurais e culturalmente determinados do que se pensa. As dezenas de tonalidades de branco visíveis aos Inuit, conforme narrado por Franz Boas, correspondentes a distintas modalidades de neve que, para um estrangeiro seriam todas igualmente “brancas” (BOAS, 2004); ou, a riqueza de códigos culinários por trás do paladar, explorada na obra de Claude Lévi-Strauss (1964) sobre mitologia ameríndia, denotam como a perspectiva dos sentidos a partir dos quais as sociedades organizam suas experiências e constroem seus mundos reflete a ordem social e cosmológica do grupo que a põe em prática. Contudo, além de não serem universais, tais experiências não se dão de forma planejada entre os indivíduos de uma mesma sociedade.

---

<sup>33</sup> Em seus estudos sobre a relevância da oralidade, Walter Ong (1982), utiliza o conceito de *cultura oral primária* para referir-se a um tipo de sociedade que se encontre “preservada” de qualquer contato com as sociedades de culturas escritas, e/ou na qual nenhum dos seus membros é letrado. Trata-se, portanto, de uma categoria abstrata não mais aplicável a qualquer sociedade indígena atual. Seu trabalho tem sido criticado por diversos representantes da moderna antropologia linguística que lhe atribuem excessiva simplificação e polarização na análise das sociedades consideradas orais e escritas, ignorando seus aspectos mistos e conflitivos.

## 1.1 A RELEVÂNCIA SOCIAL DO OUVIR

Discutindo experiências sensoriais, Tim Ingold (2008) delimitou pontos relevantes sobre o fenômeno sensorial do *ouvir* e sua influência na construção do conhecimento do mundo e das experiências dos indivíduos em sociedade. Uma importante questão sugerida pelo autor é a crítica à associação, tida como imediata, entre percepção auricular e o processo do ouvir, como se o fenômeno dissesse respeito a um processo de “tradução”, a uma capacidade de fazer o dado externo ser assimilado “para dentro” do indivíduo. Para Ingold, a percepção não trata desse processo mecânico, consiste, antes, “*em um tipo de esquadramento de movimentos, realizado pelo corpo todo que respondem às modulações ou inclinações no ambiente*” (INGOLD, 2008:02), ou seja, a percepção auricular não é uma operação “dentro-da-cabeça”, descolada do ato do som propriamente, mas resulta de uma execução particular sobre o material bruto das sensações, perpassando fronteiras entre cérebro, corpo e mundo. Isso denota que a descoberta do mundo se dá em um nível de percepção profundo e pré-objetivo, não como mera apropriação de estímulos externos. O autor defende que tal noção está incrustada na sensibilidade ocidental.

Costuma-se pensar que a audição, tomada como experiência imediata do som, “arrasta” o mundo para dentro do perceptor, produzindo um tipo de conhecimento “*intuitivo, engajado, sintético e holístico*” (INGOLD, 2008:03). O ouvir é tido como um processo puro, não existindo dúvida em relação ao que ouvimos; uma vez que o som nos fala “diretamente”, a audição “não mente”, “não engana” (RÉE 1999:46 *apud* INGOLD, 2008). Isso confere à audição uma caracterização comunicativa, positiva e solidária. Segundo Don Ihde (1976) “*existe uma tradição de que o som ‘personifica’. A própria palavra ‘pessoa’ deriva do Latim personare, que significa, literalmente, ‘soar através de’*” (IHDE, 1976:21). Da mesma forma, associada ao ouvir, acredita-se que a voz “soa através de”, de dentro para fora; e quando ouvida ela penetra, inversamente, de fora para dentro – estabelecendo uma intersubjetividade genuína entre voz e audição; uma comunhão participativa do *eu* com o *outro* por meio do fluxo de som. Assim, indo além de um fenômeno sensorial individual, a audição definiria o *eu* socialmente em relação aos outros.

A esse respeito, em uma das primeiras etnografias a citar o fenômeno da audição, Seeger (1980:211-224) demonstrou entre os Suyá habitantes do Mato Grosso, a importância da oralidade e da habilidade de “ouvir bem” como fatores de socialização, voltados à capacidade de aprender, compreender e de agir de modo socialmente apropriado. A palavra *ku-mba*, na língua Suyá, pode ser traduzida não apenas como “ouvir”, mas, também, como “entender” e “conhecer”. É a habilidade de bem “ouvir-entender-conhecer” que define a pessoa como um ser plenamente social. A exemplo disso, os Suyá costumam descrever certos fatos que considerariamos visuais, como um padrão de

tecelagem, a partir de padrões audíveis, como se estivesse alojado no ouvido (SEEGGER 1980: 213-14). Comentando os dados de Seeger sobre os Suyá, David Howes (1991) sugere que “*pode haver uma conexão entre auralidade e sociabilidade*”.

Em sua pesquisa sobre os Umeda na Papua Nova Guiné, Alfred Gell (1995) argumenta que naquela sociedade, o ambiente impõe uma reorganização da sensibilidade, dando o lugar de honra à audição, junto ao olfato. Assim, ao sair para caçar, os Umeda caminham com os olhos no chão, “*ouvindo a caça em vez de buscá-la com os olhos*”, já que é por seus sons que os animais anunciam sua presença no mundo do caçador. O autor explica que seu mundo é apreendido dinamicamente, como movimentos aos quais o corpo do indivíduo responde, ressoando como uma caixa acústica através de sua própria atividade de fala. “*Por meio da fala os Umeda não apontam e rotulam coisas no mundo “lá fora”, mas, continuamente, trazem o mundo à existência em torno de sua própria imersão num ambiente sonoro*” (GELL, 1995:240). Para Gell a predominância da audição na cultura “auditiva” dos Umeda compõe uma “*cultura da solidariedade*” (1995: 235).

Em outro contexto de pesquisa, Clarice Cohn relata que entre os Kayapó Xikrin, subgrupo Kayapó de língua Jê do sudoeste do Pará, a oralidade também é socialmente enfatizada, sendo que a audição é a faculdade que “*permite a ação socialmente correta*”:

O indivíduo deve se tornar cada vez mais fluente nas falas formais que caracterizam os discursos realizados no ngà. Quando jovem e recém-inserido na sociedade masculina que se reúne no centro da aldeia, ele deve apenas ouvir respeitosamente os mais velhos, que narram a história do grupo, caças e mitos e fazem exortações sobre o modo de ser xikrin e como se espera que os jovens se comportem. (COHN, 2000:208)

A autora ressalta que os Xikrin associam a aquisição da competência linguística com a audição, e disso decorre a necessidade de manter uma comunicação intensa mesmo com bebês, num esforço de manter sua ligação “*com o mundo dos vivos e do social*”. Nesta valorização cultural oral/auditiva se recorre (como artifício de memória) ao ritmo, à música, à dança, à repetição e à redundância, às frases feitas, às fórmulas, às sentenças, aos ditos e refrões, à retórica dos lugares-comuns, às figuras poéticas, e comumente as palavras faladas são entendidas como dotadas de “*potencialidade mágica*” (ONG, 1977:230-271) e, portanto, carregadas de um poder – que só se realiza na relação com seus ouvintes, receptores da comunicação social. Em contextos orais, os usos da língua falada transformam a experiência:



Por meio da língua podemos iniciar uma criança numa esfera puramente simbólica de passado e futuro, de lugares remotos, de relações ideais, de eventos hipotéticos, de literatura imaginativa [...]. Ao mesmo tempo a língua transforma o indivíduo de tal modo que ele é capaz de fazer coisas novas para si mesmo ou coisas antigas de maneiras novas. A língua permite-nos lidar com coisas à distância, agir sobre elas sem manuseá-las fisicamente. (CHURCH, 1961:94-105, *apud* SACKS, 2007:55).

A relação social por trás do som, capaz de torná-lo instrumento, aparece também no estudo de Stoller (1966), etnografando o papel dos *griots* do Sahel e a prática de *praise-naming* entre os Wolof do Senegal. Em sua obra o autor explica que, muito além das palavras, o que produz transformações mágicas em quem as escuta é a emoção que ocasiona o som das palavras: “São sopros e vibrações de ar, constituídos e moldados pelo corpo e as motivações do orador, as quais tocam e influenciam fisicamente ao destinatário. Assim, o efeito do louvor de um griot que o informante tem sobre seus destinatários é equivalente ao efeito do vento sobre o fogo” (IRVINE, 1980 *apud* STOLLER 1966:177). Em *Sound and things* – outra etnografia do mesmo autor, entre os Songhai – alguns sons rituais como o produzido pelo violino *godji* e pelo tambor *gasi*, denotam a relevância social do ouvir em Tillabéri, Nigéria. Segundo Stoller, para aquele povo, “o *godji* chora”, tecendo um lamento através dos quais falam os ancestrais, de modo que o poder de suas vozes une os vivos e seu passado, e orientam seu presente. Em sua análise, o autor cita que em um contexto sociocultural como o Songhai, não escutar é apartar-se de considerável parcela do mundo, dado que para eles o som é o transporte dos espíritos – elemento crucial de sua cosmologia.

Diante dos relatos etnográficos, percebe-se que o som não é um impulso físico que chega de fora, ou algo puramente mental, fenômeno “de dentro da cabeça”, mas é produzido num engajamento contínuo entre perceptor e seu ambiente (INGOLD, 2008). O ouvido constrói uma ponte social que permite um tráfego sensorial de mão dupla. Assim, a experiência auditória é essencialmente participativa, social, de imersão em uma “*totalidade indivisível e sem fronteiras*” (ZUCKERKANDL, 1956:336-368). Indo muito além da interiorização de sons brutos “*a audição liga as pessoas em comunidade*” (ONG, 1982:73), aproxima, forja um modo de participar, de ser, de socializar em sociedades que privilegiam a auralidade – e por isso mesmo quem não fala ou não ouve, enfrenta barreiras sociais intransponíveis ao suspender possibilidades de troca, de comunicação, de comunhão com o próximo.

Porque remete para partilha e se afigura como laço fundamental de pertença social, à comunicação cabe um papel preponderante no estabelecimento de sentimentos de reciprocidade e na criação de vínculos que unem os indivíduos. Um papel desempenhado numa dimensão que cabe numa palavra: socialização. A associação da relação comunicacional à intenção de partilha – de saberes, experiências,

significados – e à ambição de compreensão mútua, aponta para a imprescindibilidade da existência de regras, repertórios e objetivos comuns para que genuinamente se possa falar de comunicação. A convergência dos interlocutores desenha-se, deste modo, não só como propósito e objetivo último, mas igualmente como ponto de partida e pré-condição da comunicação, reclamando um conjunto de elementos implícita e antecipadamente aceites. (MORAIS, 2009).

## 1.2 SILENCIAR; NÃO OUVIR

Diante de tantos relatos sobre a preponderância social do ouvir/falar, o que seria o “não ouvir” em sociedade? Estaria o indivíduo nesta condição fadado ao isolamento social? Como entender o distanciamento dos sons? Em sua obra *Do Silêncio* (1999), David Le Breton afirma que em contextos onde prevalece a comunicação enquanto troca social de significados por meio de sons, o silêncio pode, a princípio, ser entendido como um “espaço” de organização. Por meio dele, há pausas para delegar a palavra ao interlocutor, dar espaço ao pensamento ou à interiorização da mensagem, possibilitar a gestão das emoções, para definir um hábito ou para marcar uma posição. Poderia ainda estar associado à convenção social, como o cumprimento de rituais ou de regras pré-estabelecidas culturalmente, como é o caso dos velórios ou funerais, nos quais os indivíduos se unem pela limitação (ou ausência) da conversação. O silêncio pode ser performativo: "*fez-se um silêncio...*". Assim, pode carregar significados (CUNHA, 2004). Dos inúmeros sentidos e funções atribuíveis ao silêncio, Le Breton (1999) destaca sua importância no controle do processo de comunicação. O silêncio é desejável quando controlável, como recurso para provocar reação, auto-controle, oposição, punição ou indiferença. Uma das formas de manifestar desagrado ou discordância é calar-se, um silêncio voluntário e significativa. Porém, em casos extremos, o silêncio denota a incapacidade de expressão, que pode ser temporária ou permanente. Sobretudo na cultura ocidental, o autor afirma que o excesso em silenciar gera incômodo e sujeitar alguém a esse domínio é “forçá-lo” uma situação desconfortável. Uma vez que a comunicação é um processo de socialização (inclusão), o silêncio (enquanto quebra do discurso) pode significar a exclusão do circuito comunicacional.

Retirar de alguém o direito à palavra, à interlocução, é recusar-lhe o acesso à comunicação, logo, à inclusão social (sendo esta uma das formas de punição aplicada a reclusos). Neste ponto, o silêncio é ausência de palavra, de convivência, de sociabilidade – nada há a dizer, a sentir ou a partilhar. A exemplo disto, Cardoso e Cunha (2004) destacam que mesmo nas sociedades ocidentais, há tempos atrás, em comunidades ditas arcaicas, a palavra assumia um peso contratual. Continha o peso e a densidade de um rosto identitário: faltar à palavra dada era como “perder a face” – aquilo

que nos identifica e sem o que nos desconhecemos e somos desconhecidos.

Falar institui vínculos, laços sociais e identidade. Calar demais acarreta no isolamento ou na exclusão social. Sobretudo se o silêncio não for voluntário, mas por um fator biológico impositivo como a surdez. Não ouvir implica num irremediável e permanente estado de silêncio social, trazendo consigo um afastamento do mundo social oral. Nas palavras de Cardoso e Cunha (2004):

[...] o silêncio corta a palavra, oculta. Se bem que ocultar seja da ordem do visível, que não do audível, em que a voz se exprime rompendo o silêncio, o jogo metafórico da própria linguagem põe a invisibilidade do que ao olhar se oculta, ou é ocultado, a decorrer do que silencia a palavra e é, portanto, do registro do (in)audível. De como o silêncio impõe o que deveria apenas ser da ordem do olhar: a ocultação. A palavra torna visível, resgatando do silêncio. Assim os antigos senhores a fixavam, à palavra, por escrito, para não deixarem de existir na memória dos homens. Como usarão a representação, o retrato, com o mesmo fim de eternidade. A palavra foi também pensada como desocultação. A palavra que dá a ver. Há olhares que são cegos sem a palavra. [...] Sendo a palavra ação, como o mostrou Austin ao elaborar a sua teoria da performatividade da linguagem, há coisas que se fazem com a linguagem e, conseqüentemente, não se fazem pelo silêncio. Silêncio e (in)ação como na morte (CARDOSO E CUNHA, 2004:01-02).

A relação fala-audição tem grande valor na cultura ocidental por estar diretamente ligada ao processo de linguagem, que neste contexto social é tomado como condição para a transmissão dos valores culturais. Amaral & Coelho (2003) exemplificam que tal relevância pode ser notada com a leitura da obra considerada um dos pilares do pensamento e da cultura ocidental; o livro de Provérbios, na Bíblia. Em vários versículos citados pelos autores os termos “escuta” e “dê ouvidos” aparecem como sinônimo de atenção e obediência, sendo que “não escutar” torna-se “pior” que outras “deficiências” porque corta a possibilidade de comunicação com seus semelhantes “normais”. Uma vez que toda e qualquer cultura humana apresenta linguagem oral, e sendo que a audição é um meio essencial para sua aquisição e uso, ela é tida como sentido essencial à socialização. Sob este aspecto a surdez torna-se especialmente dramática para natissurdos ou quando ocorre na infância – por isolar o indivíduo do meio social desde muito cedo. Nas exatas palavras sinalizadas por duas informantes surdas que conheci ao longo da pesquisa, relatando-me suas percepções pessoais sobre surdez e isolamento:

*“A pior parte da surdez é a solidão. Solidão causada pela dificuldade de aproximar das pessoas. Não enxergar me separaria das coisas. Não ouvir, me separa das pessoas!”* (Marina, natissurda, sinalizada, 27 anos)

*“Concordo com a Marina. A surdez nos separa das pessoas. É uma luta constante e diária para entender o que os outros dizem e para que eles compreendam nossas dificuldades e o que dizemos. É uma luta por compreensão, aceitação, integração.”* (Aline, natissurda oralizada e sinalizada, 29 anos)

Mas seria essa condição de silêncio e privação a única e adequada maneira para descrever o modo de um surdo viver em uma sociedade ouvinte? Oliver Sacks traz uma relevante contribuição para a compreensão do fenômeno da surdez (e de outras “deficiências”) em sua obra *Vendo Vozes* (2007), na qual introduz as noções de *adaptação* e de *experiência*. A primeira delas, diz respeito ao reconhecimento de que diante de adversidades fisiológicas, o ser humano possui uma “incrível capacidade adaptativa” que Sacks considera mais como condição criativa e social, que compensatória em termos fisiológico e individual. Para o autor, o que é distintivamente humano – capacidades de linguagem, pensamento, comunicação e cultura – não se desenvolve de forma automática, não resulta apenas de funções biológicas isoladas, mas tem também origem social e histórica. Sem nos esquecermos que se trata de uma leitura médica (e portanto, inescapável de atribuição de determinação aos aspectos fisiológicos), Sacks retoma a clássica relação antropológica entre natureza e cultura na compreensão da condição do “não-ouvir”:

(...) o cérebro é rico em potenciais que nunca teríamos imaginado e também revela a quase ilimitada flexibilidade e capacidade do sistema nervoso, do organismo humano, quando se depara com o novo e precisa adaptar-se. Se esse tema nos mostra as vulnerabilidades (...) nos mostra, da mesma forma, nossas forças desconhecidas e inesperadas, os infinitos recursos de sobrevivência e transcendência com que nos dotaram, juntas, a natureza e a cultura. (SACKS, 2007:11)

Para a Antropologia, isso pode ser visto sob outra perspectiva – onde há sim uma adaptação, mas dirigida por fatores essencialmente sociais, e não biológicos. Conforme destaca Clifford Geertz (1973):

Uma vez que nosso sistema nervoso central (...) desenvolveu-se em grande medida na interação com a cultura, ele é incapaz de dirigir nosso comportamento ou de organizar nossas experiências sem a orientação proporcionada pelos símbolos significantes. Somos em suma, animais imperfeitos ou incompletos que nos aperfeiçoamos ou nos completamos por meio da cultura. (GEERTZ, 1973:49)

A despeito das divergências entre ambos autores quanto ao que é preponderante na relação natureza  $\times$  cultura, o que há de interessante na proposição de Sacks, é sua afirmação de que a “adaptação” dos sentidos depende diretamente das interações sociais. Aqui, “adaptação” não se confunde com a noção de “compensação”, ideia de que um sentido é “aguçado” *em lugar de* outro “perdido” – noção muito presente no senso comum quando o tema é deficiência. David Wright, autor surdo, argumenta que a “teoria da compensação é um ‘engano irritante’” (WRIGHT, 1990:12) por confundir sensibilidade elevada a movimentos específicos (aural ou gestual) – que são cruciais para a interpretação do que acontece – com um aumento geral do sentido como um todo. Da mesma forma, Don Ihde (1976) alega que pessoas surdas, como quaisquer outras, sentem o mundo com todo seu corpo. Sendo seus recursos mais limitados, não haveria “compensação alguma”. Assim, segundo ele, a experiência da pessoa surda não remete a um segmento particular ou “fatia” da experiência total da auralidade “sem defeitos”, mas a uma totalidade diferente (IHDE,1976:44). Bem distinta de compensação, *adaptação* implica *experiência diferenciada* envolvendo todos os recursos de sensibilidade, corpo e sociabilidade.

Partindo destas discussões, chegamos ao conceito trabalhado por SACKS (2007) de *experiências da surdez* – esse autor considera a “deficiência” não como categoria universal, mas como uma categoria que abarca vivências individuais *plenas* em não-ouvir, marcadas por situações e dificuldades únicas, condicionadas por concepções culturais que se alteram segundo experiências simbólicas que lhes conferem poder (ou opostamente, impõem sujeição) social. Silenciar, não ouvir, não falar, ser surdo pode assim significar mais que exclusão – torna-se uma forma diversa, mas possível, e compartilhada, de *ser*.

Remetendo ao conceito de experiência de Walter Benjamin (1987) e, em certa medida subvertendo-o, pensar em *experiências da surdez* para compreender o modo de vida de um grupo social é uma forma de recuperar a noção de experiência tradicional e coletiva (a *Erfahrung*), por meio da investigação de vivências individuais (*Erlebnis*): modos de compartilhar, de transmitir como constituinte do que foi vivido. A essência da experiência coletiva, perdida para Benjamin na passagem da tradição oral à escrita, pode ser resgatada dentro de grupos capazes de manter sua história compartilhada no espaço de suas comunicações – sejam elas tradicionais ou modernas. No caso dos surdos, ironicamente, não há um retorno à transmissão oral, tampouco a recuperação do “intransponível da voz e da enunciação” (BENJAMIN,1983:38) – nostalgicamente aclamadas pelo filósofo – mas um exercício de compartilhamento coletivo em níveis e formatos inéditos, possíveis aos surdos.

### 1.3 EXPERIENCIANDO UM CORPO QUE FALA

Dentre diversas possibilidades, uma forma de vivenciar a experiência da surdez em uma sociedade altamente auditiva, é através do isolamento, dado que se está fora do sistema comunicativo dominante. Outra, seria a tentativa de se enquadrar ao sistema, assumindo incapacidades e limitações, buscando “compensá-las”. Uma terceira opção, consiste em buscar sistemas simbólicos “alternativos”, como é o caso das Línguas de Sinais (LS). Veremos que cada uma dessas possibilidades guarda conflitos e tensões particulares.

Abordando experiências de adaptação, Rée (1999) apresenta a noção de *audição tátil*, partindo do princípio de que o som é causado por vibrações em meios e superfícies circundantes, aos quais os ouvidos não respondem sozinhos. Estando de pé sobre uma superfície ressonante como um assoalho de madeira, podemos “ouvir” passos se aproximando através dos pés. Na época em que iniciei os estudos para o mestrado (em 2006) testemunhei uma interessante cena de audição-tátil. Na primeira vez que visitei o Ministério Keiraihaguiai<sup>34</sup>, trabalho com surdos vinculado à 1ª Igreja Quadrangular de Curitiba<sup>35</sup>, para a realização de um trabalho de assessoria de comunicação, entrei na velha casa branca, de alto pé direito em busca do pastor responsável para discutir o projeto. Uma música (um tradicional cântico cristão) de intensidade “ensurdecadora” para um ouvinte tomava conta de todo o ambiente.

Imediatamente ao lado da potente caixa de som de onde vinha a música, cochilava um rapaz surdo de uns 18 anos, esparramado sobre um pequeno sofá da sala central da casa, deixando a mão sobre o piso de tábua corrida para “sentir” a música (segundo me informou posteriormente). Parada à sua frente analisando a cena por uns instantes, pude entender com meus pés fixos e atentos ao chão de madeira (extremamente condutor do mais leve ruído de um passo), o que é “ouvir com o corpo”. Na fala, ouvimos o som da nossa própria voz, em parte, através de uma condução interna de vibrações nos ossos da cabeça. Na medida em que essas vibrações passam ao largo do ouvido, elas podem ser sentidas por um surdo falante. Além disso, pessoas surdas podem julgar a qualidade de sua voz colocando um dedo em seu pescoço, na região da laringe, e podem igualmente “ouvir” o som de um instrumento musical, rádio ou aparelho de som tocando a caixa de som ou amplificador (RÉE,1999:36). Nestes exemplos de “audição-tato” o que é ouvido não é nada parecido com o som na forma como ele é experimentado por um ouvinte cujos ouvidos “funcionam normalmente”.

<sup>34</sup> Keiraihaguiai é uma palavra grega composta que significa “*mãos de fogo*” – nome criado pelo intérprete e pastor Marco Antônio Arriens por acreditar que as mãos são o elemento mais importante da comunicação do surdo.

<sup>35</sup> A Primeira Igreja Quadrangular de Curitiba está sediada á rua Alberto Foloni, no bairro Juvevê em Curitiba-PR. Naquela época, o Ministério tinha uma residência própria, à parte da estrutura da igreja (mas mantida por esta), onde funcionavam todas as suas atividades com os surdos – similares às realizadas hoje pelo grupo da PIB. Esta casa ficava a menos de 1km de distância da sede da igreja, na rua Colombo, 132, também no bairro Juvevê.

Depende-se das propriedades ressonantes particulares das superfícies de contato, e principalmente da sensibilidade das mãos e dos pés. Como regra, entretanto, o som alcança os surdos “*como uma confusão turva de ruído*”, sem significados precisos, a menos que sejam coletivamente trabalhados e vivenciados (WRIGHT, 1990: 09. RÉE, 1999: 53).

Outro tipo de experiência de som, realizada não através do toque, mas da visão contemplativa, é relatada por Wright: “*Apenas onde nada se move, como num dia perfeitamente calmo, o mundo parece estar envolvido em total silêncio. Diante do mais leve movimento, o silêncio é estilhaçado. Já quando as pessoas falam há movimentos visíveis na face, e, especialmente, nos lábios*”(WRIGHT, 1990:21). Assim, uma visão atenta a movimentos diversos poderia, em certa medida, oferecer um tipo particular de decodificação do som. Essa é a base lógica da prática da leitura labial, que pode ser ainda acompanhada e amplificada pela força expressiva de gestos visíveis das mãos. Busca-se “*ver*” o som, construir significados por meio de elementos visuais a ele atribuíveis.

Diante da iminência dos recursos visuais, há ainda outra forma particular de experienciar o som (ou sua ausência): sistemas gestuais complexos, elaborados em meio a comunidades de surdos a ponto de constituírem línguas em si mesmas, totalmente equivalentes às faladas. Trata-se das Línguas de Sinais (ARMSTRONG, STOKOE & WILCOX, 1995). Nesta modalidade linguística, como fala e sinais são formalmente equivalentes, a possibilidade de se estabelecer um envolvimento mútuo e direto entre o *eu* e o *outro* por meio dos sinais deve ser tão grande quanto o é por meio da fala. Ingold (2008) afirma que os movimentos das mãos nos gestos respondem a movimentos visualmente perceptíveis no entorno do sinalizador, do mesmo modo em que no contexto oral os sons da fala repercutem as propriedades do ambiente acústico, produzindo um “*iconismo gestual*” – a contrapartida precisa do iconismo fonológico na fala de culturas supostamente “*auditivas*”, como os Umeda estudados por Gell (1995: 247). Fala-se com o corpo<sup>36</sup>.

Embora nesta pesquisa antropológica não nos caiba um tratado linguístico sobre a construção e regras das LS, muito nos interessa compreendê-las enquanto recurso para a tecitura das relações sociais, uma possibilidade de abertura ao diálogo “*rompido*”, um *tipo* possível de acesso ao mundo que permite restabelecer a comunicação entre o *eu* e o *outro* – desde que este também seja surdo e/ou desenvolva a habilidade expressiva gestual-visual, “*falando*” com seu corpo. Nesse sentido, a prática das LS permite deslocar o eixo teórico antropológico das culturas orais e a centralidade do ouvir, para encontrar fundamentos no debate dos fenômenos da expressão – em busca de compreender uma experiência social não somente linguística, mas corporal e identitária.

---

<sup>36</sup> Num sentido muito particular e distinto da teoria generalista difundida em “O Corpo Fala”, de PIERRE WEIL & ROLAND TOMPAKOW.

No clássico “*As Técnicas do Corpo*”, publicado no *Journal de Psychologie* em 1935, Marcel Mauss destaca algumas maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional sabem se servir de seu corpo, considerando-o metodologicamente como o primeiro e o mais natural instrumento a serviço da cultura (MAUSS, 2003:407). A partir dos critérios aplicados ao exemplo utilizado nesta obra (a natação), poderíamos também avaliar o uso das LS como técnica corporal específica, uma arte gímnica aperfeiçoada que manifesta um fato social total. Língua e corpo, que pareciam campos distintos, unem-se num fenômeno onde a língua reforça que toda técnica corporal tem suas especificidades. O processo de comunicação linguístico e corporal das Línguas de Sinais é uma habilidade que se aprende lentamente, no mesmo processo de educação fundamental das técnicas que, segundo Mauss, consiste em fazer adaptar o corpo a seu uso, num mecanismo de retardamento e inibição de movimentos desordenados, que permite a seguir, uma resposta coordenada de movimentos coordenados, que partem então na direção do alvo escolhido.

Como no caso analisado por Mauss, aqui a noção de educação que se sobrepõe à de imitação, evidencia “*para dentro*” – o prestígio da pessoa que faz o ato ordenado, autorizado, provado, em relação ao indivíduo imitador (MAUSS, 2003:403) – e gera ainda uma alteridade “*para fora*” – uma separação entre o “*nós*” e os “*outros*”, uma espécie de sinal diacrítico dos praticantes desta *técnica*. Agregado a ela, uma série de ideias e interpretações do mundo e da condição da surdez são aprendidos, formando um conjunto que comporta elementos biológicos, psicológicos e sociais, de modo indissolúvel. Tanto Mauss como Van Gennepe (1977) mostraram que as técnicas do corpo correspondem a mapeamentos socioculturais do tempo e do espaço.

As formas de apropriações do corpo geram questionamentos a respeito de subjetividades e sociabilidades. O uso mimético do corpo entre surdos seria não apenas um recurso de adaptação linguística ou comunicacional, mas uma base para se alcançar o sentimento de *viver em comum* com os outros, permitindo demonstrações de engajamento no momento histórico vivido. Como diria Anthony Giddens (1992), “*o corpo é um terreno privilegiado das disputas em torno de novas identidades pessoais, ou mesmo da preservação de identidades históricas*” (GIDDENS,1992:18). Para o autor o corpo não é apenas uma entidade física, mas um sistema-ação, um modo de *praxis*, e a sua imersão prática nas interações quotidianas é essencial para a narrativa da auto-identidade. O corpo é, portanto, um lugar habitado por discursos, como reforça Merleau-Ponty:



O corpo é a unidade máxima de representação do ser humano e por isso adquire importância para toda vida e cultura. Para viver é necessária a mediação do corpo, que é o primeiro dos objetos culturais, o portador dos comportamentos. Vive-se com o corpo. Toda percepção exterior é imediatamente sinônima de certa percepção do corpo, como toda percepção do corpo se explicita na linguagem da percepção exterior. (MERLEAU-PONTY,1971:15)

Assim como ouvir é mais do que se apropriar do som, o sinalizar (falar em sinais) vai muito além de expressão física ou linguística, mais que “compensação”. É a exploração de técnicas corporais somadas a fatores discursivos, identitários e até mesmo políticos. Longe de ser um mero recurso de mímica, como se julgou por muito tempo, os gestos e coordenações corporais e faciais que constituem as LS formam não apenas um sistema que permite categorizar o mundo, mas que evidencia processos sociais de identidade e sociabilidade. São *bons para pensar* e bons para viver.

Em vez de abandonar as experiências vividas de indivíduos pela consciência coletiva sensória da sociedade, é, certamente, a esse entrelace criativo de experiência no discurso e às maneiras como as construções discursivas resultantes, por sua vez, afetam as percepções das pessoas do mundo que as cerca, que uma antropologia dos sentidos deveria primeiramente direcionar sua atenção. ‘Fazer sentido’, em suma, não consiste na sujeição da natureza humana às condições sociais (CLASSEN, 1993: 05), mas no envolvimento de pessoas inteiras, umas com as outras e com seu ambiente, no processo contínuo da vida social. (INGOLD, 2008:38)

A partir desta percepção, o uso das Línguas de Sinais pode ser analisado sob um ângulo diferente. Deixa de ser o recurso utilitário de religamento ao mundo “normal”, de ajuste ao mundo dos sons. Torna-se um meio de constituição de um novo mundo distinto e peculiar, cujo principal fim é, assim como na experiência social da auralidade, permitir sociabilidades, ligar as pessoas em sociedade.

Se por um lado a Antropologia atenta para as experiências pessoais como evidências das regras vigentes entre as relações sociais, complementarmente se preocupa também com a construção coletiva de ideias e como a consolidação de categorias coletivas de pensamento influenciam as experiências individuais. Considerar culturas como sistemas de pensamento socialmente compartilhados não exclui as condições e contextos da vida prática individual, dentro da qual as pessoas desenvolvem e incorporam suas próprias habilidades de ação e percepção. No campo da Antropologia das Formas Expressivas isso denota que podemos desvendar a preeminência dos sentidos na paisagem sensorial de determinada cultura, mas a partir disso, pode-se construir novas experiências de usos do corpo, de construção de identidades e até mesmo de sociabilidades –

enfrentando novos conflitos inerentes a elas. Partindo de experiências sensoriais diversas, segundo o significado e a importância relativa atribuídas aos sentidos, teríamos a possibilidade de investigar como modos de vida se organizam em outros quadros culturais fora dos padrões de normatividade vigentes, que, em última instância, podem revelar hierarquias e estereótipos de autoridade moral e política.

Em suma, as variedades de experiências sensoriais geradas no curso do envolvimento corporal prático das pessoas com o mundo ao seu redor, e o modo como tais experiências são ordenadas e ganham significado dentro dos conceitos e das categorias de uma cultura, nos conduzem a considerar que o corpo, com seus vários sentidos, abrange o terreno cognitivo da cultura. Não consiste numa mera sujeição da natureza humana às condições sociais, mas no envolvimento de pessoas inteiras, umas com as outras e com seu ambiente, no processo contínuo de uma vida social imprevisível.

## CAPÍTULO II

### OUVIR x “FALAR”: TEORIAS E EXPERIÊNCIAS EM TORNO DO FENÔMENO DA SURDEZ

#### 2.1 CONCEPÇÕES CORRETIVAS DA SURDEZ

Entender como o grupo pesquisado pensa sua própria condição de surdez nos leva a uma revisão prévia (ao menos superficial) das histórias que lhe foram contadas ao longo de sua socialização. Assim, pontuar alguns marcos históricos, por vezes desconexos de tempo e espaço, comumente difundidos em livros, apostilas e registros que tratam do tema da surdez, é necessário para nossa compreensão de como os surdos enxergam seu “surgimento” ou buscam as raízes de sua “discriminação” na sociedade “normal”.

A História ocidental registra em diferentes épocas e lugares, a existência e tratamento de surdos na sociedade. Tais relatos acabam por evidenciar transformações nas múltiplas concepções sociais da surdez – como cada sociedade e época enxerga o que é não ter audição (perda, negação), “ter surdez” (deficiência, doença) ou ser surdo (afirmação, identidade) – entendimentos completamente diferentes e discursos de “verdades contextualizadas” que denotam as possibilidades de lidar socialmente com essa (a)normalidade chamada surdez.

Segundo Moura (1996) da Antiguidade até a Idade Média há registros de que o ser humano que nascesse ou estivesse sob a condição da surdez (como qualquer outra deficiência), estaria fadado à discriminação, podendo ser condenado à morte. A exemplo disso, Moura relata que na antiguidade chinesa os surdos eram lançados ao mar; entre os gauleses, eram sacrificados a Teutatis (um deus celta associado à guerra) por ocasião da tradicional Festa do Agárico; em Esparta, um dos berços da civilização ocidental moderna, havia uma comissão aplicada à vistoria das crianças para lhes dar, ou não, o direito de sobreviver conforme fossem bem ou mal configuradas biologicamente. Tal comissão prezava pela perpetuação de cidadãos fortes e saudáveis e, para tanto, agia pela aniquilação dos deficientes – que no caso dos surdos, eram jogados do alto dos rochedos. Outra pesquisadora (surda) (STROBEL,2008) relata que também em Atenas os surdos eram rejeitados, normalmente abandonados nas praças públicas ou nos campos. Tais procedimentos se respaldavam, dentre outros pilares, no pensamento filosófico – que três séculos antes de Cristo, disseminara com Aristóteles a ideia de que a linguagem (associada à fala) era o que dava ao indivíduo a condição de humano. Para o filósofo *"a fala viva é privilégio do Homem, o único e correto veículo do pensamento, a dádiva divina da qual foi dito verdadeiramente: a fala é a expressão da alma como*

*a alma é expressão do pensamento divino*" (ARISTÓTELES, 1998:10). Tal referência tinha repercussões profundas no cotidiano da sociedade.

Higgins (1990) relata que entre os romanos os surdos que não falavam não tinham direitos legais, não podiam elaborar testamento e precisavam de procuradores para qualquer negócio que desejassem efetuar. Eram considerados “incapazes de gerenciar sua vida” e, por essa razão, equiparados a portadores de retardo mental. Tal legislação foi modificada com o Código 529 de Justiniano (483-482 a.C.) que, segundo Arriens (2006), dentre diversas aplicações “*protegia os indivíduos surdos*” – preferencialmente os de famílias nobres que pudessem receber uma educação formal (principalmente através da escrita) – permitindo-lhes herdar propriedades e “*reconhecendo-os como cidadãos e pertencentes à sociedade*” (ARRIENS, 2006:05). Conforme relata o autor, somente alguns séculos depois a Ciência iniciava a distinção de graus de deficiência auditiva, e educadores (na sua maioria padres) passaram a ser requisitados por famílias nobres que tinham como membro algum filho surdo para que tivessem cuidados especiais. Nesta época, mesmo na Igreja Católica acreditava-se que suas almas não poderiam ser consideradas imortais por serem incapazes de pronunciar oralmente os sacramentos para sua salvação.

Na Idade Moderna surgiram novos métodos de ensino e socialização para permitir ao surdo viver em sociedade. No século XIV, o advogado e escritor italiano Bartollo della Marca d'Ancona foi o primeiro a defender a possibilidade dos surdos aprenderem. Mas somente duzentos anos depois, na Espanha do século XVI, é que efetivamente surgiram os primeiros educadores de surdos, quando foi publicada a primeira referência à distinção entre surdez e mutismo<sup>37</sup>, no livro "*De Inventione Dialectica*" escrito por Rodolfo Agricola e datado de 1528. O autor conhecera um surdo congênito que compreendia a escrita e que, segundo seus relatos, expressava-se “perfeitamente” através dela. O fato o motivara a se dedicar ao estudo do assunto, defendendo a capacidade de aprendizado dos surdos e culminando com a publicação da obra.

Foi também neste período que o médico italiano Girolano Cardano (1501-1576) declarou que surdos podiam e deviam receber instrução especializada, pois segundo seus estudos, poderiam aprender a ler e escrever mesmo sem desenvolver a fala. Cardano, cujo primeiro filho era surdo, interessou-se particularmente pelo estudo clínico do conjunto ouvido-nariz-cérebro, buscando compreender seu funcionamento integrado – abrindo caminho para uma primeira concepção da surdez: a concepção médica. Nela, o surdo é um ser biológico “com um defeito” a ser corrigido, “curado” na medida do possível. Desta concepção nasce a identificação do surdo como “deficiente auditivo” – termo médico utilizado para descrever indivíduos com nasceram ou perderam (antes da

---

<sup>37</sup> Até os dias de hoje, 2010, o senso comum associa diretamente a surdez ao mutismo, estigmatizando o surdo como surdo-mudo ou mudo. Essas identificações do *outro* serão retomadas em relatos de campo.

aquisição da linguagem) a integridade dos órgãos ou sensibilidades responsáveis pela percepção dos sons e, portanto, caracterizados pela perda auditiva – existente em diferentes graus (MOURA, 1996). Como ressalta Lulkin (1998), “*aquele que não ouve tão bem, ou não percebe algumas manifestações sonoras na medida em que deveria*<sup>38</sup>, frequentemente passa a ser distinguido como alguém com perda, com carência, com falta de, com deficiência e como pessoa portadora de uma especificidade” (LULKIN, 1998:40).

A postura “corretiva” da surdez teve como um de seus principais aliados os Aparelhos de Amplificação Sonora Individuais – AASI<sup>39</sup>, aos quais se somava o sistema de ensino baseado na LOF – leitura-oro-facial, (conhecida como leitura labial) – habilidade que envolve simultaneamente a capacidade de captar o som da fala pelo acompanhamento pericial dos movimentos do rosto na fala, assim como o treinamento intensivo para estimular e aperfeiçoar a dicção do surdo como orador.

## 2.2 O ORALISMO – UM MÉTODO EDUCACIONAL

A oralização foi uma prática que ao final do século XIX marcou história no desenvolvimento social e educacional dos surdos ocidentais, com vistas a integrá-los na sociedade e lhes garantir uma vida “normal” pela anulação (ou minimização) da deficiência. Na Alemanha, o médico suíço Johann Konrad Amman foi o principal defensor do que veio a ser reconhecido como Movimento Oralista – método de treinamento da fala para surdos, que acreditava ser este elemento fundamental de definição da condição humana. Amman publicou em 1704 um livro que se tornou a base do modelo alemão para a educação de surdos, onde afirma que “*a fala tem poderes especiais, pois na voz reside o sopro da vida, a voz de Deus*”<sup>40</sup>. O médico suíço era contra o uso de quaisquer recursos gestuais ou sinais manuais, pois afirmava que seu uso atrofia a mente para o posterior desenvolvimento da fala através do pensamento (ARRIENS, 2006:07).

Sobre a técnica de leitura labial (LOF – Leitura Oro-Facial) defendida pelo método, Strobel

<sup>38</sup> Grifo meu.

<sup>39</sup> É importante ressaltar que a colocação dos aparelhos auditivos não diz respeito somente a uma soma tecnológica. Fonoaudiologicamente exige uma avaliação auditiva prévia e um adequado treinamento para potencializar o aproveitamento de audição residual, e socialmente há outras implicações no “ajuste” e reintegração do “novo ouvinte” ao mundo dos sons (Exemplo ver SACKS, Oliver. Um antropólogo em Marte. São Paulo: Cia das letras, 2006. pg 48 – sobre readaptação ao daltonismo). Tal aproveitamento determinaria o desenvolvimento ou não da linguagem oral.

<sup>40</sup> Segundo o pastor e intérprete Marco Antônio Arriens (2006), tal compreensão se pauta no livro bíblico de Gênesis, base para a fé Cristã. Ali, o primeiro capítulo define que “*No início era o Verbo, e o Verbo se fez carne...*” levando à interpretação do poder das palavras divinas.

(2006) – autora surda, oralizada – faz o seguinte comentário:

“Ler” a posição dos lábios e captar os movimentos dos lábios de alguém está falando e é só útil quando o interlocutor formula as palavras de frente, com clareza e devagar. Além disso, a meu ver a maioria de surdos só consegue ler 20% da mensagem através da leitura labial, perdendo a maioria das informações. Geralmente os surdos ‘deduzem’ as mensagens de leitura labial através do contexto dito. (STROBEL, 2006:15)

Em acordo com o relato de Strobel, Oliver Sacks (2007) critica a prática da oralização para a correção da surdez, afirmando que “leitura labial” é um termo bastante inadequado para designar a complexa “arte de observação”, pois designa uma noção de “ler” como captar algo que está dado – quando é na verdade um exercício de “inferência e adivinhação”, não apenas habilidade visual: *“75% dela é uma espécie de adivinhação inspirada ou conclusão por hipótese, dependendo do uso de pistas encontradas no contexto”* (SACKS,2007:82).

O Oralismo teve como ponto alto o ano de 1880, ocasião da realização do Congresso de Milão – uma reunião internacional de líderes e instrutores de surdos que oficializou o Oralismo como método de ensino. Nela, agregaram-se centenas de representantes da França, Itália, Grã-Bretanha, EUA, Canadá, Bélgica, Suécia e Rússia, e dentre eles, apenas um grupo de poucos surdos (ARRIENS, 2006:14). Neste período, outra figura marcante na construção das bases oralistas foi o médico francês Jean-Marc Itard, que desenvolveu uma técnica especial para a colocação de cateteres no ouvido de deficientes auditivos. Com isso, o trabalho de Itard se tornou famoso a ponto de anos mais tarde ser homenageado com a aplicação de seu nome à Sonda de Itard – um instrumento clínico de Otorrinolaringologia utilizado até os dias atuais.

O método se tornou o parâmetro da educação de surdos por excelência, difundindo-se por todo o mundo, e por isso, sendo vivenciado também em escolas e institutos de surdos no Brasil, até o ano 2000. Neste ponto, a influência dos “fatos” históricos tão globais e dispersos, passou a ser sentida sobre as experiências individuais de surdos brasileiros, chegando até Curitiba. Em meio ao grupo pesquisado, a vivência do método oralista foi uma regra – todos haviam passado por uma experiência oralista, fosse com maior ou menor duração que os demais. Ao conhecê-los no dia a dia, na prática de diálogo com uma pessoa absolutamente limitada no conhecimento da LS como eu era, todos os surdos do grupo se mostravam dispostos a ler uma ou outra palavra, ocasionalmente, cujo sinal eu (ou outro ouvinte na conversa) não conhecesse. Porém, quanto a tornar a LOF como recurso oficial de comunicação, surgiam diversas queixas e caracterizações de impossibilidade – tais como no relato de Gladis Perlin, surda, gaúcha, pesquisadora da comunidade Surda no RS:

Ouvintes me deixam assustada. É difícil compreender o que transmite seu pensamento através de lábios que se movimentam com uma rapidez, terrivelmente louca. Observo os lábios com atenção e consigo entender algumas ideias, mas, na maioria das vezes, desanimo pelo cansaço e pela chateação que me invade por não conseguir ter uma noção correta das mensagens dadas.(PERLIN,2003:09)

Vilhalva (2004:26) – autora surda – explica que para compreender uma conversa totalmente oral, o surdo busca nos movimentos dos lábios e expressões as palavras-chave que, apesar de vagas, num ambiente em que a pessoa está familiarizada permitem que ela “leia” as intenções daqueles que a cercam. No entanto, ao mudar de ambiente, ou seja, de meio social, os códigos se alteram e o processo fica extremamente prejudicado. Pontuando uma série de problemas na LOF, Vilhalva conclui: *“a leitura labial é mitificada, e jamais servirá ao pretense reajuste social do sujeito surdo”*. A esse respeito, Machado (2008) observa que “de forma míope” a maioria das escolas regulares com alunos surdos aderiu à abordagem oralista, não aventando outras possibilidades de comunicação. Segundo o autor, *“parece haver um consenso mudo, por exemplo, sobre o fato de que, se todos falam, o estudante surdo deve também falar”* (MACHADO, 2008:24). Observação endossada por Witkoski<sup>41</sup> (pesquisadora surda), artigo em que menciona a cobrança do aprendizado da fala pelo surdo. Segundo ela, as pessoas “normais” acham que a ausência da fala equipara um surdo a um animal, um ser irracional. Conforme relata:

*“Tamanha é essa referência que por muito tempo – e ainda hoje, segundo vivências relatadas por amigos surdos – ao se comunicarem por meio de Libras em um ambiente ocupado predominantemente por ouvintes, seu uso é referido como “coisa de macaco”. Mesmo não tendo passado por situação explícita de discriminação como essa, ao conversar com amigos surdos pela língua de sinais percebo um preconceito sutil: nos olhares, no quanto parecemos exóticos, sendo observados disfarçadamente.”* (WITKOSKI, 2009:566)

Mais que exotismo, o termo “macaco”<sup>42</sup> citado de forma depreciativa aponta para preconceitos associados à surdez como involução, falta do processo educativo, tomando o uso de recursos gestuais como resultado direto desta “ausência” – razão pela qual, por séculos surdos não sinalizavam em público e o oralismo rejeitava seu uso. Nesta perspectiva, Moura (1996:03) critica a postura de especialistas (da educação, psicologia, fonoaudiologia) que acreditam na infalibilidade

<sup>41</sup> Witkoski, S.A. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009. A autora é surda e atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) tendo como objeto de pesquisa a Educação de Surdos.

<sup>42</sup> Além de selvagem, o animal é considerado pela zoologia o mais próximo do ser humano, devendo portanto, ser objeto de distanciamento ritual muito rigoroso, segundo as ideias de Edmund Leach (1983). Para o autor, em uma grande variedade de culturas, um insulto consiste principalmente em violações de normas muito significantes, mas substancialmente implícitas”. Mais que uma opinião negativa, implica o rompimento de uma norma social. Para Leach, o uso de expressão de nomes, atos ou gestos socialmente interditos geralmente se referem aos muito próximos ou muito longínquos de si, sejam pessoas, animais ou fatos corpóreos.

do método oralista, para o qual o insucesso nos resultados é sempre responsabilidade da pessoa surda, da família ou da inadequação do recurso utilizado à necessidade do paciente. Do ponto de vista de quem foi educado neste método, as críticas são recorrentes.

Mara é uma surda que conheci através do contato de um intérprete, que há muitos anos participou do grupo da PIB, pelo Orkut<sup>43</sup>. Uma curitibana que nasceu “normal” mas não experimentou essa “normalidade”: tornou-se surda aos 4 dias<sup>44</sup> de vida. Segundo sua própria fala, em conversas espontâneas, teve uma experiência de “muito amor e paciência por parte de sua família “(com destaque para o papel da mãe e algumas figuras femininas específicas como uma professora da primeira série primária). Contudo, quando discutíamos o assunto da educação do surdo e oralismo, a maior parte de suas lembranças eram revisitadas por um doloso processo de estar sempre se adequando aos ouvintes, um contínuo registro de sofrimentos e cobranças difíceis de corresponder. Muitas recordações dos informantes se assemelhavam às registradas por Strobel (2008):

*“Na maior parte de minha infância estudei em uma escola para surdos onde usavam o método verbotonal, uma metodologia oralista, que foi implantada na época. (...) Aprendi a falar, mas não sabia me comunicar, só ficava repetindo as palavras, igual a um papagaio, sem entender seus significados, tudo muito mecânico e sem emoções. Ideias minhas, que afluíam cada vez mais em maior número diante da vida ao meu redor, ficavam sufocadas em algumas dezenas de palavras aprendidas e repetidas, tudo muito frio. Eu estava expandindo o meu mundo e necessitava de uma língua em que pudesse me identificar e isto era reprimido pelos professores que deveriam me encorajar. Com a minha linguagem limitada eu não compreendia o que acontecia ao meu redor no dia-a-dia, mas eu era muito curiosa e queria saber o ‘porque’ de tudo e não recebia respostas e reprimia tudo dentro de mim e ficava muito agitada e ansiosa. Nestas escolas de ouvintes, seguiam informações de ‘tratamento’ para comigo orientada pelos especialistas da escola oralista para surdos, mandavam que eu sentasse na frente pra fazer leitura labial, que eu detestava, porque perdia a visão global de sala”.* (STOBEL, 2008:15).

Strobel foi submetida a longos anos de oralização por ser natissurda. Contudo, os esforços de oralização nela aplicados tiveram resultados bastante similares aos de outros autores surdos tardios que enfrentaram desafios de uma adaptação da “normalidade” para a surdez, e cujo contato com a oralização tem sido muito mais em uma perspectiva acadêmica, no conhecer outros surdos que efetivamente cresceram sob o método.

<sup>43</sup> Rede social da internet, de acesso gratuito onde as pessoas cadastradas adicionam contatos e trocam publicamente entre si conteúdos como fotos, textos, recados, vídeo.

<sup>44</sup> Por esta razão, Mara considera a si mesma como natissurda, de modo que assim a descreverei ao longo do trabalho.



Ao olhar para trás, cada surdo consegue fazer uma crítica aos processos de socialização pelos quais passou. Porém, na época em que o oralismo e a medicalização da surdez chegaram ao Brasil no século XX, pouco se sabia a opinião dos surdos em tratamento, registrava-se apenas o discurso de educadores e profissionais. Como efeito disso, na mídia e no senso comum circulavam ideias perspectivadas, como por exemplo, a de que todo surdo é mudo (conceito de surdo-mudo) e que portadores dessa “doença” podem por meio de ações corretivas “voltar ao normal” e falar. Alguns recortes de jornais arquivados pela Feneis<sup>45</sup>, retirados de impressos populares regionais como Correio da Manhã, Estado de Minas, O Globo, Tribuna da Imprensa, Última Hora, exemplificam desde os títulos das matérias, a força da concepção médica e corretiva da surdez, vigente nas décadas de 50 e 60.



Figura 2. Matéria do Jornal Última Hora de 1952 /São Paulo – o esteriótipo “surdo-mudo”.

<sup>45</sup> Arquivos em formato eletrônico (PDF), digitalizados a partir de originais que não foram localizados nos arquivos físicos da instituição. A leitura na versão eletrônica permite verificar os textos aqui mencionados, mas se tornam ilegíveis na versão impressa devido à baixa resolução com que o material foi digitalizado.

A divulgação dos primeiros resultados obtidos pelo Instituto Santa Terezinha – uma “escola especial” para meninas surdas da cidade de São Paulo<sup>46</sup> – foi tema de uma reportagem no Jornal Última Hora, no ano de 1952. O Instituto, fundado em abril de 1929 pelo grupo católico Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Calvário, inicialmente funcionava na cidade de Campinas-SP. Em 18 de março de 1933, transferiu-se para São Paulo, funcionando inicialmente em prédios alugados, até que em 1939 instalou-se em prédio próprio doado por um otorrinolaringologista (Dr. Otoni Rezende Barbosa), que se interessava pela educação dos surdos. Foi a primeira escola particular para surdos do Brasil, que atendia exclusivamente meninas surdas vindas de todo o país, em regime parcial ou de internato. O principal objetivo era oralizá-las para reintegrá-las ao meio social. Na escola, as meninas aprendiam o conteúdo do ensino regular, recebiam treinamento para alguns possíveis ofícios (pintura, bordado) mas a principal ênfase estava nas aulas de oralização e LOF, a fim de que pudessem falar e ler os lábios dos falantes.

Ao relatar cenas de sala de aula e descrever as práticas de sucesso da instituição, a matéria do jornal revela o esteriótipo do surdo vigente à época, e quais eram as possibilidades de sociabilidade e desenvolvimento associadas a ele. As fotografias evidenciam um método de ensino de segregação e isolamento em relação à sociedade, conflitante com representações de juventude usadas como referência no próprio texto da reportagem. Nas fotos, meninas de diversas idades (aparentando de 6 a 16 anos) são colocadas lado a lado, definidas simplesmente como “meninas surdas”, indistintamente de faixas de interesses ou fases de sociabilidade. As imagens são paradoxais ao título da matéria: *Brotinhos Surdos-mudos poderão falar de amor*. À época, o termo “brotinho” era uma gíria que designava jovens, termo hoje substituído pela noção de adolescentes. Sallas (*et al*, 1999) afirma que as noções e percepções de infância e juventude são marcadas socio-historicamente, não caracterizando uma questão etária ou biológica, e tampouco, uma conceituação consensual. Contudo, enquanto categoria sociológica, indica um processo de preparação para a vida adulta, quando ocorre uma revisão e síntese das identificações infantis, caracterizando uma transformação bio-psicológica. No contexto destacado pela matéria, embora houvesse mapeamentos distintos daquilo que atualmente se considera infância e juventude; havia uma percepção de “fases” da vida que parcialmente se dissolve no relato.

“*Falar de amor*”<sup>47</sup> faz uma associação direta a um tema central para a juventude: a preocupação em “encontrar um amor”, relacionar-se com o sexo oposto. Contudo, a situação

<sup>46</sup> O Instituto Santa Terezinha atualmente tem sede à Rua Samambaia, 571 - Bosque da Saúde, em São Paulo, capital. Continua a atender surdos, porém de ambos os sexos e adotando o método Bilingue desde 1990.

<sup>47</sup> Termos difundidos pelo movimento musical popular da década de 50 marcado em especial pelas letras de música e “meiguice infantil” de Celly Campello e suas gravações como “Banho de lua” e “Estúpido Cupido” (MEDEIROS, 1984). Uma série de gírias, como “broto” e “bicho” eram transmitidas através das canções e entrevistas dos “roqueiros” e mostravam-se como ícones de representação da juventude da época.

concreta de contato social das alunas excluía esta possibilidade – dado que não tinham contato com jovens do sexo oposto (fossem surdos ou ouvintes) – não sendo uma modalidade de sociabilidade disponível às internas do Instituto. A impossibilidade de “falar de amor” estava não só no ato de *falar*, mas marcada por restrições de contato social. Evidencia-se um conflito de princípios classificatórios entre o imaginário cultural veiculado pelas religiões, literatura, mídia, cinema *etc* e a concretude da experiência de contato entre o “deficiente” e o “normal”, conforme ressalta Amaral e Coelho (2003).

O subtítulo da reportagem anuncia: “*Recuperam a voz observando o movimento dos lábios*”. Por um lado, reforça a ideia de senso comum de que a leitura labial é uma técnica de observação, aprendida com o uso aplicado da visão, sendo a responsabilidade de recuperação do surdo praticante. Por outro, tece uma associação entre voz e leitura labial – talvez a equivalência pudesse ser estabelecida em relação a recuperar a audição (ler a voz do *outro* falante) mas somente o movimento dos lábios não teria efeito direto sobre produção da *voz* do próprio surdo.

Na caixa de texto abaixo do título, o jornal descreve um trabalho de “*suaves Irmãs de caridade que ajudam espíritos encarcerados na masmorra do próprio corpo – que tornaram-se mudas por haverem nascida surdas” (grifos meus). A noção de prisão, de um isolamento pelo silêncio conforme já mencionado em Le Breton (1999), aparece como efeito de duas etapas distintas: a fatalidade de ter nascido surda, e a consequência a ela associada de se tornar muda. Há uma noção de recuperação, mesmo que as surdas nunca tenham experimentado o que “foi perdido”. Sugere-se a possibilidade de se recuperar a voz de forma entusiástica, destacada na legenda da foto principal: “*Completamente recuperada, a aluna já fala. Leu em voz alta diante da reportagem uma frase que a professora escreveu na lousa” (grifos meus). No entanto, *falar*, como ato discursivo de expressão de ideias não pode ser tomado como sinônimo de *ler*. A leitura é a reprodução da voz do autor do texto, uma espécie de imitação – e isso sim, denota a atividade expressiva das surdas mostradas na matéria. Mais abaixo (à esquerda), enfatiza uma menina que coloca uma vara no queixo da Irmã que lhe ensina as sílabas, “*para que sinta as vibrações da voz vinda da garganta – facilitando a “imitação” da pequena surda*”. Novamente, a imitação surge como recurso em contexto.**

Em certa medida, a imitação deve ser tomada como socialmente necessária para a construção de técnicas padrão para qualquer ser humano – como já mencionado por Mauss. Porém, quando este fala da *imitação*, ela seria um recurso primeiro, progressivamente substituído por uma *educação* do corpo – ser treinado a, fazendo novas aplicações criativas do recurso com base nos mesmos padrões de repetição implícitos. Nisso atingimos um senso objetivo de adaptação, uma *habilis* (MAUSS, 2003:411) de “saber como fazer”, não só reproduzir que é esperado. Para o

surdo, no entanto, a *imitação* / leitura das palavras não transcende a esta segunda etapa, permanecendo como associação mecânica graças a limitações no próprio corpo no qual as regas deveriam ser inscritas.

O surdo não desenvolve artificios criativos (“*habilis*”) nessa “fala” – ainda que ela seja audível aos ouvintes. Ele procurará sempre imitar o que acredita ser o som para os ouvintes, a partir de associações às imagens visuais das palavras – dado que por não desenvolver *feedback* auditivo, não dominará espontaneamente o código da língua falada (COUTO-LENZI, 1988). Deste modo, as práticas descritas pelo jornal, relembram a “sensação de papagaio” mencionada anteriormente no relato de Strobel e outras experiências pessoais de oralização citadas pelos surdos informantes desta pesquisa.

Na reportagem, as internas do Instituto são consideradas “*libertas do encarceramento de seus corpos*”, mas vivem restritas a uma unidade institucional isolacionista (o colégio), de modo que suas relações se restringem, além de suas famílias, ao contato com outras meninas surdas e irmãs de caridade. Graças à técnica que as “libertas” estão privadas da sociabilidade prometida.

Uma segunda matéria de jornal (figura 2), apresenta o Clube dos Surdos de Alvorada, uma entidade privada situada no Rio de Janeiro que buscava congregar deficientes auditivos com fins social, recreativo e cultural seguindo um modelo norte-americano<sup>48</sup>. Por ocasião da reportagem, a entidade carioca lançava uma campanha para arrecadar mais sócios e doações de livros, com vistas a levantar recursos para construir uma nova sede que atendesse a atividades diversas dos surdos de todo o país, vindos que várias cidades para se tratarem ali.

A reportagem comenta as finalidades e projetos do clube, e ao final, o então presidente da associação diz que, com esse trabalho, os surdos ali tratados “*poderão em pouco tempo se tornar falantes, e assim exercitar melhor suas habilidades e desenvolver sua inteligência*”:

---

<sup>48</sup> A reportagem não especifica em que sentido o clube seguia o modelo “Norte-americano”.

## Surdos que falam, estudam e trabalham como pessoas normais e já têm um clube

A Associação Alvorada (Rua Martins Ferreira n.º 26 em Botafogo) é uma "organização recreativa, social e cultural destinada a pessoas com deficiência auditiva a exemplo das que já existem nos Estados Unidos e outros países da América". No momento, a diretoria da Associação presta atenção exclusiva exclusivamente de surdos e lançou uma campanha com a finalidade de angariar mais sócios e também fundos para a construção de sede própria.

### AS VIRTUDES DO CIATALIDADES

#### A ASSOCIAÇÃO ALVORADA

Clube Alvorada das finalidades de BRASIL criada o JORNAL DO ESCOLAR FUI visto ontem o Sr. João Agostinho de, vice-presidente da Associação nos que nos disse:

Os surdos nos surdos falantes. Eles sabem com esforço próprio ler e escrever por meio da palmar. Eles sabem ler e escrever com os dedos e com o meio de seus olhos e mãos. Eles sabem ler e escrever com os dedos e com o meio de seus olhos e mãos.

Os surdos sabem ler e escrever com os dedos e com o meio de seus olhos e mãos. Eles sabem ler e escrever com os dedos e com o meio de seus olhos e mãos. Eles sabem ler e escrever com os dedos e com o meio de seus olhos e mãos.

Os surdos sabem ler e escrever com os dedos e com o meio de seus olhos e mãos. Eles sabem ler e escrever com os dedos e com o meio de seus olhos e mãos. Eles sabem ler e escrever com os dedos e com o meio de seus olhos e mãos.

Os surdos sabem ler e escrever com os dedos e com o meio de seus olhos e mãos. Eles sabem ler e escrever com os dedos e com o meio de seus olhos e mãos. Eles sabem ler e escrever com os dedos e com o meio de seus olhos e mãos.

Figura 3. Matéria de Jornal de 1958/Rio de Janeiro – O surdo pode ser “normal”.

O tom da reportagem é entusiástico, mas revela o senso comum vigente na época na medida em que faz associação direta da fala à inteligência e a outras habilidades práticas. Como se toda pessoa “normal” (ouvinte) fosse inteligente pelo simples fato de escutar e falar. E afinal, o que é o “normal”? Rita Amaral e Antônio Carlos Coelho (2003) registram que após a Assembleia Geral da ONU de 1975, passou-se a usar o termo “deficiente” para indicar pessoas que apresentassem ineficiências, imperfeições físicas ou mentais, preferindo-se o termo a outros mais estigmatizantes, tais como: deficiente visual a cego, deficiente físico a defeituoso/aleijado, deficiente mental a retardado etc. Assim, o termo parece se opor ao adjetivo "eficiente", significando antes de tudo, "não ser capaz", "não ser eficiente":

A "ineficiência", numa sociedade capitalista, de classes, de consumo, de exploração do trabalho, sociedade que ainda se pensa como um "corpo" faz, com a deficiência, um contraponto significativo, elaborado há muito tempo por instituições como a Igreja, o Estado e a família. O deficiente foi associado à anormalidade e os não deficientes à normalidade. (AMARAL&COELHO, 2003:01).

Com isso, os autores destacam que o estigma da anormalidade pode ser físico, mas é acima de tudo moral: por ser uma marca socialmente imposta a partir de categorias de pessoas, pré-define as possibilidades de cada uma delas nos diversos ambientes sociais, estabelecendo que tipos de relacionamento entre elas é possível acontecer. Nesse sentido, o surdo herda um estigma de incapacidade moral de assumir determinados papéis sociais, como os de trabalhador, indivíduo independente, capaz de gerenciar sua vida sozinho e, por decorrência, pode ser estereotipado como infantil, temperamental e preguiçoso. Nessa perspectiva, caso sua incapacidade comunicativa (“deficiência”) e moral sejam sanadas, o surdo pode vir a “normalizar” o exercício de seus papéis sociais na família e no trabalho.

Na frase de abertura da matéria analisada, tais padrões de estigma se revelam através do espanto progressivo á medida que se enuncia: Surdos que *falam*. Surdos que *estudam*. Surdos que *trabalham como pessoas normais*. E *já tem até um clube!* Encontra-se aqui subentendida uma ideia de evolução social e moral na medida em que os indivíduos se tornam aptos a assumir determinados papéis sociais<sup>49</sup>: o primeiro passo, falar > permite estudar > com estudo é possível conseguir um bom trabalho > e trabalhando, você teria acesso e direito ao lazer. A questão do lazer se coloca numa visão pós-industrial, dentro do universo do trabalho e em oposição a ele: a dicotomia do tempo de trabalho *versus* tempo livre, e por lazer entende-se o conjunto de atividades que o preenchem. Nessa visão utilitarista, perde-se de vista algo importante. Ao analisar mais de perto as regras que presidem esse o tempo livre por meio do lazer, Magnani (1994) ressalta que este

<sup>49</sup> Que, não coincidentemente, constituem o modelo de socialização adequada para qualquer pessoa “normal”.

representa, antes, uma oportunidade de – através de entretenimento e encontro – estabelecer, revigorar e exercitar regras de reconhecimento e lealdade que garantem a rede básica de sociabilidade. O que, especialmente para grupos cujo cotidiano não se caracteriza exatamente pelo gozo pleno dos direitos de cidadania, é de extrema relevância<sup>50</sup>. O tema lazer será retomado em um capítulo mais adiante.

A influência do modelo oralista de integração social é sentida até os dias de hoje. Assim como o relato de Strobel (2008), Luana (26 anos) – jovem surda de uma outra geração que também frequenta o grupo de surdos da PIB – contou sobre sua experiência de educação oralista destacando as situações de conflito, dificuldades e frustrações vivenciadas na socialização por esse método, assim como relatam outros indivíduos pesquisados por Perlin (2008):

*“Era tão chato quando a professora oralizava, quando tinha fono, aquilo era ininteligível. Na fono era preciso oralizar até doer a garganta. Eu acreditava que isso me levaria a oralizar como os ouvintes. Usava aparelho e odiava, mas estava sendo imposto, inclusive com nota no boletim. Havia ameaças. Se não usasse o aparelho era sinal de que estava indo mal nos estudos, não estava querendo ser perfeita, estava fugindo das regras escolares. Acreditava no que me diziam de que quando crescesse seria igual aos ouvintes. Um dia descobri que nunca iria falar como eles, seria mesmo impossível... No meu grupo de escola de 2º grau havia tanta fala e eu sofria por não conseguir acompanhar. As colegas ouvintes exigiam minha fala. É muito difícil ao surdo fala direito, fazer sons.”* (Perlin, 1998: 74, fragmento da narrativa de uma surda).

O oralismo marcou uma concepção clínico-patológica da surdez como deficiência a ser superada em diferentes graus, da qual resulta a ênfase no tratamento clínico fonoaudiológico e na inserção do surdo na escola comum. A intenção é integrar a pessoa surda no mundo dos ouvintes através da normatização da fala (SKLIAR,1997). Em contrapartida, os fatos vividos por surdos neste método mostram vivências de crises e fissuras que levaram à seguinte conclusão histórica: *“a comunicação via fala e leitura de lábios da língua falada é necessariamente muito limitada para uma pessoa que não pode ouvir. Portanto, a fala pode representar apenas funções comunicativas muito básicas para os surdos”* (SVARTHOLM, 1999:19). Devido a tal limitação, é comum a associação do surdo ao esteriótipo de “mudo”, como se “não ouvir” agregasse automaticamente o “não-falar”. Tais noções de senso comum ficam evidentes nas notícias publicadas nos jornais nas

<sup>50</sup> Relativo a esta visão do Clube Alvorada, embora ela não fosse formalmente colocada nestes termos, extra-oficialmente alguns intérpretes que conheci através da Feneis que tiveram oportunidade de conhecê-lo ou ouvir falar, comentaram que tratava-se de uma entidade exclusiva de surdos “falantes”, oralizados, e especialmente cidadãos da elite carioca. Informaram-me também que na mesma época de fundação do Alvorada, havia outra associação que “acolhia” surdos sinalizantes (usuários de língua de sinais, ainda não reconhecida oficialmente na época). A divisão evidencia algo que voltarei a abordar: não há uma homogeneidade em “ser surdo”.

décadas de 50 e 60 mencionadas e se perpetuam contemporaneamente. Exemplo disso pode ser observado em minha primeira visita a uma fábrica de Papéis em Curitiba, quando fui conhecer dois funcionários surdos, colegas de Márcio<sup>51</sup>, um dos surdos com quem fiz amizade na PIB. Descobri que os colegas de turno apelidaram os três “deficientes auditivos” que ali trabalham como *mudinho*, *mudão* e *surdão*. *Mudinho* é o Márcio, por ser natissurdo e menor (fisicamente) que o *mudão* – outro natissurdo chamado Gilmar, que é mais alto e gordo que o Márcio. O único que não é considerado “mudo” – por isso apelidado de “*surdão*” é o Saulo, rapaz alto e forte que era “normal” (nas palavras dos amigos ouvintes da empresa) e perdeu a audição mais tarde, quando tinha 18 anos. Hoje o Saulo tem 32. A lógica implícita no senso comum é que quem deixou de ouvir, ficou *surdo*. Quem nunca ouviu, é *mudo*. Particularmente, os três dizem não se incomodar em saber dos apelidos. Até porque eles não os “ouvem” chamando assim. Como a maioria dos colegas de trabalho do mesmo turno e seção da fábrica não sabe línguas de sinais, geralmente não chegam a travar diálogos profundos ou relacionamentos dos portões para fora, normalmente mexem com eles apenas em situações de piadas e brincadeiras através de mímicas e gestos “caseiros”, convencionados ali no grupo.

De forma geral, o oralismo foi a longo prazo sendo desqualificado, interpretado como um recurso arcaico na educação dos surdos, naquilo que Johannes Fabian (1983) chama de “negação da simultaneidade” (*negation of coevalness*). Para Fabian, o processo de obsolescência de conhecimentos e métodos trata-se de uma construção, um metarrelato da modernidade, um dispositivo de conhecimento em que se articula sociedade, tempo e espaço, transformando as demais formas de ser, pensar, outras formas de conhecimento, não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas. São colocadas num momento anterior do desenvolvimento histórico da humanidade (FABIAN, 1983). Nesse sentido, especialmente nas duas últimas décadas, o oralismo vem sendo retaliado pelos militantes da “causa surda”. Conforme ressalta Squariz (2008) foi preciso criticar veementemente o oralismo (tanto teórica como empiricamente) como um método que “*atrasa a comunicação e aprendizado surdo deixando-o sempre aquém da sociedade*” (SQUARIZ, 2008:18), para que fosse possível o aparecimento e reconhecimento novas propostas, até se chegar à adoção das línguas de sinais como forma adequada de comunicação entre surdos, assim como possível restabelecimento do diálogo entre surdos e

---

<sup>51</sup> Márcio é natissurdo, carioca, de 23 anos, mudou-se para Curitiba com sua família (toda formada por ouvintes) aos 12 anos de idade. Cresceu fazendo leitura labial e sendo oralizado, só arriscava alguns sinais “caseiros” na família. Alfabetizado, estudou a vida toda em escola oralista, em salas de aula exclusivas para surdos. Diz que era bom aluno, mas já terminou de estudar, não quer mais isso: já sabe ler e escrever, embora não goste. Foi aqui em Curitiba que aprendeu Libras, segundo ele, só de observar outros surdos conversando – o que pra ele foi “tarefa fácil”. É solteiro, trabalha numa indústria de papel de grande porte de Curitiba, fazendo amarras de pallets em caminhões. É integrante do grupo da PIB e namora uma outra surda do grupo, Patrícia, de 20 anos.



ouvintes. Mas algo de relevância neste conceito deve ser pontuado: até então, historicamente o surdo não possuía nada, era um “não-sujeito”. A partir da noção médica-corretiva o surdo ganhou um lugar social que, ainda que pela negativa, definia-o.

### 2.3 RECONHECENDO O “INADEQUADO”

Na década de 70, estabeleceu-se nos Estados Unidos uma proposta educacional e de socialização do surdo baseada num conceito de Comunicação Total (ou Bimodalismo). Este método defendia o uso de todo e qualquer recurso de comunicação disponível para auxiliar na aquisição de linguagem. Também chamado método simultâneo ou combinado, utiliza soletração através das mãos (datilologia), sinais, leitura labial, fala e amplificação auditiva ao mesmo tempo. Ou seja, propõe a uso de recursos diversos (auditiva, oral, sinalizada, escrita, desenho, expressão facial, entre outras) de modo a oferecer ao surdo a escolha daqueles que melhor se adequem às suas habilidades comunicativas, assim como de seu interlocutor. Assim como no oralismo, seu objetivo final era a integração à comunidade ouvinte por meio da fala, mas buscando ampliar o espectro de recursos disponíveis para tal, aceitando inclusive, a sinalização rejeitada até então. Como afirma Guarinello, *“por muitos anos o uso da fala e da leitura labial eram objetivos primordiais na maioria das escolas para surdos e a língua de sinais era vista como um recurso para quem fracassasse na aprendizagem da fala”* (GUARINELLO, 2008:107). Neste momento, ela passou a ser aceita como elemento de apoio, ganhando um pouco mais de visibilidade e tolerância em meios aos ambientes educacionais e fonoaudiológicos de tratamento e integração do surdo.

Segundo Campello (2008), a filosofia da Comunicação Total virou moda no Brasil na década de 80, quando foi trazida por alguns profissionais que visitaram a Gallaudet University<sup>52</sup>, a primeira universidade para surdos criada nos Estados Unidos, e por isso mesmo, tomada como referência na aplicação de métodos inclusivos. A matéria a seguir, publicada em jornal de veiculação estadual de Minas Gerais em 1988, divulgava a novidade da Comunicação Total e a organização de grupos de surdos em Minas Gerais especialmente para o evento desportivo das Olimpíadas daquele ano, como segue (figura 3):

---

<sup>52</sup> A Universidade Gallaudet (Gallaudet University) é a única universidade do mundo cujos programas são exclusivamente desenvolvidos com/ para pessoas surdas. Localizada em Washington, DC, a capital dos Estados Unidos, é uma instituição privada, que conta com suporte direto do Congresso do país. A primeira língua oficial de Gallaudet é a American Sign Language (ASL), a língua de sinais dos Estados Unidos (o inglês é a segunda), de modo que os funcionários da entidade, estudantes e professores a utilizam prioritariamente para se comunicar dentro da universidade. A Gallaudet prioriza suas vagas aos estudantes surdos, admitindo somente um pequeno número de alunos ouvintes a cada semestre. A estes se exige o domínio da ASL como requisito para ingresso na entidade.

MINAS GERAIS / Social

União 100, 17 de agosto de 1988

## Deficientes auditivos lutam para que a sociedade os ouça

— Arrar os surdos é buscar todas as formas de integrá-los à sociedade. A atuação é do diretor de esportes da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos — CBDS — e representante em Minas da Federação Nacional da Educação e Integração dos Surdos — Fenes. Rodrigo Rocha Malta. Ele representa um grupo que atualmente se conscientiza da necessidade de participar politicamente e trazer para a Constituição Estadual novas propostas, além de garantir a eleição de um candidato que apoie os projetos para o grupo.

— Não somos mais hoje como antes, desorganizados. A época em que os surdos estavam separadamente está cada vez mais distante”, garante Rodrigo, acrescentando que a federação procura candidatar quem representem seus direitos. “Hoje vamos concorreremos um espaço político”. Entretanto, o candidato ainda não está definido.

Existem três tipos de surdos: oral, surdo e profundo. Segundo Rodrigo, hoje os indivíduos com surdez profunda estão conscientemente isolados, ao passo que os outros também não estão tão integrados socialmente como poderiam. Por isso, o grupo, além de organizar os jovens, mantém com os deficientes visuais e físicos, apresentando um curso para a Constituição Estadual.

**As prioridades apresentadas visam, em primeiro plano, o fortalecimento das associações representativas através de uma conscientização dos integrantes da sociedade como um todo. Em segundo plano, eles reivindicam um maior apoio do Estado e da iniciativa privada, através da participação na elaboração de propostas para não incorrer no erro de medidas que não atendam as reais necessidades do grupo e das outras de emprego, respectivamente.**

**Surdo/mudo**

Muitos surdos não falam, sendo considerados surdos quando sua língua materna não é apta a produzir qualquer som. Segundo Rodrigo, isso ocorre em quase sociedade devido à falta de diagnósticos precoces, falta de preparo dos pais em relação ao desenvolvimento da criança e a ausência de equipamentos especializados, como audífonos, sendo a maioria de expectantes.

Logo associado a falta de interação, faz com que os crianças paralizadas com suas ordens vocais atropeladas por muito tempo. Conseqüentemente, independente de qual que deficiência, essa criança acaba muda. Daí surdo/mudo, uma denominação que revela o indesejavelmente de nossa sociedade e que preserva, há anos, os surdos neste País.

— É preciso que todos os surdos aprendam a falar”, garante Rodrigo. Até o ano de 87, só existia em Minas Gerais o método oralista, que embora



No Fone Casaca os alunos aprendem a falar



A professora Sílvia de Almeida através de sinais



Rodrigo “É eleger um candidato com propostas para o grupo”

eficaz, não pode ser utilizado para os que apresentam surdez profunda e é muito oneroso e que impede que as crianças pobres surdas tenham acesso à fala. Belo Horizonte tem três escolas parciais para deficientes auditivos e uma estadual, todas só a nível do primeiro Grau Além disso, no Brasil, apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte têm escolas de primeiro Grau completo para os deficientes auditivos.

**Uma nova filosofia**

Atualmente, foi introduzida a filosofia da Comunicação Total, que abrange todos os métodos e faz com que o surdo aprenda a falar e assinar ao mesmo tempo. No seminário promovido pela Coordenadoria de Apoio ao Deficiente, no dia 24, um surdo expôs sobre esse tema, sobre a importância da Filosofia da Comunicação Total.

A filosofia já está sendo aplicada na Escola Concórdia de Porto Alegre. Rodrigo questiona os resultados de uma filosofia que prevê o possível desenvolvido ser utilizado no Brasil, quando ainda estamos tão atrasados nessa área. “Nos Estados Unidos a realidade é outra, tem universidades para surdos, ao passo que aqui não temos praticamente nada. Credo que a filosofia deve ser utilizada, a princípio, experimentalmente”, diz.

Outra novidade é a participação dos deficientes surdos nas Olimpíadas Mundiais em Nova Zelandia, no mês de janeiro. A Confederação acredita que através do esporte o grupo pode se promover, porque apresentarem não perfeitamente e não há nada que os impeça de praticarem modalidades esportivas.

**Amor e Boa Vontade**

Desde o parto foi necessário o auxílio de fôrceps e apertaram demais seu nervo auditivo, conseqüentemente, nasceu surdo. Privilegiado por ter nascido numa família com condições financeiras para investir em sua educação e mais, por ter pais que não ignoraram sua capacidade e o reabilitaram.

Rodrigo, nascido em Belo Horizonte, aprendeu a falar através de um método oralista, do médico Guilherme e do argolista Mídias.

Quando completou três anos, os pais de Rodrigo, preocupados com sua educação, mudaram para São Paulo. Naquela época não existiam escolas particulares em Belo Horizonte e, quando Rodrigo terminou o primeiro Grau em São Paulo, teve que complementar seus estudos em escolas não especializadas Comunistas de que seria necessário melhorar sua fala, para isso, seus pais se estabeleceram com um grupo de mais nove e fundaram, em São Paulo, o Centro Vocacional Inavog. Para esse centro, eles importaram os melhores fônios de Alemanha e

inglês de Miami. Hoje, esse método está presente em todas as capitais do País.

Manoel, Rodrigo formou-se em Técnico agrícola pelo Colégio Agrícola de São Paulo, uma escola não especializada e conta: “Eu fui o primeiro surdo do colégio e conheci aos meus colegas o alfabeto manual de surdos e mudos. Eu estava mais bem preparado que muitos deles porque havia feito o curso no Colégio Batista e, na hora de ler, passava o alfabeto através do alfabeto. Na formatura e depois conheci um padre surdo, um ótimo homem, gen, para celebrar a missa.”

A história de Rodrigo atualmente é muito diferente da maioria dos deficientes auditivos, pois o que deveria ser comum é apenas uma situação. Ele pôde contar com uma família bem informada, compreensiva, além de longa de vontade e de amor pelo filho. Entretanto, a realidade em Minas País está muito distante disso, muitos pais não investem o suficiente em uma criança deficiente e, muitas vezes, não têm condições financeiras para isso. Foi outro lado, segundo Rodrigo, sabe-se que quanto pior condições da população do Estado são, mais é que essa deficiência pode ser adquirida hereditariamente, através de doenças ou acidentes.

Após a conclusão de uma matéria no jornal da TV Deficativa, TV Minas, eles estão reivindicando um programa e seu horário para que a TV Minas abra um curso de línguas gerais. “O curso é necessário para suprir a carência de escolas no interior do Estado, onde os surdos estão completamente isolados”, ressalta. Para que os deficientes em dia sejam tratados igualmente e não tenham que lutar tanto pelo direito aquilo que naturalmente também lhes pertence, Rodrigo e outros se reuniram no setembro de 1988, dia 22 e 23 para organizar suas propostas concretas.

Reportagem: Juliana Gonçalves  
Foto de Marco Evangelista

Figura 4. O surdo como *deficiente auditivo*, ajustável pela Comunicação Total.

“Amar o surdo é buscar todas as formas de integrá-lo à sociedade” – com esta frase se inicia a reportagem realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 17 de agosto de 1988. A matéria, entre diversas ações de mobilização de grupos de surdos, destacava a estreia do método da Comunicação Total nas escolas do Estado, após ser aplicada na Escola Concórdia de Porto Alegre-RS – experiência esta que seria tema de um seminário promovido pela Coordenadoria de Apoio ao Deficiente naquela ocasião. Diante da novidade, Rodrigo Malta – surdo totalmente oralizado, apoiador do método Oralista e diretor da Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos (CBDS)

– mostrava-se ressabiado com a novidade: “*questiono os resultados de uma filosofia que provém de países desenvolvidos ser utilizada no Brasil, quando ainda estamos tão atrasados nessa área. Nos Estados Unidos a realidade é outra, tem universidade para surdos, ao passo que aqui não temos praticamente nada. Creio que a filosofia deve ser utilizada, a princípio, experimentalmente*”. Tendo crescido em outra realidade – conforme relata na própria entrevista – ele não parecia dar crédito à proposta, mas preocupado com que os surdos alcançassem uma boa oralização, apostava na Comunicação Total como mais um recurso de estruturação do atendimento ao surdo na sociedade que, a seu ver, ainda encontrava-se muito tímido:

*“É preciso que todos os surdos aprendam a falar”, salienta Rodrigo. Até o ano de 87, só existia em Minas Gerais o método oralista, que embora eficiente não pode ser utilizado para os que apresentam surdez profunda e é muito caro, o que impede que as crianças pobres surdas tenham acesso à fala. Belo Horizonte tem três escolas particulares para deficientes auditivos e uma estadual, todas só a nível de primeiro Grau. Além disso, no Brasil apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte têm escolas de primeiro Grau completo para os deficientes auditivos. (Rodrigo Malta, diretor da CBDS, entrevista ao Jornal MG, 1988).*

Cumprindo as “desconfianças” de Malta, em poucos anos de aplicação na nova filosofia um problema central foi avaliado (ARRIENS, 2006:48). O fato de não se basear em um único sistema linguístico coerente, não permite ao surdo construir uma ideia de L1 com todos os requisitos necessários a uma língua – não lhe dava condições de viver e compartilhar uma língua genuinamente. Ao invés de oferecer um sistema linguístico pleno e uniformemente aplicável em diferentes contextos, dava fragmentos de sistemas expressivos, por vezes de parâmetros conflitantes, de modo que permanentemente faltaria ao surdo uma referência central para vivenciar sua língua e processos comunicativos em grupo. Isso acarretaria uma ausência de identidade linguística, ou no mínimo, uma identidade fragmentada.

Tendo o ouvir como padrão, tanto o Oralismo como a Comunicação Total são métodos de educação e socialização que ficaram marcados como perseguidores da “cura” e/ou “reajuste” da surdez. A noção de ajuste supõe “defeito” (deficiência), gerando processos normalizadores e pré-conceitos, tais como destaca Wrigley (1996:71):

*Surdos são pessoas que ouvem com ouvidos defeituosos. Se pudéssemos consertar os ouvidos, eles estariam ouvindo. Esta lógica comum na verdade é comum, mas não necessariamente lógica. Os negros são pessoas brancas que possuem pele escura. Se pudéssemos consertar a pele, eles seriam brancos. As mulheres são homens com genitália errada..., e por aí vai. Essas transposições cruas revelam um tecido social de práticas pelas quais nós sabemos quais identidades são tanto disponíveis quanto aceitáveis. (WRIGLEY, 1996:71)*

A esse respeito, Witkoski (2009) relata em artigo uma situação vivenciada ao ser apresentada a uma pessoa (ouvinte) em uma aula na Universidade que frequentava, e tendo identificado-se como surda (mesmo tendo alto nível de oralização) recebeu o seguinte comentário de sua interlocutora: *“Eu tive uma amiga que teve um problema como o seu (referindo-se ao meu processo de ensurdecimento), foi operada e ficou normal!”*. De imediato, eu lhe respondi: *“Eu sou normal!”*. *Muito constrangida, ela desculpou-se*<sup>53</sup>. (WITKOSKI, 2009:567)

Diante de situações como esta, e da constatação da preponderância da auralidade no processo social como abordado por Ingold (2008), Howes (1991), Geel (1995) e outros, se fosse possível superar os prejuízos de falta de comunicação oral ocasionados pela surdez, mais facilmente se integraria o “deficiente auditivo” ao meio. Como esta missão de integração não obteve sucesso na esmagadora maioria dos casos que se tem registro (histórica ou localmente), os surdos que vivenciaram as tentativas oralistas e bimodais tenderam a buscar individualmente estratégias de ajuste social para o desenvolvimento de sua comunicação, geralmente tardias – após os 18, 19 anos. Foi o caso de Bete - natissurda, 28 anos, namorada de Osmar (surdo, 33 anos), frequentadora recente da PIB: *“Procurei um lugar para viver entre os surdos porque isso nos faz mais feliz”*, relatou quando discutia com outros surdos sobre as dificuldades de crescer tentando aprender a falar. Bete conta que ao conhecer outros surdos na Feneis e na Igreja, percebeu que *“havia outra forma de viver, sem se isolar, com pessoas 'iguais' para conversar”*. Experiências similares viveram outros de meus informantes. Respeitando suas especificidades de momentos, oportunidades e caminhos adotados, em diversas narrativas de vida chegava um momento divisor de águas em sua história pessoal, quando “perceberam” que eram diferentes ao encontrarem outros surdos, e então, um outro nível de comunicação, distinto do ouvinte, surgia.

André, rapaz natissurdo de 33 anos, foi educado em uma escola<sup>54</sup> especial no método oralista até os 18 anos. Ao concluir o período de ensino, foi considerado com nível escolar de segunda série primária. Ele conta que nesta época começou a fugir de casa, para encontrar amigos surdos na rua, contra a vontade da família ouvinte, com quem *“só se irritava”*. Eles queriam que ele ficasse em casa, onde via TV o tempo inteiro, sem entender nada e sem ninguém para lhe explicar. Aos 19 anos, numa das escapadas para a rua conheceu Roberto, hoje seu melhor amigo, e que – segundo André – teve a “sorte” de ser filho e irmão de surdos. Roberto foi quem iniciou André na Libras, perseverando com ele para adquirir fluência, fazer sinais mais rápidos. Hoje, André diz que só então descobriu sua língua verdadeira: *“Por dentro meu sentimento é surdo. Sem língua de sinais, o*

---

<sup>53</sup> Witkoski, S. A. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009:567.

<sup>54</sup> Não mencionou o nome da escola.

*português não faz sentido*". Até hoje nenhum dos familiares de André usa língua de sinais<sup>55</sup>. Assim como André, em diversos outros relatos, meus informantes narraram em algum momento, uma vida de isolamento e incompreensão, que a certa altura foi “quebrada” pelo conhecimento de outros surdos na mesma condição – e a descoberta de semelhantes, e da possibilidade de compartilharem a LS, abriu-lhes um “novo mundo”.

## 2.4 BILINGUISMO – A “LIBERTAÇÃO” DOS SUJEITOS SURDOS

Ao final da década de 80, diversas áreas de conhecimento como a neurologia, psicologia, sociologia, linguística e educação desenvolveram novos estudos sobre os surdos e seus métodos comunicativos. O principal resultado destes trabalhos multidisciplinares foi o reconhecimento da importância das Línguas de Sinais (LS) no desenvolvimento da pessoa surda, e a consequente defesa de um novo sistema educacional que a priorizasse, considerando que a primeira língua a ser adquirida pelo indivíduo surdo deveria ser a Língua de Sinais local, e a seguir, a língua oficial do país. Nascia assim a ideia do surdo como indivíduo bilíngue. Foi a primeira vez que se considerou a Língua de Sinais como “língua própria do surdo” (uma autêntica L1), adequada para seu desenvolvimento, realocando-se a língua dominante oral como uma segunda língua (L2).

A Suécia foi pioneira na implantação do Bilinguismo, reconhecendo oficialmente a Língua de Sinais no ano de 1981, numa declaração inédita de seu Parlamento:

Esta comissão determina que todo portador de Surdez profunda<sup>56</sup> para se relacionar adequadamente tanto entre si como em sociedade deve ser bilíngue. Este Bilinguismo, de acordo com a Comissão, significa também que os Surdos devem ser fluentes em sua Língua de Sinais visual e gestual e também na língua da sociedade a que pertencem. (WALLIN,1992:04)

Wallin (1992) registra que paralelamente à declaração oficial, houve uma forte mobilização em torno da implantação do Bilinguismo como sistema oficial de comunicação surda em diversas instâncias. O país investiu na contratação de professores surdos, treinando-os para o exercício educacional. Professores ouvintes foram temporariamente dispensados de suas funções e submetidos a treinamentos em Língua de Sinais, para que soubessem se comunicar com os alunos através dela e a compreendessem em sua estrutura gramatical, princípios educacionais e filosóficos. Além do campo educacional uma série de aparatos regulatórios do novo modelo foi construída no projeto bilíngue sueco. Tão logo a surdez é diagnosticada, os pais são orientados por profissionais

<sup>55</sup> A relação entre sociabilidade, linguagem e família será abordada em capítulo seguinte.

<sup>56</sup> Grifo meu.

de saúde pública para o entendimento de que seus filhos não são “deficientes”, mas pertencem a um “grupo minoritário” de língua própria. A partir de então, são oferecidas oportunidades de contato com comunidades de surdos, para aprenderem a Língua de Sinais e se relacionarem com adultos surdos. Por volta dos 4 anos de idade, as crianças são encaminhadas para a pré-escola onde a equipe de profissionais que as educam envolve pelo menos um surdo sendo que todos os demais se utilizam da Língua de Sinais. O trabalho segue a mesma linha das pré-escolas para crianças ouvintes; dando ênfase à leitura de contos e histórias infantis que servem de base para a posterior alfabetização – que ocorre a partir dos 7 anos de idade, quando a criança passa a frequentar a escola de primeiro grau. Como apoio à leitura de histórias, as escolas lançam mão de vídeos em sinais que as representem ou façam comentários sobre elas. Tal processo é utilizado até que as crianças dominem a leitura.

A partir destas atividades, os alunos são introduzidos à leitura em sueco, aprendendo aspectos diferenciais entre a gramática sueca e da Língua de Sinais. Em todo o processo escolar são analisadas e ensinadas as características gramaticais de ambas as línguas, numa abordagem metalinguística – que usa a língua para descrever a si própria. Desta forma, a criança analisa a língua escrita comparando-a com a estrutura da Língua de Sinais. Nesta perspectiva, a fala é tida como uma “possibilidade” e não uma “necessidade”, e por isso, o seu ensino (oralização) deixou de ser o objetivo principal das escolas. A criança pode ou não usar aparelhos de amplificação sonora, mas esta é uma decisão que cabe à família. Só a partir disto é que a escola propicia o treinamento da fala, e em atendimentos individuais, que são feitos com base na compreensão da Língua de Sinais e suas particularidades. Nos estudos posteriores, os alunos têm direito a intérpretes sempre que se faz necessário, desde o ensino elementar até o universitário.

Tal reconhecimento na Suécia, indo além da formalidade legal e sendo exercido nas práticas cotidianas da população acabou por promover a autenticação das LS como pertencente a um grupo minoritário (não mais doentes). Abria-se assim caminho para algo inédito na história: o reconhecimento da pessoa surda como portadora de uma “competência” particular (não de uma “deficiência”). A partir de então, as línguas de sinais (LS) passaram a serem consideradas as “línguas maternas naturais” dos surdos (FERNANDES, 2003), as quais, assim como a linguagem oral, constituem instrumentos que garantem a interação social.

É importante ressaltar que há um conflito conceitual na afirmação de qualquer L1 como “língua natural”, visto que nenhuma língua é natural, todas são sociais (na construção e no compartilhamento). A língua é um sistema de comunicação produto de convenção social, e ainda se trate dos sistemas gestuais, trata-se de um *constructo*, e não de um elemento natural. Como destaca Sausurre: “a língua é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções

*necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”* (SAUSSURE,1995:32). Terminologicamente o correto seria dizer que línguas de sinais exploram uma linguagem natural, primeira do natissurdo (corporal, gestual), mas sua língua (ASL, Libras, etc) é socialmente determinada, assumindo características particulares de acordo com o local onde o indivíduo nasce e se desenvolve. Ou seja, um surdo que nasce no Brasil, ao se mudar para os EUA terá que aprender ASL, embora permaneça fazendo uso “natural” da linguagem gestual-visual-espacial.

As LS se distinguem das línguas orais porque se utilizam de recursos visuais-espaciais de expressão. Assim como as línguas orais, as LS possuem gramática própria e regras específicas em seus distintos níveis linguísticos: pragmático (uso prático), fonológico (articulações de sons, que em LS se transforma em querologia – a articulação de mãos), morfológico (forma), sintático (estrutura) e semântico (significação). No entanto, não se trata de uma língua universal. Toda LS<sup>57</sup> possui sua própria organização, apresentando regras distintas daquelas utilizadas pelas línguas nacionais. Por exemplo, no Brasil, a Língua Brasileira da Sinais se diferencia da língua portuguesa:

A Libras, como toda língua de sinais, é uma língua de modalidade gestual-visual porque utiliza, como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão; portanto, diferencia-se da Língua Portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva, por utilizar esses recursos como canais ou meios de comunicação, onde os sons são percebidos pelos ouvidos. Mas, as diferenças não estão somente na utilização de canais diferentes, estão também nas estruturas gramaticais de cada língua. (Feneis,2010:16)

Com base no bilinguismo, portanto, os surdos hipoteticamente ganham a possibilidade de transitar entre “dois mundos”: o dos ouvintes e o dos surdos, o que para alguns equivale à chance de vivenciar duas “culturas” por meio de duas línguas (CAETANO, 2004). A partir desta possibilidade, iniciou-se um processo de aceitação pública da “gestualização”, até então considerada feia, rude, grotesca. Os gestos antes evitados tornaram-se politicamente belos. A solução para a “libertação dos corpos” deixou de ser a fala e passou a ser a sinalização – conforme relata Perlin:

*“Quando comecei a rejeitar a fala, dei um fora da clínica de fonoaudiologia. Me chamaram de volta repetidas vezes e eu sempre respondia que era meu direito ser surda. Daí por diante me senti melhor sempre usando Libras. Nada iria me levar a oralizar igual aos ouvintes, eu não conseguia. Decidi que escreveria quando precisasse e minha vida seria entre os surdos. E eu consegui viver bem com Libras. Me senti livre de toda essa obrigação de ser ouvinte. Senti a independência que isso me trouxe. Hoje tenho meu salário, meus amigos. Os ouvintes continuam*

<sup>57</sup> Ressalte-se que não há uma língua de sinais universal, diferindo em suas características em países e até mesmo dentro de um mesmo país, surgindo as idiosincrasias e regionalismos em pequenas comunidades de surdos.

*dizendo: fale... Não tenho animação nenhuma no grupo de ouvintes. O grupo de surdos é animação pra gente, aquele “cheiro surdo”. É difícil combinar surdos e ouvintes. Surdos e surdos combinam melhor. O que atrai ouvintes é a audição, música, canto, dança. O que atrai surdos é o interminável sinalizar”.* (PERLIN,1998:61).

Um importante momento histórico de estabelecimento do novo conceito de Surdez foi a publicação da Declaração da Salamanca<sup>58</sup>. Um documento elaborado durante a Conferência Mundial sobre Educação Especial da UNESCO, realizada em 1994, com o objetivo de fixar diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Este é considerado um dos principais documentos mundiais relativos ao tema (MENEZES & SANTOS, 2002). No capítulo referente à Política e Organização, da seção Diretrizes para a Ação Nacional, consta no parágrafo 21 a definição das línguas de sinais como “patrimônio cultural” dos Surdos:

21. As políticas educativas devem ter em conta as diferenças individuais e as situações distintas. A importância da linguagem gestual como o meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deverá ser reconhecida, e garantir-se-á que os surdos tenham acesso à educação na linguagem gestual do seu país. Devido às necessidades particulares dos surdos e dos surdos/cegos, é possível que a sua educação possa ser ministrada de forma mais adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais nas escolas regulares. (UNESCO, 1994)

A partir daí, o projeto do Bilinguismo progressivamente substituiu os demais métodos de comunicação e socialização dos surdos em praticamente todos os países. O surdo ganhava *status* de sujeito, assumindo uma identidade sobretudo linguística, com base no reconhecimento da superioridade das LS. O Bilinguismo, transformado em bandeira política, contribuiu para a redefinição do status “social” da surdez, redefinida como “diferença”. Ou seja, de patologia, a surdez foi reclassificada como forma peculiar de “estar no mundo”. O surdo passou a ser Surdo<sup>59</sup>.

Como afirma Squariz, de ora em diante, “ser Surdo” é ser portador de

um estilo de vida próprio que não é reconhecido aos olhos de quem analisa a deficiência apenas como um impedimento físico ou como ausência de algo. Nesse contexto da surdez, o maior problema não seria classificar o surdo como uma pessoa que não ouve, já que esse fator é fundamental para que se componha a comunidade surda, mas a falta de sensibilidade em perceber a peculiaridade em que o surdo se encontra, particularidade esta que o faria pertencer à uma cultura surda. (SQUARIZ, 2008:13)

<sup>58</sup> Disponível em [www.redeinclusao.web.ua.pt/files/fl\\_9.pdf](http://www.redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf). Acesso em 25/01/2010.

<sup>59</sup> A partir daqui, utilizarei o termo Surdo e Surdez em maiúsculo quando abordar o ponto de vista do entrevistado, destacando com o S em caixa alta essa perspectiva étnica, diacrítica de afirmação cultural e identitária que tem sido incorporada no discurso “nativo” dos grupos pesquisados.



Essa mudança de concepção criou as condições para se pensar a existência de uma “cultura surda” (ou culturas surdas plurais), termos amplamente difundidos em meio aos defensores da “causa Surda” contemporânea. Vale ressaltar que, nesse sentido, o conceito remete a uma categoria nativa, não se confundindo com sua acepção no meio antropológico. Sob a ótica da “Comunidade Surda” um traço diacrítico (a língua) é tomado como fator identitário, sobrepondo outros recortes que definem papéis e identidades sociais, tais como classe, gênero, escolaridade, cor. Produz-se dessa forma uma essencialização da cultura (SQUARIZ,2008:15) ), na medida em que se faz uso do conceito de cultura de forma restritiva, ainda que politicamente eficaz<sup>60</sup>.

Especialmente no campo da psicologia e de movimentos sociais Surdos, o termo “cultura surda” é usado para caracterizar “modos de ser e pensar de grupos Surdos”. Segundo Moura (2000), cultura aqui não estaria relacionada à etnia, nação ou nacionalidade, mas à cidadania – lugar de direitos coletivos e de auto-determinação. Para Strobel (2009), autora surda, isso se justifica pelo fato de que “*Surdos vêem o mundo de maneira diferente, especialmente por sua experiência mais visual e por distanciamento da experiência auditiva*”(STROBEL, 2009:59). A autora defende que cultura Surda é “*o jeito do sujeito Surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades Surdas e das ‘almas’ das comunidades Surdas. Isto significa abranger a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo Surdo*”(idem).

Registrada a diferenciação do uso nativo de “cultura” em relação à Antropologia, independente do conflito terminológico, certas questões levantadas por Wilcox em meio a este debate são pertinentes aos propósitos dessa pesquisa:

(...) a tarefa do estudo da cultura surda é descobrir quem os surdos pensam que são. Do ponto de vista dos surdos, quem se qualifica como uma pessoa surda e quem não o faz? Quais são as ‘categorias distintas de pessoas’ que a cultura surda impõe ao mundo? Se o mundo visto através dos olhos do surdo não é habitado por pessoas sem rosto e sem qualidades, quem são os ‘alguéns’, positivamente caracterizados e apropriadamente identificados? (WILCOX, 2005:83)

Faz-se mister lembrar que, assim como a noção de “Cultura Surda”, a história social da

<sup>60</sup> A ideia de cultura como um conjunto de traços isoláveis remete aos primórdios da Antropologia, como na definição de “traço cultural” de Edward B. Tylor (1871), para quem “*tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade*”. Com esta definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos. (In LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986).

surdez é produzida a partir de um “lugar olhado das coisas” (BARTHES,1990)<sup>61</sup>, de posições de interesse e poder. Para Silva (1999), estamos diante de

“ um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla. A cultura é, nessa concepção, um campo contestado de significação[...] a cultura é um campo onde se define não só a forma que o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e os grupos devem ser. A cultura é um jogo de poder (SILVA, 1999, *Apud* SÁ, 2002, p.83).

Estaria tal poder nas mãos de quem? A atual literatura sobre a história da surdez é majoritariamente produzida por autores (geralmente ouvintes) que sustentam uma visão do fenômeno de caráter evolucionista, delineando “etapas” de desenvolvimento do pensamento médico e social sobre o fenômeno da surdez. Tais representações (observadas na bibliografia consagrada como SACKS, 2007; SKLIAR,1988; CAPOVILLA,1997) concebem o Surdo como uma vítima de práticas de discriminação, opressão, exclusão e estigma os quais se pretendeu combater sujeitando-os a processos definidos pelos surdos como “agressivos”, como a oralização e a proibição do uso de língua de sinais. Nesses registros, o sacrifício e sofrimento vivido pelos surdos são apontados como motivações da luta cultural e política por sua identidade. Assim, esta nova concepção de Surdez não só propõe um projeto político, mas evidencia lutas políticas. Por um lado, deve-se considerar a articulação de organizações sociais e entidades de assistência e/ou convivência Surda, a abertura de espaços públicos de relacionamento e entretenimento que juntos constroem fatos e fatores históricos e sociais que possibilitaram essa nova possível forma de se ver (e caracterizar) os surdos como grupo. De outro, há que se considerar as experiências pessoais, histórias de vida e as formas por meio das quais os indivíduos que partilham da particularidade da surdez aderem, se envolvem, repensam a si mesmos no contexto destes processos.

---

<sup>61</sup> BARTHES, Roland. O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III. Trad. Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p.85.

### CAPITULO III

## O SUJEITO SURDO: POLÍTICA, CULTURA E IDENTIDADE

*“As diferenças dentro de uma cultura devem ser definidas como diferenças políticas – e não simplesmente como diferenças formais, textuais ou linguísticas”.*(SKLIAR, 1999:23)

No Brasil, falar sobre Surdos e Língua de Sinais, implica observar um processo de identificação coletiva relativamente recente<sup>62</sup>, de um grupo historicamente caracterizado como “deficiente” em sua capacidade comunicacional, que nas três últimas décadas passou a reivindicar o pertencimento a uma “cultura” diferenciada, gerando novos marcos legais.

Os primeiros registros públicos oficiais relativos a surdos no país datam de 1850, quando se iniciou a construção de diversas instituições de origem privada, sem currículo definido e em caráter de assistencialismo, para a população em geral, visto que, segundo Campello (2008), o governo não atendia à demanda existente de pessoas portadoras de deficiência. Em 1855 foi trazido da França ao Brasil o professor surdo Ernest Huert, a pedido do Imperador Dom Pedro II, para atender às necessidades educacionais de duas crianças surdas. Segundo “boatos” veiculados nos corredores do curso de Libras que participei, uma dessas crianças seria filho de D. Pedro – fato esse que, para meus informantes “*jamais teria sido divulgado na história oficial do país pelo caráter vexatório de ser surdo naquela época*”<sup>63</sup>. Por meio deste contato inicial com a Língua de Sinais Francesa (LSF), os surdos brasileiros, que ainda não conheciam um sistema de sinais próprio, iniciaram a produção e uso daquela que mais tarde viria a se tornar a Língua de Sinais brasileira<sup>64</sup> (MONTEIRO, 2006:05). Com a vinda de Huert, iniciaram as atividades da Escola de Surdos, nas dependências do Colégio Vassimon, na rua Municipal, nº 8 – Rio de Janeiro-RJ (atual Colégio Mayrink Veiga). Um ano depois, a escola foi estruturada pelo poder público e se transformou no Imperial Instituto de Surdos-Mudos (Figura 5), sendo transferido para a ladeira do Livramento, onde era administrada gratuitamente a instrução a “surdos-mudos” (GOLDFELD:1997).

<sup>62</sup> Os autores da área de educação e psicologia registram as duas últimas décadas para este efeito. (SKLIAR, CAMPELLO, STROBEL, entre outros).

<sup>63</sup> Na convivência com os surdos frequentadores da PIB notei a recorrência desse tipo de “revisão da memória histórica”, onde os surdos e intérpretes buscavam ressaltar ícones e associá-los de alguma forma à surdez: do pintor Goya, passando por Bill Clinton, “Hulk” (queriam dizer o ator da série de TV americana *O Incrível Hulk*), até a Miss Ceará/Vice-Miss Brasil 2008 - <http://www.youtube.com/watch?v=E0hXMZspx6k>

<sup>64</sup> A influência não só do Prof. Huert, mas também de diversos outros educadores e religiosos vindos da França, dedicados à educação dos surdos seria a razão de tantas semelhanças/proximidades entre a Libras e a LSF.



Figura 5. Imperial Instituto de Surdos-Mudos – Rio de Janeiro (ARAUJO,1982).

Em 1873, o Imperial passou a aceitar matrícula de alunos contribuintes, mas até o ano de 1881, o ensino era exclusivamente para surdos do sexo masculino. Somente na ocasião em que foi transformado no Instituto Nacional de Surdos-Mudos (RIO DE JANEIRO, LEI Nº1662/2008), e transferido para seu prédio próprio na Rua das Laranjeiras, nº230 (Figura 6), passou a admitir o ingresso de alunas mulheres. Em seu centenário, no ano de 1957, o Instituto passou a ser chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos <sup>65</sup> – originando o atualmente conhecido INES.



Figura 6. Instituto Nacional de Surdos. Foto: Osmar Carioca. 2009.

---

<sup>65</sup> Tentava-se demover o conceito de “mudo” ao perfil de surdo. A alteração encontra-se registrada na Lei nº 3.198 de 6 de julho de 1957.

Partindo do eixo Rio-São Paulo, novas demandas da “comunidade surda” fizeram-se presentes no Estado desde o mandato de Getúlio Vargas, quando foi ofertado no Instituto o primeiro Curso Normal para a formação de professores (ouvintes) para surdos, com três anos de duração (ROCHA, 1997:05). Pouco depois, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, promovendo a universalização da educação dos “excepcionais” e inserindo-a no sistema geral de ensino, nas escolas públicas assim como nas associações não governamentais.

Foi instituída a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – C.E.S.B. [...] As instruções para sua organização e execução foram objeto da Portaria Ministerial nº 114, de 21 de março de 1958, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1958. [...] Instalada no Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, no Rio de Janeiro, tinha por finalidade promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência, no mais amplo sentido, em todo o Território Nacional. (ROCHA, 1997:49)

Com isso, alguns estados firmaram convênio com o INES, visando ampliar sua ação educativa com surdos por meio do preparo de professores especializados: Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e São Paulo foram os pioneiros neste projeto. Obviamente, não se tratava de uma escolha geográfica aleatória. Estatisticamente (IBGE,2000<sup>66</sup>) esses são os estados onde há maior concentração de surdos auto-identificados, e mobilizados – especialmente agrupados em regiões urbanas<sup>67</sup>: em São Paulo registra-se 480 mil surdos em todo o estado (150 mil só na capital), 320 mil no Paraná, 150 mil em Minas Gerais e 178 mil em Santa Catarina.

A articulação de organizações e entidades tanto políticas como educacionais de atendimento a surdos nestas localidades também é em grande parte atribuída aos ex-estudantes do INES (RJ) que migravam para a capital do Rio de Janeiro para seus estudos básicos em esquema de internato, e ao retornar para suas cidades acabavam disseminando em seus respectivos Estados de origem, as ideias aprendidas na escola (MAZZOTTA,1995:61). Dentre os pesquisadores referência desta pesquisa, Karin Strobel (42 anos) é uma surda curitibana que vivenciou uma experiência deste tipo, tendo estudado em uma escola oralista de São Paulo quando criança, e atualmente é engajada em atividades de pesquisa acadêmica e ONGs de atendimento a surdos em toda a região Sul (PR, SC, RS). Strobel é altamente oralizada, tem uma fluência admirável em língua portuguesa – para leitura e escrita – e isso contribuiu em larga medida para que conseguisse uma trajetória educacional muito superior à demonstrada pelas estatísticas para os surdos em geral – que, segundo dados do MEC, registra apenas 2% de toda a população surda como indivíduos escolarizados. Atualmente Karin faz

<sup>66</sup> Dados disponíveis em:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/deficiencia\\_Censo2000.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/deficiencia_Censo2000.pdf)

<sup>67</sup> Surdos moradores de região urbana totalizam 4.609.771 contra os 1.125.328 surdos habitantes de áreas rurais. O Censo não especifica se surdos indígenas enquadram-se na estatística rural.

doutorado na UFSC, e teve a oportunidade de tomar um lugar de posicionamento político em defesa dos Surdos, como Surda, autora e, mais recentemente, diretora voluntária da Feneis/PR: “*Na UFSC tive oportunidade de encontrar colegas e professores usuários de língua de sinais, assistir aulas com intérprete de língua de sinais/português e participar no grupo GES – Grupo Estudos Surdos, desde a chegada do professor visitante Carlos Skliar no ano de 1996*” (STROBEL,2008:19).

Nos estados mencionados é também onde se registra na atualidade o maior número de entidades não-governamentais de atendimento a surdos em âmbito educacional, social e desportivo (SURDOSOL, 2010). Isso sugere em parte que, algumas condições de educação, sociabilidade e contato corroboram com a visibilidade e organização coletiva (e política) dos surdos em determinada região. Com a proliferação silenciosa de associações, institutos, escolas e organizações de outras naturezas em diversos estados voltando-se ao atendimento formal dos surdos, uma “*série de entidades que já trabalhavam com essa temática*” (FENEIS,1987) uniu-se na tentativa de conquistar mais força e repercussão, formando em 1977 a Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo – Feneida, que posteriormente se transformaria na Feneis<sup>68</sup>, trocando o termo *deficiente auditivo* por *Surdo*<sup>69</sup>.

No momento de sua fundação a entidade era composta apenas por ouvintes, e somente em 16 de maio de 1987, após dez anos de “*muita luta*”<sup>70</sup>, culminando com um período crônico de carência de recursos dos mais diversos tipos<sup>71</sup>, a Feneida foi extinta em Assembleia Geral dando lugar a uma nova associação, criada (pelas mesmas pessoas e entidades). Sua “*ex*”-diretoria reestruturou o estatuto da instituição (*vide* Ata de Extinção da Feneida e criação da Feneis (Anexo II), que passou a se chamar Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis, agora com surdos como partícipes do comando. Strobel (2008) relata o papel crucial da fundação e continuidade destas entidades associativas de surdos no processo de construção de sua cidadania, através de atividades capazes de mobilizar e reunir surdos em nível local, por meio de contatos sociais, linguísticos, culturais e esportivos.

<sup>68</sup> A Feneis – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos é uma entidade filantrópica, de cunho civil e sem fins lucrativos, trabalha para representar o povo surdo e as comunidades surdas, tendo caráter educacional, assistencial e sociocultural. Além da matriz em São Paulo, a mesma possui 9 escritórios regionais (uma delas em Curitiba-PR) e representa 150 entidades filiadas. É filiada à World Federation of the Deaf (WFD), considerada a mais importante entidade internacional na luta pelos direitos dos surdos.

<sup>69</sup> Assim como no caso do INES, a sigla foi modificada buscando uma melhor “*adequação*” do termo buscavam representar.

<sup>70</sup> Termos usados pela atendente da Feneis/PR para descrever o histórico da entidade.

<sup>71</sup> Segundo relato da equipe trabalha na Feneis (voluntários) e de acordo com dados constantes na Ata de criação da Feneis, havia carência de recursos financeiros para compra de material, pagar contas de telefone, material de divulgação, até necessidade de espaço físico, movelaria, e tempo de trabalho, participação com maior dedicação de tempo por parte dos voluntários. Essa parece ser, ainda hoje a realidade da entidade, inclusive na regional PR (situada na rua Alferes Poli, 1115 – Curitiba/PR) em que, desde a primeira visita fui arguida se não “*queria ser voluntária, para fazer qualquer coisa*”, pois segundo eles, “*precisam de tudo*”.

Em paralelo às organizações civis e educacionais, foi também na década de 80 que se registraram os primeiros trabalhos religiosos para surdos, de vertente protestante no país – especialmente ligados à Convenção Batista Nacional (ASSIS SILVA, 2008). Hoje, estes são considerados responsáveis por grande parte da divulgação e popularização da articulação social dos Surdos e da Libras. A concepção de que era preciso dominar os recursos comunicativos dos surdos como meio de “alcançá-los” em projetos missionários tornou-se importante mobilizadora de simpatizantes dedicados a resgatar os “surdos perdidos”, transformando-os em “Surdos salvos” – enquanto difundia a Libras e arregimentava intérpretes para seu projeto salvacionista. Segue exemplo desse discurso religioso associado à bandeira étnica, difundido nas igrejas batistas:

*“Os surdos como povo, tem desafios peculiares. É necessário o estabelecimento de uma identidade própria (e não de ouvinte), para que estejam livres para aprender e se comportar como indivíduos, e a integração em um grupo, para facilitar a afirmação dos seus próprios valores. Enfrentam o abandono, isolamento; nervosismo, e comunicação truncada provocados pela incompreensão dos outros; não têm uma auto-imagem própria nem positiva, sofrem com timidez, inibição e isolamento por não entender uma língua, e são muito carentes por serem rejeitados. Sem apoio podem envolver-se em uma vida imoral e serem explorados.”* (Mércia Chiavegatti - Sec. do Depto. de Pesquisas da SEPAL<sup>72</sup>, entrevista online).

CARNIEL & RUGGI (2009) destacam que a região Sul do país é onde a população surda apresenta maior adesão evangélica, com 66% de surdos protestantes contra 27% católicos e 8% sem religião – o que, para os autores, pode ser explicado por certo “acolhimento” que as Igrejas protestantes, principalmente evangélicas, deram à população surda e à sua língua por meio da positivação étnica da surdez.

### 3.1 HISTÓRIAS LOCAIS DA ARTICULAÇÃO DA SURDEZ NO PARANÁ

Nesse contexto insere-se a história de vida de um dos intérpretes mais conhecidos pelos Surdos em Curitiba, em outras regiões do país, e referenciado em outros países – Marco Antônio Arriens. Nascido em Santa Rosa- RS, Marco viveu em Ijuí até o ano de 1983, quando se mudou para Curitiba para cursar ensino superior em Teologia. Foi nesta ocasião que, em um estágio de férias em Altônia, norte do Paraná, conheceu os primeiros surdos num trabalho de “evangelização” organizado pela faculdade. Marco diz que até então tinha preconceito em relação às pessoas surdas,

<sup>72</sup> O SEPAL - Serviço de Evangelização Para América Latina, é uma entidade missionária evangélica internacional ligada à O.C.I Ministries, estabelecida no Brasil há mais de 30 ano, com sede em São Paulo e cujo trabalho mais expressivo socialmente é visível em suas publicações literárias, constituindo a editora SEPAL.

mas entendeu que aquilo era um “*chamado ministerial*”<sup>73</sup>, e graças a esse contato direto com eles, aprendeu a Língua de Sinais num período que ele mesmo caracteriza como “*um tempo recorde de 26 dias*”. De volta a Curitiba passou a notar um grupo de surdos que sempre se encontrava numa rua central da cidade por onde passava. “*Foi preciso algum tempo para criar coragem e se aproximar*”, relatou em entrevista. Em sua primeira tentativa de diálogo Marco conta que foi bem recebido especialmente porque já conhecia Sinais e, segundo ele, “*os surdos do grupo pensaram até que ele fosse surdo também*”, devido à sua fluência na comunicação. Ali começou a criar vínculos com alguns surdos, encontrando-os com frequência. Na primeira festa “de surdos” para a qual foi convidado, afirma que sentiu-se perdido: “*eram 60 surdos gestualizando rapidamente. Era um mundo só deles, separado, que eu não conhecia*”, relata. Mas logo fez amizade com outros e se engajou no grupo. Em alguns meses se tornou intérprete e membro da Comissão de Luta pelo Direito do Deficiente Auditivo do Paraná, através da qual participou da organização de Seminários e encontros nacionais envolvendo médicos, fonoaudiólogos, professores e psicólogos, saindo do âmbito exclusivamente religioso para articular uma trajetória também política e educacional.

Em 1985 tornou-se o primeiro ouvinte membro da Associação de Surdos do Paraná. Na época, passou a convidar e levar seus amigos surdos a diversas Igrejas Batistas que frequentava, especialmente na Igreja Batista do bairro Água Verde. Seu trabalho de “pastorear” ia sendo organizado e, a convite de uma entidade religiosa denominada ADHONEP - Associação dos Homens de Negócios do Evangelho Pleno (Capítulo Capanema), assumiu pela primeira vez um Ministério de Surdos em 1989. Na ocasião, foi integralmente “adotado” como missionário para atender surdos, pela Igreja Batista do Guabirota<sup>74</sup>. Começou, então, com um único surdo, o trabalho de interpretar os cultos aos domingos nesta igreja. No mesmo ano, passou também ao papel de professor, ensinando religião numa escola da APAS – Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Curitiba<sup>75</sup>. Lá frequentavam alunos na faixa de 13 a 40 anos de idade, em turmas mistas, que segundo ele, eram “*totalmente ignorantes na questão de religião. Eles nem sabiam quem era 'aquele homem' pregado na cruz*” (relato verbal). Marco diz que embora tenha sido contratado para ensinar temas relacionados à fé, logo percebeu outras demandas, identificou outras prioridades e interesses na vida dos surdos da APAS. Assim, passou a abordar drogas, namoro, sexo e relações humanas – assuntos que despertavam a curiosidade do grupo, mas que não se mostravam acessíveis nas redes de sociabilidade a que eles tinham acesso. Segundo seu relato, as aulas passaram a se tornar uma fonte de trocas sociais entre os participantes, permitindo-lhe notar que as famílias

<sup>73</sup> Conceito protestante de convocação para realizar a Obra de Deus, baseado na revelação de Paulo de Tarso narrada na Bíblia, no livro de Atos.

<sup>74</sup> Situada à Rua Capitão Zeppin, 76 – Bairro Uberaba – Curitiba/PR.

<sup>75</sup> Localizada na Rua Simão Bolívar, 1398 – Bairro Juvevê – Curitiba/PR.



daqueles surdos geralmente apresentavam muitas dificuldades de se comunicar com seus filhos, e por isso, esses assuntos dificilmente lhes eram transmitidos.

Arriens fora oficialmente ordenado pastor em Dezembro de 1990, trabalhando integralmente com o Ministério a partir de então. Alguns anos depois fundou o Ministério de Surdos da Igreja Batista do Prado<sup>76</sup> e, posteriormente, consolidou o trabalho com Surdos na PIB (ponto de partida desta pesquisa), onde ficou por aproximadamente oito anos. Após mais de 20 anos de trabalho em reduto batista, fundou o Ministério Keiraihaguiai – que por cinco anos esteve ligado à Primeira Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, situada no bairro Juvevê. Ali, fundou alguns projetos para surdos e familiares, tais como: Projeto Salve Curitiba (evangelização), Projeto Comunhão (dedicado a eventos de integração Surdo/ família/ amigos), Projeto Criança Feliz (voltado à evangelização de crianças surdas), Projeto Ágape (orientação para casais surdos), Projeto SIGO (vagas de trabalho e outros acompanhamentos), *Deaf Performance* (coral de Sinais de Surdos), e como projeto pessoal, constituiu a PROVILIS – Produtora de Vídeo e Literatura para Surdos. Com diversos cursos de extensão e viagens ao exterior para aperfeiçoamento técnico-científico e de seu conhecimento sobre o que considera as diferentes “Culturas Surdas”, Marco passou a atender outros grupos religiosos que desejavam organizar seus Ministérios de Surdos, em outros estados e países. Assim, iniciou o trabalho de consultoria, aconselhamento, assessoramento na implantação de Ministérios, palestras oficinas e seminários sobre Surdos. Atualmente tem priorizado estes trabalhos e encontra-se afastado do exercício pastoral em uma igreja específica, concentrando-se na elaboração de projetos de materiais didáticos e pedagógicos para Surdos em parceria com outras entidades educacionais e comerciais (Anexo III).

Nessa trajetória, Marco Arriens estabeleceu redes de contato dos surdos em igrejas de denominações variadas da cidade, entidades educacionais, comerciais e associações não governamentais de Curitiba, do Paraná, e progressivamente de outras localidades também. Integrou-se às Secretarias de Educação de Estado de vários Estados, sendo solicitado para ministrar oficinas e treinamentos para professores e técnicos. Aos 40 e poucos anos<sup>77</sup>, Marco instruiu em torno de quatro mil intérpretes no Brasil, Argentina, Chile, Venezuela, Israel, Jordânia, África, Ásia, China, Rússia, Índia e outros países, tornando-se um ouvinte-chave na história da comunidade surda curitibana, transitando principalmente entre três segmentos distintos da sociedade: educacional, religioso e político. Assim, como boa parte de quem atualmente produz as referências teóricas sobre os surdos na região Sul (Shyrlei Vilhalva – surda, Ana Regina Campello – surda, Karin Strobel – surda, Ronice Quadros – filha de pais surdos), Marco fez parte dos movimentos educacionais, civis,

---

<sup>76</sup> Sediada na Rua Iapó 931 – Bairro Prado Velho – Curitiba /PR.

<sup>77</sup> Ele não revela sua idade exata.

políticos e sociais que pressionaram para o reconhecimento da Comunidade Surda, especialmente em âmbito local – em Curitiba e no Paraná.

Assim como Marco, Adoniran Melo, o atual pastor que gerencia o Ministério de surdos da PIB, também faz parte dessa geração cujo trabalho com surdos se desenvolveu em período de transição de reconhecimento da Libras. Sua motivação, no entanto foi bastante diversa da casualidade descrita pelo outro pastor. Adoniran tinha um primo surdo de idade muito próxima à sua, e como sua família desconhecia Língua de Sinais, deixavam o menino um tanto isolado no dia a dia, fazendo uso de alguns gestos “caseiros” para identificar ou apontar o que ele queria ou precisava. Morando no interior do Pará, em uma casa compartilhada por uma enorme família de irmãos, tias e primos, Adoniram se sentia compelido a aproximar-se do primo, especialmente por serem de mesma faixa etária. Ele diz que sentia uma angústia, uma vontade enorme de ter (/dar) acesso ao primo em termos de comunicação. Posteriormente, quando se decidiu pela faculdade de Teologia e pela carreira pastoral, foi para a cidade de Belém, onde conheceu e começou a fazer alguns cursos de Libras por motivação familiar, mas levou ainda dois anos até assumir para si a responsabilidade de ser “pastor de surdos”. Até então, nunca havia ouvido falar ou racionalizado toda a história oralista, sequer conhecia as questões políticas que se descortinavam por trás da organização da “Comunidade Surda”. Pelas pequenas igrejinhas batistas do interior do Pará por onde passou em seu período de formação teológica, afirma que buscava levar o pouco do conhecimento que tinha, realizando pequenas oficinas de Libras, ensinando os fiéis (que somavam 39 membros) a sinalizarem alguns dos cânticos, para ao menos terem condições de receber com cordialidade algum surdo que eventualmente visitasse a igreja. Assim começou a pensar da possibilidade de unir a teologia e o aprendizado da Libras, iniciando um projeto junto a pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade do Estado do Pará (UEPA) de tradução do evangelho de João (Bíblia) diretamente do grego para Libras – pois encontrava muita semelhança linguística (por não haver declinações verbais, entre outras características). A ideia do papel central da Libras no projeto missionário salvacionista começava a fazer sentido em sua experiência. Nesse processo, conheceu algumas figuras nacionalmente conhecidas no meio surdo: Arlindo e Ricardo, Marco Arriens, Ronice Quadros e através de contatos da Convenção Batista Brasileira, teve contato com o Pr. Paschoal Piragine, presidente da Primeira Igreja Batista de Curitiba (PIB), que o convidou a se mudar para Curitiba e assumir o grupo de surdos que, na ocasião, encontrava-se sem dirigente. Vindo para a cidade, Adoniran se esforçou para fazer contatos com a Feneis e outras entidades importantes no atendimento ao surdo em Curitiba, de modo que, ao assumir o cargo de pastor de surdos de uma das maiores igrejas da cidade, tornou-se conhecido em diversas outras igrejas e entidades paralelas.

### 3.2 LIDERANÇAS NUM MICRO-AMBIENTE EM CURITIBA

Desde a organização do Ministério da PIB, passando pelas mãos do Pr. Marco Arriens, pela vinda do Pr. Adoniran Melo, e chegando até os dias de hoje, outra figura fundamental na articulação deste pequeno grupo religioso local, foi Sara. Sara cresceu sem conhecer um único surdo. Iniciou um curso de Libras em sua juventude, em 1992, totalmente desinteressada no assunto, só para acompanhar sua mãe, membro da igreja batista que, segundo seu relato, “cismou” em querer aprender a língua dos surdos. Fazendo um sacrifício para acompanhá-la, começou a se interessar pelo assunto, ao passo que sua mãe progressivamente desistiu devido a outros compromissos. Sara concluiu seu curso de Libras, e permaneceu envolvida nas atividades do pequeno grupo que se iniciava na década de 90. Seu primeiro momento como intérprete foi a acidental tradução de um culto em pleno congresso estadual batista, realizado no feriado de carnaval na cidade de Pato Branco-PR. Em meio a centenas de jovens congressistas, havia 15 surdos e nenhum intérprete. Por ser a única no grupo com algum conhecimento em Libras, foi convocada a ajudar o grupo e ser sua intérprete por aqueles dias e assim, teve o que considera o maior vexame de sua vida ao tentar traduzir uma mensagem em que o pastor falava sobre “circuncisão”<sup>78</sup>. Após o evento, passou a ser constantemente solicitada pela secretária da igreja, uma senhora chamada Judith, a atender surdos nas mais diversas situações – até mesmo interpretar brigas familiares no meio da madrugada em delegacia, em tribunais de processos civis e, em uma situação crítica, chegou a acompanhar na UTI um participante do grupo (Carlos) que sofrera um acidente de moto, ficando ao seu lado até a sua morte. Na ocasião, Sara era apoio direto do então Pr. Marco Arriens. Mesmo após a saída deste da PIB, Sara permaneceu no grupo, e ali conheceu Diego, surdo, com quem namorou, casou-se e tem atualmente 2 filhos (ambos participantes do ministério também). Atualmente é professora de educação infantil ouvinte como ofício, mas dedica a maior parte de seu tempo livre, com sua família, ao Ministério de Surdos da PIB. Trabalhando nos bastidores, Sara tornou-se um dos pilares que mantém o projeto da PIB até hoje, mesmo não tendo um cargo ou obrigação formal no grupo, faz parte deste cenário em que o projeto de arregimentação salvacionista de Surdos, especialmente pelas mãos de ouvintes – sensibilizados por questões diversas (pessoais, profissionais ou vocacionais) oportunizou a organização de um micro ambiente social que, em certa medida, tornou-se também político na cidade de Curitiba – à medida que incorporava e difundia as mudanças legais e sociais de atendimento a Surdos, gerando novos padrões e possibilidades de interações entre tais atores sociais.

<sup>78</sup> A circuncisão é uma operação cirúrgica que consiste na remoção do prepúcio, prega cutânea que recobre a glândula do pênis. Essa remoção, chamada também exérese do prepúcio, peritomia ou postectomia, é praticada há mais de 5 mil anos. PUIGVERT, A. Tratado de Operatória Urológica. Barcelona, Editora Labor, 1971:405.

Foi nesse contexto que, em meados de 1990, a Língua Brasileira de Sinais passou a ser defendida e ensinada em igrejas, escolas, associações e federações de Surdos de todos os estados. *“Com os avanços dos movimentos de Surdos cresceu a conscientização e a valorização da Libras, e em pouco tempo tornou-se tema recorrente nos currículos de ensino fundamental e superior”*(CAMPELLO, 2008:56).

### 3.3 LEI E ARTICULAÇÃO DE UMA CIDADANIA SURDA NO BRASIL

Na esteira destas mobilizações, em 1991, uma medida Legal passou a tornar publicamente visível o símbolo internacional da surdez<sup>79</sup>(Figura 7), tornando obrigatória sua aplicação em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência auditiva, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso. Tratava-se apenas de um ícone visual, mas que endossava uma nova perspectiva de autorizar, reconhecer positiva e publicamente o cidadão surdo.



Figura 7. Símbolo Internacional da Surdez, reconhecido pela Lei N°8.160/1991.

Em 1993, foi realizado o II Congresso Latino Americano de Bilinguismo para Surdos (12 a 17 de setembro de 1993) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através do grupo de pesquisa Estudo da Libras, Aquisição da Linguagem e Aplicação à Educação de Surdos, coordenado pela professora Lucinda Ferreira. Na ocasião houve um curso com o professor Sueco Mats Jonsson sobre a metodologia de ensino de Língua de Sinais Sueca, de modo que o modelo implantado na Suécia (já com mais de uma década de criação) pudesse servir como referência de aplicação no

<sup>79</sup> Já utilizado na ata de fundação da Feneis em 1987. Vide Anexo II.

Brasil (MONTEIRO, 2006:298). A partir daí, passou a surgir uma série de eventos educacionais vinculados à organização política da comunidade surda, aos quais os movimentos evangélicos buscavam constantemente associar-se.

O reconhecimento legal da “Cidadania Surda” no Brasil deu-se com a promulgação da Lei da Acessibilidade, nº 10098 de 19 de dezembro de 2000, assim como a Portaria nº 1679 de 02 de dezembro de 1999, que obrigava todas as instituições de ensino a oferecerem condições de estudo para alunos com necessidades educativas especiais, já sob influência da Declaração da Salamanca (1994). Em agosto de 2001, no Programa Nacional de Apoio à Educação do Surdo, e a Feneis em parceria com o Ministério de Educação e Cultura (MEC), capacitou 80 surdos para serem Instrutores de Libras e desenvolveu métodos de ensino e materiais didáticos para serem utilizados com os alunos surdos (CAMPELLO, 2008). O debate que já vinha se desenvolvendo em âmbito educacional e civil, culminou com o reconhecimento legal da Libras como língua oficial do país ao lado do Português pela LEI Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Sua regulamentação em maio de 2005 instaurou uma nova política educacional pela difusão nacional de um ensino bilíngue, buscando proporcionar "educação para todos" através da inclusão obrigatória de 30% de crianças surdas à rede de ensino em três anos – abarcando não só novas matrículas, mas projeto de instrução para 27 mil professores e intérpretes em centros de treinamento estabelecidos nas 27 capitais estaduais e cursos de pós-graduação em Libras. Uma vitória para a parcela Comunidade Surda organizada e politizada, mas que indubitavelmente trouxe conflitos em sua aplicação prática, denotando que a sociabilidade do surdo vai muito além das questões legais e curriculares (MONTEIRO, 2006: 297).

Nesse contexto de debate político, houve a valorização de um novo ator social: a figura do intérprete de Libras<sup>80</sup>, uma espécie de mediador da comunicação em Sinais. Em 2005, quando estava para vencer o prazo para o cumprimento das exigências escolares de inclusão do surdo no sistema escolar público, surgiu uma lei voltada à regulamentação do preparo dos intérpretes, decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Esta abordava a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior de instituições de ensino, públicas e privadas. Além disso, dispunha sobre a formação de docentes para o ensino da LS em nível fundamental, médio e educação superior,

---

<sup>80</sup> No período de fechamento desta dissertação, foi publicada em 02 de setembro de 2010, no Diário Oficial da União, a Lei 12.319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor/intérprete de Libras. Pelo texto sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o tradutor e intérprete de Libras tem de fazer a comunicação da língua oral para Libras e vice-versa entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdo-cegos, surdo-cegos e ouvintes. Também poderá interpretar a língua portuguesa em atividades didático-pedagógicas e culturais em instituições de ensino, para viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares. Poderá atuar também no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas, além de prestar serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

prioritariamente por meio de cursos universitários em Letras/Libras – dando prioridade a alunos surdos para o preparo docente e garantindo a todo aluno surdo – da educação básica à faculdade, o direito assegurado de ter um intérprete de Libras para tradução em sala de aula, sob responsabilidade das instituições de ensino.

Na prática, embora esses acadêmicos tenham direito de contar com um intérprete ao longo de sua formação para que possam aproveitar ao máximo a interação em sala de aula, junto com seus colegas ouvintes e professores, Guarinello (2008) destaca que apenas 45% efetivamente exigem e/ou recebem este direito. A exemplo disso, o surdo curitibano Carlos (27 anos), estudante do curso de Engenharia de Produção Civil na UTFPR, afirma que somente no 3º ano de faculdade conseguiu junto à instituição de ensino um intérprete que o atendesse em suas aulas – seus recursos para acompanhar o curso (com bastante dificuldade) era o uso da leitura labial e leitura de livros por conta própria.

Socializados de formas distintas, os surdos não se encontram plenamente representados no texto da Lei. O poder público considera, legalmente, como surda<sup>81</sup> a pessoa que

por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras. (...) Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.” (DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005, CAP.I)

O texto acima cita alguns elementos fundamentais do debate sobre a condição da pessoa Surda na sociedade. Primeiramente, destaca-se a associação entre “pessoa surda” e a manifestação de uma “cultura” particular, cujo sinal diacrítico é a prática de uma língua específica (Libras). Posição que exclui da categoria “Surdos” aqueles que utilizam outras formas de comunicação. Ou seja, segundo esta definição, o surdo oralizado, não é Surdo. O surdo bimodal, também não o é. A Lei desqualifica o Oralismo, eliminando surdos não-bilíngues tanto da proteção legal como da condição de cidadania. Consolida-se, assim, a desqualificação já mencionada sob a ótica de Fabian (1993), reforçando ainda a perspectiva de poder delineada por Bourdieu (1996): resultado de lutas de poder, as tomadas de posição são sempre relativas dentro (e fora) do campo da produção cultural, sendo em última instância, uma produção política.

Em segundo lugar, o texto da Lei apresenta uma confusão referencial – diante da necessidade estabelecimento de categorias (surdo, ou deficiente auditivo?), o texto inicialmente cita o “*Surdo*” como categoria cultural, marcada pelo domínio de uma determinada prática de

<sup>81</sup> Na legislação o termo mais utilizado para designar o surdo é “deficiente auditivo”.

comunicação linguística. Mas a seguir, refere-se ao surdo em termos bio/fisiológicos (critérios médico-técnicos-rationais), deslizando do referencial cultural para o referencial da *deficiência*.

Mais que um problema terminológico, tal “deslize semântico” aponta um embate político entre agentes sociais diversos. Mapear o debate sobre o tema foge ao escopo deste trabalho, mas é importante sinalizá-lo. As leis creditam, endossam formalmente a existência de uma minoria, um grupo “*cultural*” Surdo que, segundo determinada identidade, tem sua cidadania garantida – direitos exclusivos e acesso a todos os recursos disponíveis na sociedade – num papel unificador. Nessa perspectiva, uma nova visibilidade é conquistada formalmente, “dando voz” aos surdos. Contudo, em certa medida essas mesmas leis confundem as pessoas que intentam representar, devido à falta de auto-identificação com os critérios de categorização legalmente definidos. Nem todos os surdos se identificam ou são associados aos padrões do que se considera por “Surdo”, ou mesmo concordam com a diferenciação e tratamento adotados pelo Estado. Assim, as leis de inclusão determinam operações relativas ao indivíduo e relações sociais em nível jurídico e político, influenciando a vida pública e privada, sem considerar níveis distintos de experiência, de maturidade e de socialização na cultura maior. Razão pela qual, muitas vezes são criticadas ou mal/não-executadas por aqueles que “protege”.

Se as medidas legais contribuem para a formação de um *status* identitário dos Surdos com língua própria, em contrapartida desnudam um processo de construção formal de cidadania em contraposição a experiências práticas de vida, de usos concretos – quando as leis saltam dos papéis para enfrentar a realidade social. As leis tratam de uma representação específica da surdez, condição sob a qual – na prática – reside um mundo de estranhamentos, tensões e adaptações. A esse respeito, comenta Witkok (2009):

... alienando-os em relação a questionar e impor resistência a outros preconceitos presentes no seu cotidiano, como se ser surdo fosse ter uma identidade única. Essa perspectiva que desconsidera de que surdo estamos falando remete ao cerne do preconceito em relação à surdez que nos identifica a partir da deficiência como um grupo homogêneo. (WITKOK, 2009:568)

A própria ideia de “Identidade e Cultura Surda” evocada como categoria nativa, e referenciada nos autos federais, carece de uma reflexão “de perto e de dentro” sobre as experiências que concernem às múltiplas vivências da surdez – tema que se pretende abordar a seguir.

## CAPITULO IV

### SER SURDO

Da complexidade das representações a partir das quais os surdos são pensados ou instituídos, participam também, os discursos e as percepções dos surdos sobre si mesmos – perspectiva esta, dificilmente considerada nos registros históricos e legais. Nem todos os surdos lutam pelo direito de se manifestar, exigindo o “reconhecimento” de sua língua e “sua cultura”. Em parte, talvez, porque a politização do tema é recente.

No Brasil, muitos movimentos se dedicam a uma “redescoberta” dos oprimidos e ao realizarem seu projeto político, deparam-se com grupos nada homogêneos. Enfatizando uma busca por “origens” e direitos a elas associados, adotam posturas essencializadas e idealizadas. Especialmente no âmbito das deficiências, a revisão contemporânea de esteriótipos substituiu processos de perda por conquistas diferenciadas, encorajando a auto-expressão e a vivência de identidades, autonomias e cidadanias particulares. A esse respeito, é importante ponderar como, em meio aos processos históricos, os sujeitos passaram a aderir a tais ideias, construindo uma *surdidade*<sup>82</sup> no Brasil. Apresento como *surdidade* a postura de posituação da condição da diferença no surdo, a partir da valorização de sua língua e, derivada desta, uma identidade firme particular. Uma espécie de “orgulho surdo”, que articula um conjunto de sentimentos associados a experiências positivas de ser *Surdo*, para quem a interlocução se torna uma peça chave de legitimação.

Assim, as mudanças históricas do discurso da surdez refletem múltiplas imagens do indivíduo surdo – imagens plurais, e por vezes, até mesmo conflitivas. Diferenças (e até divergências) de experiências e interpretações no interior do grupo social estudado demonstram essa heterogeneidade. Conforme destaca Lars-Christer Hydén (1997):

O conceito de experiência ganha, então, uma outra perspectiva, a de experiência socialmente constituída, na qual se apresentam estratégias que só são passíveis de análise quando se expressam como narração individual e intersubjetiva (portanto social), mas entendendo nessa condição a presença de uma situação dialógica (e dialética). Os significados são negociados também em um espaço comunicacional e

<sup>82</sup> Não localizei qualquer aplicação teórica do termo *surdidade*, tampouco seu uso no dicionário, mas dele me apropriei a partir de um fato etnográfico, por considerar um recurso interessante para agrupar ideias diversas. O termo foi usado por um surdo participante do grupo da PIB (Marcos, 32 anos), em uma discussão pela internet sobre o uso de implante coclear, onde mencionava: “o povo fica com medo do implante, uma ameaça à *surdidade*. Claro que todo mundo fica curioso querendo saber como funciona o troço, porque se os pais de alguém resolver meter o ferro na cabeça, eles ficariam mais tranquilos sabendo como funciona”. Aqui, Marcos utilizou o termo referindo-se a uma condição de identidade e orgulho Surdo, uma interpretação positiva da Surdez. A partir de então tomei a liberdade de adotá-lo como um termo técnico, uma definição operacional particular para referir-me a um conjunto de sentimentos associados à experiência positiva e identitária da Surdez.



político, em que a enunciação coletiva reflete a atualização de um universo discursivo e experiências vividas e projetadas. O jogo das escolhas narrativas deve refletir essa tomada de posição sobre como cada sujeito e comunidade exercita o lugar da enfermidade (HYDÉN *apud* GOMES *et al*, 2002:1212).

#### 4.1 IDENTIDADE SURDA?

Alguns teóricos utilizam como critério para diferenciar experiências de *surdidade* a origem/momento de aquisição da surdez. Strnadová afirma que os problemas e as necessidades dos ensurdecidos são diferentes dos surdo pré-linguais e, às vezes, até antagônicos: *“a pessoa que perde parte da audição após ter adquirido linguagem por meio da via auditiva, mantém a capacidade de se expressar oralmente e se comunicar com as pessoas desde que seja em ambiente calmo, onde uma pessoa fale de cada vez e fique de frente para possibilitar a leitura labial”*(STRNADOVÁ,2000:50). Para a autora, este poderia ser considerado um “deficiente auditivo”, uma vez que teve acesso à “cultura e língua da sociedade ouvinte”. Assim poderia ser considerado, também, aquele que tem uso da audição dificultada parcialmente. Tais indivíduos não se enquadrariam no que se considera a “Cultura Surda”, por terem um “problema” que pode ser controlado ou eliminado pelo simples aumento de volume de som e/ou aparelhos de amplificação sonora, como no caso de idosos ensurdecidos. Já os natissurdos e surdos pré-linguais, estariam em outra categoria, dada sua impossibilidade orgânica de adquirir linguagem por meio da via auditiva, principalmente quando se trata de surdez de grau severo ou profundo. Esse tipo de taxonomia é corrente no meio médico (a mesma distinção é realizada por Oliver Sacks, por exemplo) como marcador de distinção de “experiências de surdez”. Com base nesse critério, a autora surda Gladis Teresinha Taschetto Perlin<sup>83</sup>(PERLIN,2000), defensora ferrenha da Libras e crítica do oralismo, define a heterogeneidade da categoria surda em termos de um modelo ideal, no qual se destacam cinco níveis, a saber:

**a) Surdos com Identidade Surda** – Abarca os Surdos “sinalizantes”<sup>84</sup> – adeptos da Língua de Sinais como L1, podendo estar engajados na política e movimentos sociais, são os Surdos com “S” maiúsculo. São sinalizantes por aquisição de LS com os Surdos adultos e ou são filhos de pais Surdos. Possuem um “espaço cultural”<sup>85</sup>, têm “consciência Surda”<sup>86</sup> e usam alternativas

<sup>83</sup> Pesquisadora gaúcha, 46 anos, ficou surda aos 7 anos de idade, após ter meningite. Formou-se teóloga e foi a primeira surda brasileira a obter título de mestre. Atualmente é doutora em Educação.

<sup>84</sup> Grifo meu.

<sup>85</sup> Grifo meu.

<sup>86</sup> Grifo meu.

comunicativas e visuais, como internet, classificadores, piadas, fatos heróicos, etc. Uma minoria dos que se encaixam neste perfil é bilíngue, filhos de pais ouvintes. Esta categoria, de acordo com a autora, constitui os “Surdos puros” ou autênticos. Nesse perfil ela própria se enquadra: como surda pré-lingual, bilíngue, mas que usa Libras como língua padrão em sua convivência no dia a dia e é ativa nas causas Surdas – acadêmica, educacional e politicamente. Dentre os trinta e poucos surdos que conheci ao longo da pesquisa, nenhum deles sequer se enquadra completamente nesta categoria.

**b) Surdos com Identidade Híbrida** – Para a autora, este perfil engloba aqueles que se tornaram surdos por doença, patologia progressiva ou enfermidade, depois de experiência em ouvir. Estes usariam uma “roupagem” de surdez “por fora”, mas por dentro, *pensam como pessoas ouvintes* (grifo meu). Alguns sentem dificuldade em captar e entender os sinais da LS, outros não. Sabem e conhecem o suficiente a estrutura da língua portuguesa e *a maioria é oralizada* (grifo meu). Usam outras formas de comunicação, como comunicação total, oralismo e Língua de Sinais como suporte de comunicação com interlocutores Surdos e de não-Surdos.

Com base nessa definição, Perlin descaracterizaria diversos autores e estudiosos da questão Surda, que não são natissurdos, mas tornaram-se Surdos por alguma circunstância tardia, como autênticos. Para tal definição da autora, todos os surdos tardios continuam “ouvinte por dentro” apesar da “roupagem” da surdez.

**c) Surdos com Identidade Incompleta** – Nesta categoria, Perlin inclui os surdos que estão envolvidos na comunidade não-surda e “acreditam na supremacia ouvinte”. São os “espelhos” dos outros. Se sentem bem e *fazem tudo para desacreditar* a ideologia, política, cultura e identidade da “Comunidade Surda”. São os surdos que *gostariam de ser ouvintes, e buscam o ser, ainda que não alcancem plenamente o objetivo* (grifos meus). Dentre os surdos que conheci e acompanhei, não identifiquei um único que se encaixasse nessa caracterização de surdo “errado”, incompleto. Em alguns momentos, certas atitudes ou falas podem sim manifestar uma valorização da supremacia ouvinte, mas sem maiores consequências ideológicas.

**d) Surdos com Identidade Flutuante** – Representa os surdos que não se manifestam emocionalmente enquanto sujeitos Surdos. *Pensam como não-surdos e tem vergonha de conviver* com a “Comunidade Surda” (grifo meu). Têm dificuldade de conviver com a comunidade não-surda

devido à sua comunicação fragmentada e por isso mesmo tendem a ser solitários, isolados do mundo dos ouvintes e dos Surdos, como se vivessem enclausurados em suas famílias ou em si mesmos. Dentre os surdos que conheci, algo próximo desta experiência só se manifesta nas narrativas “de passado”: muitos deles falam do isolamento como experiência de uma determinada época de suas vidas, não por mera opção ou por “vergonha”, como definido por Perlin, mas antes por desconhecimento de outras possibilidades de socialização e ignorância a respeito de uma *vida Surda*, como generaliza um de meus informantes, falando sobre outros surdos que já conheceu:

*“Se a pessoa é surda, só, não tem identidade própria. É... ele, revoltado. Não aceita. Tem vergonha de ser surdo. Eu não... Eu não tenho vergonha de ser surdo. Eu mostro meu problema, que foi que causou. Eu exponho minha identidade de surdo, entendeu? Agora, tem surdo que tem vergonha, daí esconde a identidade. (...)A mãe ensina a falar, a estudar. Não sabe sinais. Não pode fazer sinais. Assim, ele cresce sem conhecer sinais e aprender a falar desde pequeno. Cresce sem nunca ter encontrado outro surdo. Um dia, lê vai passando na rua e encontra um surdo fazendo sinais(...)Pergunta ao surdo: "Você não ouve?". "Não. Sou surdo. Todos aqui são". "Eu também sou. Eu não escuto. Eu só falo". Vê os sinais e pergunta: "O que é isso? ...Eu não sei, queria aprender". Ele começa a aprender. Ele começa a aprender a língua de sinais. Depois, em casa, com família, não se sente bem em falar. Não quer mais falar. Quer aprender a língua de sinais”.* (Rodrigo, surdo, 24 anos).

**e) Surdos com Identidade de Transição** – Segundo Perlin (2000), esta categoria caracteriza os sujeitos surdos com identidade incompleta ou flutuante (anteriormente descritas) como decorrência da transição da condição de ouvinte para surdo ou vice-versa. Nas palavras da autora, “*ao mudarem da identidade hegemônica dos ouvintes para a hegemônica dos surdos*”. Com isso, viveriam como “dois corpos colados” ou “emocionalmente conflitantes” pois a transição exige uma longa adaptação – um processo profundo de descobrir como sobreviver no mundo. Os surdos desta categoria, segundo Perlin, caracterizam-se pelo conflito emocional, choque cultural, desconfiança, sentimento de não aceitação e desconhecimento da língua de sinais.

Por meio desta classificação, Perlin restringe a “Comunidade Surda” a um destes perfis, tomando padrões fisiológicos e de comunicação com/entre surdos e ouvintes como referência para definir a identidade surda. Sua teoria das Identidades Surdas é interessante na medida em que aponta heterogeneidade de experiências da surdez, mas essencializa e esteriotipa o “verdadeiro Surdo”, na medida em que elege uma das categorias – a natissurda – como “pura” e politicamente “correta”. Classificação que “naturaliza” a surdez enquanto condição de nascimento como “superior” às demais. Como afirma Wrigley (1996):

A partir de uma visão dos Surdos, o ato politizado de alegar uma surdez “nativa” – ou seja, uma surdez de nascença – está ligado à identidade positiva de não estar “contaminado” pelo mundo dos que ouvem e suas limitações epistemológicas do som sequencial. A “pureza” do conhecimento dos Surdos, a verdadeira Surdez, que vem da expulsão desta distração é na cultura dos Surdos uma marca de distinção. Seria “melhor ainda” se os familiares e até mesmo seus pais fossem também Surdos. (WRIGLEY,1996:59)

Nessa perspectiva, o “bom Surdo” é aquele que nasceu surdo e/ou assumiu integralmente a LS como sua língua mãe – traço primeiro distintivo da *surdidade*. Em última análise, as cinco categorias de Perlin traduzem uma relação binária, entre uma posição de “Surdos autênticos” (surdez precoce somada à LS) *versus* “impuros” (surdos tardios ou que privilegiam outros recursos de comunicação) em diferentes níveis, atingidos conforme a proximidade com o universo ouvinte. Nesse processo de deslizamento, de aproximação e distanciamento de um status de Surdez, o que se evidencia é uma situação de *liminaridade* (TURNER,1974), onde o distanciamento e reaproximação em que as características do indivíduo que está “transitando” são ambíguas, misturando sagrado (surdo autêntico) e profano (ouvinte):

Os atributos de liminaridade,[...] são necessariamente ambíguos... esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam à rede e classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural. [...] exprimem-se por uma rica variedade de símbolos [...] que ritualizam as transições sociais e culturais [...] As entidades liminares [...] podem ser representadas como se nada possuíssem [...] não possuem "status". (TURNER,1974:116-117)

Quanto mais próximo do universo ouvinte, o surdo estaria no estado liminar mais impuro – que são, no entanto, posições temporárias e flexíveis. Tais estados "liminares" emergem nos "interstícios da estrutura social" (*idem* :119), propiciando aos atores sociais a experiência concreta de estar às margens não só da sociedade, mas de um próprio grupo menor, dentro dessa mesma sociedade. Isso evidencia que a questão da “identidade Surda” não trata somente da origem fisiológica da surdez ou da escolha comunicativa – antes, e mais criticamente, diz respeito à relação com “o outro”. Nesse processo relacional, as funções da família e da educação são essenciais para que o indivíduo assuma uma posição (de *surdidade*, deficiência ou oralidade) no meio social.

Qualquer que seja a forma pela o fato biológico da surdez tenha sido adquirido, ela traz profundas implicações psicológicas, desde a rejeição pura e simples até a dificuldade de elaborar a própria diferença em relação aos outros. O aspecto social, juntamente com o psicológico e o biológico forma um tripé sobre o qual se apoia a experiência vivida.

Amaral & Coelho (2003) mencionam que tais estigmas não precisam ser administrados no mesmo nível o tempo todo por parte do surdo, sendo mais críticos na vida pública, no relacionamento com pessoas estranhas ou meras “conhecidas”, quando confrontado com sua identidade “desviante”. Nas relações íntimas, com pessoas mais conhecidas, o estigma não pesa decisivamente.

Sua identidade, portanto, é aprendida, construída a partir de papéis conflitivos entre sua auto-imagem e sua imagem social. (...) Um “continuum” entre dois extremos, ou seja, a relação com o completo desconhecido, onde o estigma aflora com toda a sua força, chegando até a relação com o conhecido onde a afeição e a compreensão são o que realmente conta. Ela não é e nem quer ser vista como inferior, incapaz, má ou invejosa, nem também como superior, iluminada ou santo suportando na carne o sofrimento que edifica. Assim, também com relação ao conhecimento da deficiência pelos não deficientes podemos estabelecer um continuum em que quanto mais familiar e conhecidos são a deficiência e o deficiente, mais se dilui o estigma e mais o portador é percebido como uma pessoa comum. (AMARAL & COELHO, 2003:03)

Assim, entendemos que a identidade não trata de uma “fatalidade” ou resultado imediato da aquisição ou não de uma língua em determinado período. É antes uma construção, permanentemente refeita, que busca tanto determinar especificidades e fronteiras identificatórias entre o próprio sujeito e o *outro*, quanto obter o reconhecimento dos demais membros do grupo social ao qual pertence, assegurando a legitimidade de sua pertença a este. Ou seja, é através da relação, no tempo e no espaço, com diferentes *outros*, que o sujeito se constrói e repensa a si mesmo. A construção da identidade não é domínio exclusivo de uma língua, embora ela seja, sempre, da ordem do discurso. Ela é interativa e social.

## 4.2 EXPERIÊNCIAS SURDAS EM FAMÍLIA

As referências/concepções de surdez experimentadas em casa, pela própria família tem grande peso no marco inicial das trajetórias de vida dos sujeitos surdos e na construção de suas identidades. Sem pender a um determinismo irreversível, para entender o comportamento de surdos é imprescindível assumir que há drásticas diferenças entre o desenvolvimento social de um indivíduo surdo filho de pais ouvintes, um indivíduo surdo filho de pais surdos, ou um indivíduo ouvinte filho de pais surdos. De acordo com experiências relatadas ao longo da pesquisa, considero importante destacar algumas questões apontadas por estes.

Myrna Salermo é pesquisadora surda, pioneira, da Língua de Sinais no Brasil. Em seus

estudos ela cita que há pouco tempo, famílias ouvintes ainda “escondiam” os filhos surdos pela “vergonha” de ter concebido uma criança *fora dos padrões considerados normais* (grifo meu). Com isso, muitos surdos não saíam de casa, ou só o faziam acompanhados dos pais. Assim como ocorreu com ela e com muitos outros, a comunicação na família era muito difícil pelo desconhecimento e/ou *não aceitação* (grifo meu) dos pais da língua de sinais. Myrna explica que esse fato conduziu filhos surdos ao isolamento, gerando sérios problemas de comportamento, como nervosismo, agressividade e crises de identidade (MONTEIRO, 2006) – não só em casa, mas também em outros contextos, como a escola. Em sua tese de doutorado, Karin Strobel relata uma experiência nesse sentido:

*“Eu e uma amiga usávamos sinais próprios surgidos entre nós alunas surdas da escola, já que não tínhamos vínculo com outros que nos ensinassem a língua de sinais padrão. Estávamos conversando muito animadamente sobre um assunto de nosso interesse, bem soltas e felizes. Enquanto isto vinha uma professora da escola e nos repreendeu dizendo que parecíamos duas ‘macacas’, que era muito feia a nossa comunicação com as mãos. Ela nos mandou colocar as mãos para trás e falarmos com voz uma para outra, uma coisa impossível de fazer. Nos olhamos envergonhadas e constrangidas, sentimos a nossa voz muito limitada para conversarmos e nos calamos. Senti-me humilhada com a comparação que a professora fez de nós com o ‘macaco’ - um animal feio e peludo<sup>87</sup>. Porque o macaco? Porque não um leão ou um gato ou outro? A partir daí eu me reprimi, acreditando que levantar um dedo seria igual a um macaco: peludo, grande e feio. Imagina este tipo de pensamento em uma criança surda de nove anos? Na época isso acontecia muito, pois hoje encontramos muitos relatos parecidos em outros surdos”.* (STROBEL,2008:48).

Aline, natissurda de 28 anos, conta que em casa as coisas não são tão fáceis como na rua. Ela é filha única em uma família de ouvintes. Cresceu sem que ninguém na família tivesse aprendido (ou ensinado a ela) a Língua de Sinais. Como de praxe nesse contexto, fazia uso de alguns gestos “inventados em casa”, e desde cedo passou a frequentar clínicas de fonoaudiologia para conseguir um bom nível de fala. Estudou na Escola de Educação Especial CENTRAU<sup>88</sup> (Curitiba), aprendeu leitura labial<sup>89</sup> e logo passou a usar aparelho auditivo para tentar captar alguns sons – que segundo ela, não permitem exatamente “ouvir bem”, até pelo seu desconhecimento do que seja efetivamente ouvir. Aline foi casada, está separada há um ano e tem um filho ouvinte, de 4

<sup>87</sup> Segundo este e outros relatos em que os informantes citaram ser comparados a macacos, as crianças surdas viam a comparação de macaco através de aparência – o que lhes é mais icônico, e neste caso, assustador – e não associavam o xingamento de forma direta ao conceito de involução por sua forma de comunicação (graças ao desconhecimento da Teoria da Evolução de Charles Darwin). O “trauma” da comparação evolutiva advém muito mais da releitura de suas memórias, no momento atual de conhecimento e articulação de discursos de discriminação social.

<sup>88</sup> Escola de Ensino Fundamental para alunos portadores de deficiência auditiva. Situada na Rua José Veríssimo, 220 – Tarumã, Curitiba-PR.

<sup>89</sup> Creio que no grupo da PIB ela seja a surda com mais habilidade nesta prática.

anos, a quem ensina um pouco de Libras, morando com ele na casa dos pais. Ela é altamente oralizada, tem uma voz razoavelmente compreensível a ouvintes (como eu), e no grupo da PIB é chamada, de forma jocosa, de “Surda Paraguaya”<sup>90</sup>. O termo designaria uma “falsa surda”, surda “imitação” porque ela consegue falar e “ouvir” (pela LOF) que os demais, muitas vezes fazendo uso de celular de uma forma diversa dos amigos que só o utilizam para enviar e receber mensagens ou pedir a ouvintes próximos que atendam/façam ligações para eles.

Certo dia passeando no centro de Curitiba com Aline, após ir assistir com ela uma aula em sua escola, lhe perguntei a certa altura da conversa se era fácil a comunicação em casa, como era a relação com seus pais (porque ela falava muito do filho e da mãe desde que nos conhecemos) e parecia lidar muito bem tanto com a Libras como com a oralização. Surpreendi-me ao saber que quase não fala com seu pai, que ele se afastou muito dela desde criança, acredita que em grande parte porque ela é surda. Com a mãe, ela disse “conversar normalmente” – fazendo leitura labial e falando (oralizando) – ambas já estão acostumadas e “funciona bem, não é difícil”. O que ela considera ruim é a tal distância do pai, e o fato de que em sua casa, ninguém conhece Língua de Sinais e nem tem interesse em aprender (exceto seu filho, que o faz brincando com ela enquanto não está em idade escolar). Ela aprendeu a LS por sua conta, sem incentivo da família, depois de adolescente, quando descobriu que existia um curso de Libras no colégio, na Feneis e não parou de estudar<sup>91</sup>. Disse que os pais nunca a esconderam, mas também nunca a estimularam a sair de casa, a não ser para as sessões de fono e escola quando criança. Tanto é que, há quase um ano ela está desempregada, criando o filho em casa<sup>92</sup> e eles não cobram dela ou insistem que vá procurar outro emprego.

Parece que o maior problema em ser filho surdo de pais ouvintes, está em ser “o outro” em meio a ouvintes. Neste quadro é que surgem os relatos de experiências consideradas “ouvintistas”<sup>93</sup>, onde se experimentam processos de oralização e, por decorrência das possibilidades limitadas de resultados, o surdo tende a ser isolado, subestimado e infantilizado. Diversos surdos que conheci durante a pesquisa me contaram experiências de ambiente familiar caracterizado desta forma – o que é compreensível, dado que estatisticamente, 95% dos natissurdos são filhos de pais ouvintes.

---

<sup>90</sup> Aqui, o sinal em Libras é surdo + Paraguay, não fazendo referência ao sinal de falso, falsidade pois esse outro termo em Língua de Sinais não contém a característica de duplo sentido que apresenta na Língua Portuguesa – de modo que sinalizar surdo + falso levaria à interpretação de que ela é uma pessoa falsa, não confiável.

<sup>91</sup> Ela referia-se a não ter parado de estudar Libras, pois quando ao ensino regular, após o Fundamental, parou de estudar e no último ano decidiu retomar os estudos no CEJA que faz atendimento a alunos especiais no centro de Curitiba. Ali foi onde ela conheceu a professora e intérprete Ityara, ouvinte de 24 anos, que aprendeu Libras na igreja Batista de sua cidade natal (Jacupiranga-SP), por meio de trabalhos missionários da PIB daqui, e desde que se mudou para Curitiba há 2 anos, tornou-se membro de igreja e atua no Ministério de Surdos como voluntária. Ityara convidou Aline a conhecer o grupo de surdos da PIB após um tempo de convivência com ela no CEJA.

<sup>92</sup> Logo, ambos estão financeiramente por conta dos pais de Aline.

<sup>93</sup> Termo relacionado ao “colonialismo ouvinte”, imposição de padrões ouvintes aos surdos. Ver SKLIAR, 1998.

Em relatos de pequenas situações cotidianas revela-se a recorrente sensação de isolamento compartilhada por vários surdos que crescem em famílias ouvintes, como registrado por Strobel:

*“tive que me acostumar com exclusão da família, da casa onde todos falam sem se preocupar com você. Porque é preciso sempre pedir, puxar alguém pela manga ou pelo vestido para saber, um pouco, um pouquinho, daquilo que se passa em volta. Caso contrário, a vida é um filme sem legendas. Uma vez a empregada estava lavando o quintal de casa e eu ficava sentada observando a água suja de lama e sabão pelo bueiro. No meio da sujeira estava um bicho estranho de mais ou menos 6 cm, que estava morto. Me assustei porque o associei com o bicho que vi na televisão outro dia: um jacaré enooooorme que comia as pessoas. Tive muitas noites de insônia com medo da existência deste bicho no nosso quintal e que viria me pegar e me comer. Só agora eu entendo que não era jacaré e simplesmente uma lagartixa. Não havia ninguém que me falasse sobre isso.”* (Strobel,2008:40)

Emmanuelle Laborit (1994:19-22), surda que recebeu o prêmio Molière de Atriz Revelação por sua atuação no clássico filme “Os Filhos do Silêncio”, declarou em sua autobiografia que aos seis anos de idade

vivia no silêncio porque não me comunicava e perguntava: seria esse o verdadeiro silêncio? Creio que nada havia em minha cabeça, nesse período. Futuro, passado, tudo estava em uma linha do espaço-tempo. Mamãe dizia ontem... e eu não entendia onde estava ontem, o que era ontem. Amanhã também. E não podia perguntar. Sentia-me impotente.(...)Havia a luz do dia, a escuridão da noite, mais nada. Até a idade de sete anos, nada de palavra, nenhuma frase em minha cabeça. Imagens somente. (...) Era loucura. Como tudo acontecia antes? Não tinha língua. Como pude me construir?(...) Pensava? Seguramente. Mas em quê? Em minha fúria de me comunicar. (LABORIT,1994:19-22)

A escritora destaca a fundamental diferença que faz a Língua de Sinais na vida de um surdo: *"Para as crianças que aprendem bem cedo a linguagem de sinais, ou que têm pais surdos, é diferente. Fazem progressos notáveis. Admiro-me do desenvolvimento que têm. Quanto a mim, estava nitidamente atrasada, pois aprendi essa linguagem só aos sete anos. Antes, era seguramente um pouco como uma "débil", uma selvagem."* (LABORIT, 1994:22)

Para Buscaglia (1997), a família ao se defrontar com a deficiência de um de seus membros além de promover uma drástica mudança em suas expectativas, altera também sua dinâmica – redefine seus papéis, atitudes e valores. Na criação de uma criança surda, conforme Freeman, Carbin e Boese (1999) a família aumenta os encargos financeiros com consultas, exames, terapias com fonoaudiólogos e/ou psicólogos, aparelhos auditivos e até com possível mudança de cidade na busca de uma educação adequada. Os efeitos psicológicos dessas práticas podem ser sentimentos de proteção ou privação.



Karina, 18 anos, é uma jovem tímida que participa do grupo da PIB, muito mais silente que os demais. As primeiras vezes que a notei nos cultos, percebi que ela estava sempre “vigiada” pela mãe, que a levava ao encontro e sentava-se um pouco atrás, para que a filha encontrasse alguma independência e iniciativa no grupo. Karina aprendeu Libras por estímulo da mãe, que também fez questão de fazer o curso de Libras na igreja para se aproximar da filha. Em alguns momentos, pude notar que se falta a Karina o conhecimento de algum sinal quando ela discursa entre os demais, ela rapidamente olha para a mãe como quem pede socorro. E muitas vezes, a mãe “sugeria” um sinal para ela, oportunamente aceito pela filha. Há quem ache no grupo que a mãe de Karina fica “muito em cima dela”, uma marcação cerrada que acaba intimidando a filha.

Outros surdos comentaram “achar bacana”, porque mostra o interesse da mãe em que a filha se integre com surdos e possa ser “do jeito dela”. Mara, participante do grupo, avalia: “*a mãe dela é inteligente, tem muita informação, aprendeu as coisas que hoje pode dar mais condições à Karina. Seria bem se todos os pais fossem bem informados assim*”. Aos olhos dos surdos que enxergam (releem) sua própria infância sob uma ótica de sofrimento, Karina é privilegiada pela possibilidade que a mãe está lhe dando.

Rafael, natissurdo de 28 anos, um dos raros surdos sinalizados sem qualquer esforço de oralização, apresenta uma experiência *sui generis*. Ele foi único do grupo que contou que sua mãe, semi-analfabeta, brigou com toda a família pra ele aprender Libras sem ter que aprender a oralizar. Ele conta que, por ser o segundo filho surdo da casa, a família toda queria que ela o obrigasse, desde pequeno, a falar e praticar leitura labial.

Segundo conta, sua mãe declarou à família: “*meu filho é surdo e consegue falar tudo que sente através de sinais. Eu não vou obrigar meu filho a falar uma língua que ele não gosta. Ele gosta de sinais, vai continuar falando em sinais não sou eu quem vai obrigar meu filho a falar (oralmente)*”. Quando narra o fato, Rafael demonstra uma profunda admiração pela mãe, dizendo que apesar de ela mesma não saber ler nem escrever direito, teve mais sabedoria que muitos pais letrados de outros surdos. É invejado por outros surdos pelo apoio de sua mãe.

Cabem duas reflexões. A primeira diz respeito a como a experiência de Rafael denota uma realidade de socialização distinta dos amigos que o invejam: ele nasceu em um ambiente onde não é “um diferente” em meio a uma família de “outros” iguais entre si. Por ser o segundo filho surdo da casa, o estranhamento da família diante de sua surdez foi consideravelmente menor que a de seu irmão.

O segundo aspecto crucial diz respeito à referência de exclusão vivenciada por sua mãe devido ao não domínio de um código linguístico (dada a condição de semi-analfabeta), que a leva a insistir que seu filho use o sistema de comunicação que lhe seja mais conveniente, independente do

que os outros (inclusive familiares) pensem. Tal postura aproxima-se mais de uma empatia da exclusão, um reconhecimento do “outro” surdo (seu filho) em si mesma, do que uma defesa de *surdidade*. Com isso, a relação de proximidade entre iguais (excluídos) acaba se tornando maior que a distância social entre surdo x ouvinte.

Surdos que são filhos de pais ouvintes acreditam que “tudo seria diferente” se tivessem sido “estimulados como surdos” desde pequenos por parte dos pais e demais familiares, como ressalta Moura (2003):

Em tudo,(...), pelos brinquedos, da mesma forma que as crianças ouvintes, as crianças surdas usam a mesma língua de seus pais surdos – a língua de sinais. Nesse sentido, o desenvolvimento linguístico da criança se dá nas mesmas condições que o desenvolvimento da língua falada nas crianças ouvintes. Pesquisas sobre a aquisição da linguagem por crianças surdas, filhas de pais surdos, mostram que elas desenvolvem a língua de sinais na mesma idade e segundo os mesmos passos que a criança ouvinte com a língua falada. Assim, as crianças surdas apresentam balbucio manual antes que se observem os primeiros sinais. (MOURA, 2003:64,65)

O fato dos pais serem ouvintes ou surdos tem um peso diferencial na forma como estes encaram a surdez de um filho e a “acolhem”. Em famílias ouvintes, segundo Brito e Dessen (1999), o diagnóstico da surdez do filho desencadeia períodos difíceis, que devido a fatores emocionais, influenciam na interação com seu bebê. Segundo apontamentos do MEC (BRASIL, 1997:109) “a falta de conhecimento a respeito da extensão do problema gera estresse e ansiedade, deixando os pais inseguros diante de um futuro imprevisível”.

Isso leva a se pensar que “naturalmente” a vida seria mais fácil se surdos nascessem em famílias surdas. Certamente se minimizaria parte dos conflitos<sup>94</sup>, mas isso se dá pelo simples fato de se tratar de surdos, entre surdos, tanto quanto é no caso de filhos ouvintes e pais ouvintes – ou seja – “iguais”. E não pela condição da surdez em si.

Saindo do círculo familiar, o envolvimento de pessoas surdas em práticas sociais públicas mostra-se um desafio e uma oportunidade de múltiplos desdobramentos sociais. Já foi citado que escolas e grupos de apoio aos surdos são os principais contextos de socialização de surdos, nos quais se iniciam os primeiros passos para o exercício de uma identidade marcada pela língua de sinais, tida contemporaneamente como “símbolo por excelência da surdez”, da identidade individual e cultural do Surdo (FERREIRA BRITO, 1993:28,54).

Contudo, aprender Libras nem sempre é tão “natural” assim. A pessoa surda (especialmente os natissurdos) tendem, a princípio, a se comunicar por mímica ou gestos convencionados no

---

<sup>94</sup> Tanto quanto possível, pois mesmo em famílias onde há apenas “ouvintes”, outros tipos de conflitos se constituem.

interior da sua família, seu círculo social imediato, assim como já relatado pelo Pr. Adoniran a respeito de seu primo, e Aline a respeito de sua infância. Quando este limite social é modificado, ampliado, passando a ter contato com terceiros, as possibilidades e riscos apresentados pelo mundo podem inicialmente assustar, de modo que mesmo sendo surdo, o indivíduo pode se recusar a substituir os sinais convencionados no ambiente doméstico, por outros trazidos por estranhos.

Luana, uma natissurda de 26 anos, somente começou a aceitar a Libras depois que sua professora passou a usá-la com frequência. Ela então se convenceu pelo “cansaço”; seria mais fácil falar com outras pessoas (inclusive surdas) se entrasse no novo jogo. Conta ela: “*No início tinha medo, me assustava*”. Esse desbravar não trata somente de aprender uma nova língua, baseado em um sistema de linguagem particular – que por si só já seria desafiador. Mas de acordo com as experiências dos informantes, esse foi um momento crucial para perceber “o que havia de errado” ou fora de lugar quando observavam o mundo ao seu redor, quando muitos se perceberam surdos, dando-se conta de como isso os diferencia dos demais.

*“Tive meningite aos 11 anos de idade. Em consequência disso tive surdez bilateral profunda. Continuei os meus estudos em escola de ouvintes, oralismo, sem ter contato com outros surdos até meus 20 anos. Era muito difícil eu vivia isolado, só com a família. Aprendi Libras depois que um colega da escola me chamou para ir conhecer outros surdos, fazer curso de Libras na Feneis. Ali conheci um 'mundo' até então desconhecido. Naquele momento só me preocupou a falta de conhecimento do que é ser surdo, sentia-me perdido”* (Flávio, 22 anos).

Em parte, isso expressa também o sentimento de André (surdo, 33 anos): “*quando conheci o Roberto, e eu via a liberdade dele, sinais, Libras, eu me perguntava: como não descobri isso antes? Conhecer Libras me ajudou a entender tudo, a falar de mim, a falar com as pessoas.*” A autora Karin Strobel, como André, associa sua experiência fora de casa, com a ideia de liberdade: “*Ideias minhas, que afluíam cada vez mais em maior número diante da vida ao meu redor, ficavam sufocadas em algumas dezenas de palavras aprendidas e repetidas, tudo muito frio. Eu estava expandindo o meu mundo e necessitava de uma língua em que pudesse me identificar. A Libras me deu isso!*”(STROBEL,2008:15).

Face às variações de experiências surdas na família, podemos perceber que não se nasce “conceitualmente” Surdo ou ouvinte. Nem mesmo os surdos se dão conta de sua surdez isoladamente. Enquanto a socialização é basicamente restrita ao universo familiar, não existem surdos x ouvintes. A categoria não-Surdo ganha novo significado quando a descoberta de outros surdos iguais incorpora a noção de semelhança, e opostamente cria “os outros” (ouvintes). A partir daí o surdo passa a se conceber como surdo. É nesse sentido que muitos deles dizem que eram

surdos mas não tinham consciência disso (SQUARIZ, 2008:17):

*“Já sofri bastante com minha deficiência, e hoje digo que convivo muito bem com isso. Chego a dizer que não gostaria de trocar minha audição “defeituosa” por uma normal, pois é algo intrínseco à minha pessoa, faz parte de mim. Até ficar em paz comigo mesma foram anos de tratamento e reflexão. Não é fácil tentar superar uma deficiência quando se sofre preconceito até mesmo dentro de sua própria família. Mas uma vez que se consegue superá-la, dá um alívio incrível e um sentimento de que uma nova vida está por vir”.*

Quando um surdo se depara com “iguais” ampliam-se suas possibilidades de sociabilidade. Relendo a própria história de vida, tendem a demarcar como dramáticos os eventos ligados à infância – que se sobressaem com mais contraste em oposição à nova experiência da “Comunidade Surda”, positivamente afirmada nessa relação. Assim conta Paulo (natissurdo, 23 anos):

*“Eu era revoltado com a minha condição de surdez, não aceitava a surdez achando que era castigo de Deus e me isolava, isto ocorria porque a escola oralista não me permitia ter identidade surda, procurando fazer com que eu aprendesse e fosse igual às pessoas ouvintes - minha mãe ficou preocupada com a minha revolta e ao se informar a respeito do povo surdo descobriu uma associação de surdos e me levou lá quando eu tinha 15 anos. Ao ter contato com a comunidade surda, o meu mundo abriu as portas e eu pude explorar e expandir para fora tudo o que estava insuportavelmente sufocado dentro de mim”.*(grifos meus)

Apesar do desabafo, em todos os outros relatos sobre sua experiência de surdez, Paulo sempre retratou sua família como “muito boa”, sua infância como “feliz” e só no momento em que falávamos sobre o “orgulho Surdo”, houve uma releitura de sua história, demarcando o sofrimento e revolta como anterior à descoberta de outros surdos. Longe de ser uma questão meramente utilitária, é possível acionar a *surdidade*, o “orgulho Surdo”, quando conveniente, e em outros momentos, vitimizar-se ou até mesmo fingir nenhuma deficiência conforme o contexto.

A perspectiva de interpretação dessas situações assemelha-se ao que Bourdieu (1997) denomina *ilusão biográfica*. Para o autor, toda narrativa biográfica produz uma coerência artificial, classificando-a como um “gênero literário” repleto de imprecisões e releituras. Por definição, pensar a própria vida é uma tentativa de dar ordem a o caos de acontecimentos, e ao fazer isso, o indivíduo modela sua experiência. A vitimização é um dos recursos dessa construção.

Em relatos de pesquisas de diversos autores, a vitimização é recorrente entre os surdos. Não se trata de afirmar que seu sofrimento seja falso, ou que as dificuldades pelas quais passaram sejam irrelevantes. A questão é que na época que em foram vivenciadas, nem sempre as experiências foram “lidas” desta maneira. Observando esta dinâmica nos relatos de campo, percebe-se que as

experiências de exclusão-inclusão vivenciadas pelos informantes indicam uma interessante demarcação de faixa etária: a fase mais conflitiva para o surdo parece ser a primeira infância<sup>95</sup> (especialmente para os filhos de pais ouvintes), na qual basicamente se convive no âmbito familiar. A vitimização aparece nas narrativas mais acentuadamente nessa etapa, sinalizando dificuldades de socialização, de construção de representações do mundo.

Após a primeira infância, especialmente na fase de escolarização as experiências se dividem: de um lado, verifica-se o reconhecimento “do outro” como igual (convivência com outros surdos em escolas, associações, nas ruas, etc), porém, também em função dos diferentes processos de agenciamento da comunicação com os ouvintes (oralização, bilinguismo *etc*) se aprofunda a percepção da diferença. É quando se experimentam diferentes níveis de liminaridade na relação entre o universo surdo e o ouvinte. A educação escolar, portanto, também ocupa nas narrativas um lugar central, pois ainda que possa abrigar conflitos, é nela que se experimenta uma igualdade “de condição”, uma identidade compartilhada em oposição ao que se vivencia dentro de casa.

A partir daí, distintas experiências serão construídas. À medida que se desenvolvem como adolescentes/adultos socializados de diferentes formas, e manejando códigos “ouvintes” e/ou a língua de sinais, critérios de distinção e interação social vão se recombinao: à oposição surdo *versus* ouvinte, somam-se contrastes entre os próprios surdos quanto ao grau de escolaridade; carreiras e condições de inserção profissional; opções religiosas; situação conjugal, classe social, condições de acesso a bens de consumo (inclusive para “tratamento”<sup>96</sup> da surdez), entre outras.

A maior parte dos “intelectuais surdos”, em geral oralizados, encontram-se em oposição a uma estatística assustadora de surdos não escolarizados ou de baixa escolaridade. Isso denota que na “Comunidade Surda” a experiência da surdez se diferencia muito além dos critérios fisiológicos, sendo marcadamente social, o que decorre de distintas formas de socialização condicionadas não apenas pela origem da surdez (natissurdos x ensurdecidos), como também em virtude de condições sociais, culturais e econômicas distintas.

---

<sup>95</sup> Aqui, o termo primeira infância não se aplica a uma teoria psicológica ou pedagógica específica, remete tão somente o período de vivência da criança exclusivamente no espaço familiar, anterior à fase de escolarização.

<sup>96</sup> Define, por exemplo, quem tem acesso a recursos como fonoaudiólogos, psicólogos, cirurgia, implante coclear, aparelhos auditivos *etc*.

### 4.3 O MANEJO DE CÓDIGOS E A IGUALDADE

O domínio de processos comunicativos constitui entre os surdos um outro fator de distinção, que os habilita diferentemente no agenciamento de relações sociais. Na relação surdo  $\times$  surdo, ter domínio exclusivamente da Libras pode ser suficiente. Mas quem se atém a manejar apenas este recurso comunicativo se encontra em posição de desvantagem quando interage com ouvintes, especialmente nas situações corriqueiras do dia a dia. Neste cenário, a surdez leva a situações de isolamento, constrangimento ou exclusão. Em situações corriqueiras como atos de compra, relações trabalhistas, atendimento médico ou necessidade de algum tipo de serviço público, tal problema é relatado recorrentemente pelos entrevistados: *“ninguém fala Libras! Ninguém entende o surdo!”*

No pólo oposto se encontram os surdos que “falam” (oralizados), dominam a Língua Portuguesa e a Libras (bilíngues) e transitam sem dificuldades nos dois mundos: na “Comunidade Surda” e com/entre ouvintes. É entre estes que há inclusive a possibilidade de “brincar” com práticas de inclusão/exclusão, produzindo a experiência de exclusão “do outro” (os ouvintes) em espaços públicos.

Aline, a surda “Paraguaya”, tem alto nível de oralização e é uma das mais hábeis falantes em Libras, portanto transita com facilidade entre ambos, como “quase-ouvinte” em determinados contextos e surda em outros. Em uma das primeiras vezes que estivemos juntas, ela e Tatiana (uma ouvinte de 25 anos que está se preparando para ser intérprete) deram uma rápida escapada da igreja para ir a um posto de gasolina ao lado comprar salgadinhos. Aline pediu para Tatiana se fingir de surda, e ambas “tiraram uma onda” com a atendente do posto, que ficou desesperada por ter que atender duas supostas surdas. Voltaram rindo muito, e Aline destacou: *“que bacana é, você e a Tatiana, duas ouvintes, saberem libras e me acompanhar como amigas até nas piadas”*.

O domínio de códigos permite jogar com a situação, brincando, e até mesmo invertendo temporariamente a relação inclusão/exclusão em determinados contextos, como conversar sobre os ouvintes (ridicularizando-os) diante deles sem que sequer imaginem o que está sendo dito, ou isolar os próprios surdos em meio a uma roda de diálogo, por desejar falar diretamente com um ouvinte que esteja no grupo.

Em várias conversas ela me explicava como é ótimo saber Libras, como isso ampliou seu mundo. Sempre pronta a me auxiliar em minhas dificuldades e limitações vocabulares, é dos surdos do grupo quem me pareceu a mais articulada defensora da Libras e da importância do surdo se aceitar como comunidade, com cultura própria. Aline porém, tem conceitos bem particulares do que é ser surdo. Por um lado, considera como *“surdas de coração”*, aquelas pessoas que realmente se dedicam aos surdos, como a sua professora e intérprete. E por outro lado, sabe que mesmo surdos

“de verdade” (que não ouvem nem falam) podem ser menos envolvidos na questão que alguns ouvintes. Chegou a criticar um dos rapazes (surdo) do grupo, que fica inventando sinais que não correspondem à Libras: “*parece que só quer dificultar as pessoas a conversarem e isso não é algo bom para os surdos*”. Para ela, ser surdo não é simplesmente não ouvir ou falar Libras. Sua definição de surdo não tem parâmetros rígidos e intransponíveis, de modo que ela mesma não se enxerga exclusivamente em um destes grupos.

Na saída de um culto de sábado, em julho deste ano, Aline me contou reservadamente que estava muito feliz, pois na sexta-feira da semana seguinte iria ao médico colocar dois novos aparelhos auditivos – em lugar de um único, que há tempos apresenta falhas de funcionamento – e que com isso, estava muito esperançosa de que vai ouvir<sup>97</sup>. Diante da notícia, que não é de conhecimento geral do grupo, muitos poderiam julgar que Aline é mesmo “falsa”, não querendo assumir sua *surdidade* e que no fundo só deseja ser ouvinte (Perlin a caracterizaria como surda flutuante ou de transição).

Alguns poderiam alegar que isso é resultado de sua longa experiência oralista, tendo “colonizado a pobre alma surda” para o mundo dos ouvintes. Contudo, dentre as diversas situações que passei ao lado dela, posso assegurar que não se trata de “virar a casaca”, ou desistir de ser Surda. Ela tão somente deseja acionar os recursos que lhe são disponíveis para viver melhor – seja em casa, na igreja, na rua ou na escola – onde por sinal, é altamente integrada com outros surdos e praticamente não oraliza, apenas sinaliza.

O fato é que diante de tantos “*outros*” possíveis, neste último caso ela vislumbra a possibilidade de se colocar, ela mesma, em lugar desse “*outro ouvinte*” para algumas coisas devido a um domínio relativo de códigos orais/auditivos. Quanto maior for a gama de códigos manejáveis, maiores as possibilidades de inclusão social. Marcela – uma moça surda de 35 anos, que desde criança fora plenamente oralizada – relata em sua experiência algo que nos ajuda a entender a questão:

*“Assumi<sup>98</sup> minha surdez aos 33 anos e meu filho e esposo ainda tem dificuldade e muitas vezes brigam comigo por eu não ouvir. Digo assumi porque pensava que morreria assim. Pensei em aprender Libras, pois na faculdade de pedagogia, durante os estágios na fase de alfabetização, não consegui interpretar nenhum dos alunos. Foi uma professora de Libras, intérprete e pastora que me auxiliou nesse processo. Já havia tentado usar aparelho, mas como o som era muito ruim desisti. Isso em 98. Só em 2009 que fui usar aparelho. Por eu ter uma ótima oralidade, nunca fui compreendida e respeitada como surda. Sempre me chamavam de desatenta, atrapalhada, mas hoje eu entendo muito bem o que se passava comigo. O*

<sup>97</sup> A troca dos aparelhos foi adiada pelo médico para 13 de setembro. Ela continuou guardando sua esperança, mas nos dias que se seguiram, permanecia a mesma Aline simultaneamente orgulhosa de seus Sinais e de sua oralização.

<sup>98</sup> Grifo meu.

*problema não é ser um surdo que sabe Libras, mas sim “ficar” surdo. Quando você nasce surdo é criado dentro daquele contexto e pronto. Quando se fica surdo, passamos por uma série de dificuldades. Não existe legenda em lugares públicos, as pessoas nunca falam olhando pra você. Os telefones não têm um volume adequado...”(grifos meus).*

Achei curioso que embora Marcela<sup>99</sup> reclame que seus familiares não a reconhecem como surda, ela mesma, devido ao maior domínio do código comunicacional ouvinte, em certos momentos, não se identifica como tal. Isso fica patente quando, por exemplo, perguntei-lhe se considerava importante os *ouvintes* aprenderem Libras. Ela me respondeu: “*Sim, pois os surdos que falam apenas em Libras, na grande maioria não socializam se não soubermos*” (grifo meu). Neste contexto, ela se percebe mais como ouvinte do que como Surda.

Larissa, 27 anos, que tomou a decisão de ser implantada, demonstra em seu relato da ativação do aparelho (após a cirurgia) como ter expectativas de domínio de códigos distintos de comunicação, visando a ampliação das possibilidades de socialização, não significa descartar o discurso de positivação da diferença:

*“A Fono me passou todas as instruções, falou que tenho 22 eletrodos e que os ativaria. Ativados! Só falta ligar o som. Ligou. Mas não ouvia. Nada, nadinha...aumentava o volume e nada. Depois de uns 15 minutos finalmente percebi! Na verdade, quando o som foi ligado, eu ouvi mas não reagi, ou seja, não reparei que era som. Esperava que fosse semelhante ao som do aparelho comum, mas nada a ver. Mas...a cada medida que aumentava, eu levava susto!! ai!! ai!! Eu pulava da poltrona. Eu sorria, mas confesso que senti muito medo. Medo de OUVIR. Nunca ouvi durante os meus 26 anos, não tinha como saber se era bom ou ruim. Quando ouvia, derramava lágrimas. Se era lágrimas de felicidade? Não sei. Eu estava tão confusa. Se era isso que eu queria ou não. Mais bipes e eu chorava como um bebê assustado. Até que ficou desconfortável. Naquele momento, eu pensei em não querer mais ouvir. Queria parar, jogar tudo pro ar. Mas tinha que lutar contra o meu medo. Não estava em risco de vida, né? Decidi seguir em frente, foi um conflito emocional e tanto. Uma coisa que você queria tanto, você consegue, mas depois descobre que não quer mais, o medo te domina! Mas era preciso superar. Não me decepcionar”.*

Segundo relato de Larissa, antes de chegar à cirurgia e este dia de ativação do aparelho, mergulhou em 6 meses de pesquisa sobre os benefícios e desvantagens do Implante, consultou muitos médicos especializados, mas principalmente, conversou a respeito com vários amigos surdos

<sup>99</sup> Marcela é casada, ficou surda profunda depois de adulta por perda progressiva da audição, e aos 35 anos é aluna do curso de Pedagogia de uma faculdade particular de Curitiba. Estuda Pedagogia/Libras, participa de uma outra igreja evangélica da cidade, e conheci por meio de um contato de intérprete que participa da PIB e trabalha na FACINTER, onde ela estuda. Ao contrário da maioria dos surdos frequentadores das igrejas evangélicas da cidade que atendem surdos, ela não tem fluência em língua de sinais. Tem muito mais habilidade na fala e escrita por ser altamente oralizada. Conheceu Libras há 2 anos e diz que ainda está “apanhando” para aprender, não é algo fácil para ela.



sinalizados, implantados, oralizados, sua família, “irmãos cristãos” para só então tomar uma decisão – mesmo que parte destes conselheiros não acreditassem que seria uma boa medida. Fez a cirurgia de implante no Instituto Paranaense de Otorrinolaringologia em abril deste ano, dizendo-se ciente dos cuidados pós operatórios necessários e de todos os cuidados para o uso do Implante. Apesar do uso desse recurso auditivo, e tendo retomando grande parte de sua audição Larissa continua se identificando como Surda, e declara: “*Continuarei a ser bilíngue nas línguas de português e Libras por escolha minha*”.

Essas possibilidades cambiantes de identidade são objeto de debate entre os surdos. Numa lista da internet encontrei a seguinte manifestação de Lucas, sobre uma surda conhecida sua que estava cogitando colocar implante coclear:

*“Na comunidade surda, ser surdo é orgulho dos demais, a surdez não é um mal, mas uma dádiva de Deus, que escolheu que fôssemos assim por algum motivo. Talvez para podermos fazer a raça humana persistir em função das perturbações da poluição sonora. Não sabemos ainda, mas não importa, acho que o surdo é feliz em sua surdez, em seu silêncio, e não precisa que uns revoltados que não acham seus próprios caminhos e buscam na solução final que suprime sua existência surda, um refúgio, uma referência para continuarem vivendo no meio de sua insegurança, sua insatisfação com o próprio corpo, com a natureza de seu ser, seu espírito. Não é nossa culpa essas ovelhas perdidas que nunca se agarraram ao bando. Porque resolveram ficar com os lobos, então que aprendam com eles, que vivam como eles comendo outras ovelhas, mas não venham no nosso cercado”*  
(Lucas, surdo, 22 anos. Grifo meu).

Marcela, anteriormente mencionada, disse-me sentir certa discriminação por parte de outros surdos: “*não se tem um lugar definido como deficiente se você não for um surdo que fala em Libras*”. Tais práticas contrastivas, de caráter situacional são menos evidentes quando se observa, de fora, surdos num contexto “endogâmico”.

A condição de igualdade entre surdos, porém, é sempre relativa. Quando em meio a um grupo mais ou menos homogêneo, como no caso do grupo religioso da PIB, vivencia-se uma experiência de *communitas* (TURNER, 1974) - um estado de identidade igualitária temporária. Fora do contexto ritual, porém, eles são desiguais em diversos aspectos: há quem trabalhe; quem esteja afastado ou aposentado por invalidez (mesmo sendo jovem); há solteiros sustentados pelos pais, assim como casados e divorciados; há quem tenha filhos. Há quem sabe ler e escrever, mas deteste; há escritores; pesquisadores acadêmicos; há quem esteja concluindo tardiamente seus estudos. No contexto religioso em questão, todos “defendem” a Libras e a ideia de uma “Comunidade Surda”,

mas isso não elimina a busca de soluções individuais que minimizem a “deficiência de possibilidades sociais”. No próprio quesito da fé, há um tanto de participantes que não se “apegam” às questões espirituais, mas frequentam o grupo somente para se socializar, fazer amigos.

A percepção de níveis de contrastes e tensões específicas associados a eles parecem ser bastante aguçados no diálogo cotidiano dos meus informantes, da mesma forma como relatado por Paula (surda, blogueira autora do blog Crônicas da Surdez):

*“Você pode ser um surdo sinalizado imerso num mundo de ouvintes e sem outros surdos sinalizados para conviver. Você pode ser um surdo oralizado que os próximos não têm paciência para falar com você. Você pode ser um deficiente auditivo que não domina a leitura labial e nem usa aparelhos. Existem mil possibilidades. Num mundo perfeito, surdos sinalizados viveriam num mundo sinalizado (amigos e família fluentes em Libras); surdos oralizados seriam integrados à sociedade ouvinte com facilidade – as pessoas teriam paciência para repetir o que disseram quando não entendemos, e articulariam os lábios com precisão. Infelizmente, não é assim que funciona. A vida real é bem diferente”<sup>100</sup>.*

Em seu cotidiano, os surdos transitam na sociedade ouvinte por diversas áreas que poderíamos caracterizar como *zonas fronteiriças* (HANNERZ,1997). Ao contrário de delinear limites geográficos do grupo, o termo aponta para regiões de descontinuidades através das quais se dão contatos e interações do grupo com os *outros*. Nessas zonas, há possibilidade de choques, desentendimentos, e também de *hibridez*. O termo foi inspirado na obra de Mikhail Bakhtin (1968), para quem a hibridez representava antes de tudo a coexistência de duas línguas, duas consciências linguísticas, mesmo dentro de uma única fala, “*desmascarando-se mutuamente, criando contradições, ambiguidades, ironias*” (HANNERZ,1997:26).

Aqui parece apropriado (até linguisticamente) fazer uso desta categoria analítica, dado que os tipos de confrontos vivenciados pelos surdos geralmente advém de uma hibridez de base linguística (de códigos comunicacionais), como sugerido por Bakhtin. As zonas fronteiriças seriam, neste caso, todos os ambientes da sociedade por onde os surdos circulam, nos quais seus modos de ser (decorrentes das especificidades de seus modos de comunicação) lidam com situações de estranhamento, adaptação ou geram experiências diversas de interação com ouvintes.

Em contextos diversos os surdos são confrontados com a diferença, como sugere o relato de Larissa<sup>101</sup> (surda implantada bilíngue, 27 anos) ao mencionar a reação das pessoas ao notarem visualmente seu implante coclear:

<sup>100</sup> Discussão postada no Blog Crônicas da Surdez, disponível em <http://cronicasdasurdez.com/sobre-a-cronica-hein-uma-opiniao/> acessada em 15 de julho de 2010.

<sup>101</sup> O implante coclear não é uma tecnologia aplicável a qualquer tipo de surdez.

*“Nestes quase três anos de implantada, houve olhares e burburinhos sobre o objeto magnético que transporto na minha cabeça, grudado a dois dedos acima do meu ouvido esquerdo. Não permitir que olhem, seria o mesmo negar a minha essência então mais vale deixar que contemplem. Bem no começo, fui quase uma atração turística descendo a serra de trem, como se fosse uma ave rara em extinção. Eu e meu namorado nos acomodamos no vagão, e a seguir uma família de seis pessoas chegou. Ficaram espantados me observando. A mulher, mãe das crianças virou e revirou tantas vezes que chegou a levantar do banco só para ver melhor o IC. No seu rosto, a expressão das sobrancelhas e dos olhos diziam: 'O que é aquilo na cabeça dela!!'. Eu e meu namorado rimos muito. Outra vez, no terminal do Portão, um adolescente de cabelo espetado com os fones nos ouvidos se aproximou dizendo: 'Que MP3 legal! Onde comprou?'. Respondi com minha voz enrolada (para os ouvintes): 'Não é um leitor de música e não tem pra vender em lugar nenhum'. O rapaz ficou confuso: 'Então o que é isso na sua cabeça?'. Rindo lhe disse: 'Meu ouvido biônico, que me faz ouvir. Chama Implante Coclear.' Absolutamente envergonhado e me pediu desculpas. Mas ao invés de se afastar, ficou ali na fila do ônibus e depois voltou a dizer: 'queria ter um assim; poderia desligar quando quiser'.”*

Em matéria no Jornal Zero Hora, no dia 12/07/10, a jornalista Martha Medeiros fez o seguinte comentário: *“O surdo tem recursos. Aparelhos auditivos, leitura labial, linguagem de sinais. Ele só não socializa se não quiser. E se não quiser, tem o álibi perfeito. 'Desculpe, não estou escutando nada'”*. O texto repercutiu nas comunidades e fóruns da internet sobre surdez, onde surdos retaliaram a jornalista (ouvinte) por expor a surdez como algo “conveniente”.

A prática corriqueira de retirar o aparelho auditivo em certas circunstâncias pode levar a tal ideia, conforme a descrição de alguns surdos expostas por Paula, no blog Crônicas da Surdez: *“Na verdade prefiro não usar durante o café porque amplia os sons do que eu como dentro da minha cabeça – lembra dinossauros estraçalhando ossos”*. Experiência similar de outro surdo quanto ao uso do aparelho ao se alimentar destaca: *“quem ouve não pode gostar de comer aquele salgadinho Fandangos! O barulho dos dentes mastigando aquilo é insuportável com o aparelho. Não sei como as pessoas que ouvem aguentam!”*<sup>102</sup>.

Mesmo reconhecendo algum “ganho” individual nessa prática, as experiências narradas pelos surdos sugerem ser esta uma postura reducionista, não correspondente à adaptação social “conveniente” como supõe a jornalista em sua crônica. O fato mostra, antes de mais nada, como a “diferença” da surdez pode ser percebida sob óticas distintas em situações fronteiriças.

Assim como o reconhecimento legal da Libras não a torna uma língua efetivamente comum, a percepção da surdez como diferença social, identidade ou cultura não é algo consensual, nem

<sup>102</sup> Postagem feita por Paula no blog Crônicas da Surdez, discutindo trechos comentados do livro Surdo Mundo. Disponível em <http://cronicasdadasurdez.com/trechos-comentados-de-surdo-mundo-i/> e acessado em 8 de agosto de 2010.

mesmo entre os próprios surdos. Mas isso não justifica um isolamento das experiências da surdez, em busca do “surdo autêntico”, imaginando-se eliminar o problema da exclusão. Pelo contrário. É geralmente em situações híbridas que se dão as grandes descobertas e adaptações criativas a partir das quais se experienciam novos modos de ser e viver a surdez.

Foi em contextos desse tipo – de trânsito, de confronto, de fronteira – que meus informantes “descobriram” (e repensaram) a surdez, no contato com “os outros” – fossem ouvintes ou surdos – desde do controle familiar até o desbravar na escola ou nas ruas (equipamentos, circuitos e trajetos) de Curitiba, sugerindo que uma socialização ampla agrega significativamente às experiências individuais, capacitando-os a manejos códigos plurais. E é exatamente o domínio destes que permite ao surdo vivenciar experiências de inclusão nos mais diversos ambientes – no exercício de sua “diferença” e identidade. Registrar algumas dessas experiências é o que pretendo no capítulo que se segue.

## CAPITULO V

### UM CIRCUITO DE SURDOS NA CIDADE

Independente das formas e caminhos com que chegaram à experiência da Libras, e se a adoção dessa nova língua se deu integral ou parcialmente, o que parece é que a descoberta de outros surdos “fora de casa” e o aprendizado de uma língua partilhada num âmbito social mais amplo se torna uma oportunidade de re-interpretação do mundo, bem como de redefinição da condição de “não-ouvinte”. Inserir-se em diferentes práticas comunicativas amplia as condições de reflexividade, assim como de interação social. Devido a isso, casos como os já relatados por André (33 anos) e Paulo (23 anos), em que “fugir de casa”, ser levado por alguém da família, ser convidado por colegas ou por iniciativa própria sair para conhecer novos ambientes (associações, igrejas, a rua) é um momento que gera expectativa e ansiedade, abrindo as portas de um novo mundo a ser descoberto. Nesses novos contextos os surdos passam a criar referências diversas para a construção de redes de sociabilidades.

Partindo da Primeira Igreja Batista como campo empírico de investigação, busquei apreender as dinâmicas de socialização desenvolvidas no contexto do Ministério de Surdos. A dinâmica observada é semelhante a outras práticas de agenciamento de novos membros: no geral relatam que vieram conhecer o grupo a convite de alguém que já participava da igreja ou havia ouvido falar do trabalho com Surdos que ali que é realizado. Aline, como já dito, veio há pouco mais de um ano, a convite de uma intérprete e professora do CEJA onde Aline estuda. Em pouco tempo fez amizade com Tatiana (ouvinte, 25 anos) e Patrícia (surda, 20 anos). Esta última, por sua vez, foi convidada por uma vizinha, que não participa do ministério, mas tinha visto uma apresentação dos surdos num domingo de culto da igreja. Patrícia diz que encarou sozinha, chegou sem conhecer ninguém, veio num sábado, sentou-se no fundo e ia ficar quietinha, mas logo que o Pastor notou um rosto diferente pediu que os visitantes ficassem em pé e se apresentassem (ao menos dizendo seu nome e sinal em Libras para o grupo).

Esse, aliás, é um modo de incorporação bem comum no grupo<sup>103</sup>. A solicitação formal de apresentação no início das atividades faz com que os demais notem a presença do visitante, e ao final do culto, espontaneamente todos eles se organizam ao redor do novato para recebê-lo, dar boas vindas, puxar papo e saber mais sobre ele. Normalmente a receptividade é tão grande que meia hora após o término do culto é quase impossível dizer, em meio à roda de sinalizantes, quem é antigo e quem chegou naquele dia.

---

<sup>103</sup> Como relatei minha própria chegada no grupo no início deste trabalho.

Também por meio de indicações, Márcio, que tendo conhecido Patrícia no Shopping Estação, foi convidado por ela depois de se tornaram amigos mais próximos. Márcio, que hoje é namorado de Patrícia, trouxe alguns amigos de colégio, como André e Flávio. Já Diego chegou à igreja há 16 anos, por meio de um colega de trabalho ouvinte. Quando passou a frequentar assiduamente, conheceu Sara (com quem namorou e se casou, conforme já relatado na história de Sara), estabeleceu vínculos profundos estando semanalmente na igreja com toda sua família, e a partir daí, tornou-se agenciador de novos convites: de seu trabalho em uma grande multinacional, conheceu Osmar, surdo, 33 anos, a quem convidou e passou a participar do grupo há mais de um ano, e recentemente trouxe sua namorada, Bete, surda, 28 anos, para o grupo. Larissa participa há muitos anos (4 que ela se lembre), a convite de uma prima que frequentava o grupo de jovens (ouvintes) da PIB, e a chamou quando descobriu haver um culto só de surdos. Moisés veio sozinho e começou a frequentar os cultos por vontade própria, diz não se lembrar de ninguém o convidando.

Anne e Marcela vieram por intermédio de Camila, intérprete que fez faculdade na mesma instituição que ambas atualmente fazem. A regra inicial para o convite parece estar na identificação do sinal diacrítico da surdez (não da Libras propriamente) – sendo surdo, os demais supõem que os convidados podem se interessar em participar de um grupo de “iguais”. E assim, a cada mês novos indicados surgem. Alguns também “somem”, vão embora sem dar explicação.

Essa relação de adesão e desligamento pode ser atribuída, em parte, devido ao fato de todos são adultos (ou quase-adultos) e com certa independência<sup>104</sup>, e que definem por si mesmos o que consideram bom e divertido. Na fala de alguns deles a comparação que marcou tal caracterização apontava três elementos: escola, amizades e diversão. Segue uma coletânea de comentários a respeito do porque vão à igreja com regularidade: “*Não é como ir à escola, que somos obrigados quando criança*” (Anne, 29 anos); “*como na escola, a gente aprende muito e tem oportunidade de fazer muitos amigos, mas sem a parte chata de provas e cobranças (risos)*” (Karina, 18 anos); “*venho porque gosto, porque é divertido*”(Márcio); “*é ótimo porque conhecemos muitos surdos, novos amigos*”(Aline, 29 anos); “*fortalece a alegria de ser surdo*” (Flávio, 22 anos).

<sup>104</sup> O grupo acredita que a única fora deste perfil de independência é Karina, 18 anos, que vem acompanhada da mãe. Quando marcávamos atividades, passeios, e perguntava “*será que ela vem?*”, surgiam comentários como: “*difícil, ela não pode ir sozinha*”, ou “*só se a mãe dela deixar ou acompanhar*”, ou ainda “*ela é a única que nunca pode ir*”. Os demais sempre tomavam decisões por si só, assumiam na frente do grupo se iam ou não a alguma programação, por escolha própria. Pelo tom com que comentavam de Karina, ou de qualquer pessoa que não desse sua postura ali, na hora, (por exemplo, se alguém dissesse: “*vou ver com meu marido/esposa/namorado*”, rapidamente era alvo de piada ou deboche do tipo “*ah! Você não resolve nada mesmo!*”). Parece que poder tomar uma decisão em público, decidir por si só, é algo relevante para o grupo, passando um sentimento de autonomia, capacidade de cuidar de si. Ainda que posteriormente a pessoa mudasse de ideia e não comparecesse – seja porque a mãe não deixou, seja porque o namorado preferiu fazer outra coisa na data. Voltar atrás não era tão questionado ou criticado, apenas surtia um comentário do tipo “*ah... fulano não veio*” – em tom muito mais informativo que de julgamento – e as atividades continuavam as mesmas (fosse um culto, um filme, uma pizza ou um passeio no shopping).

Dois dos informantes mencionaram o lado espiritual, mas ainda assim, associados à ideia de aprendizado: “*é bom porque conheço a palavra de Deus*” (Patrícia, 20 anos), “*é bom ir ao culto, orar, aprender a Bíblia*” (André, 33 anos).

Vindo por caminhos e motivos diversos, e permanecendo no grupo por períodos variados, os atuais integrantes são quem “dão a cara jovem” ao Ministério. Em se tratando de um pequeno grupo de pessoas que voluntariamente se identificam e participam das atividades promovidas pela entidade, poderia parecer simples frequentar as atividades locais para compreendê-los.

Eles, porém, vêm de lugares e trajetórias diferentes, de modo que restringir a análise aos cultos seria insatisfatório por não explicitar as relações que os participantes estabelecem com outras entidades do entorno, apontadas por eles como importantes elementos na configuração da sociabilidade dentro e fora da igreja. Entidades que explicam até mesmo como vieram parar ali.

Nas participações de campo, pôde-se constatar que as atividades de surdos não se fecham em programas e horários circunscritos às reuniões formalmente oferecidas pela igreja, antes há uma grande permeabilidade desta com o meio circundante, de modo que a igreja serve também como promotora de agenciamentos e arranjos sociais na cidade. Pensar a apropriação da cidade (ou partes desta) pelos surdos, passa pela identificação do cenário de ação deste atores sociais. Tomando como referência a noção de cenário estabelecida por Magnani (2000), podemos caracterizá-lo como

(...) produto de práticas sociais anteriores e em constante diálogo com as atuais – favorecendo-as, dificultando-as e sendo continuamente transformado por elas. Delimitar o cenário significa identificar marcos, reconhecer divisas, anotar pontos de intersecção – a partir não apenas da presença ou ausência de equipamentos e estruturas físicas, mas desses elementos em relação com a prática cotidiana daqueles que usam o espaço: os atores. (MAGNANI, 2000:38)

O cenário não se confunde com as delimitações estabelecidas institucionalmente, mas, sob alguns aspectos, torna-se referência para os sujeitos, orientando sua ação cotidiana. Isso porque ele é delimitado e estabelecido não apenas pelas características físicas dos espaços, mas pelas relações que os atores neles estabelecem. A noção de “área” de pertencimento remete ao conceito de *pedaço* desenvolvido por Magnani (1998), como “*aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada os laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade*” (1998:116).

Segundo o autor, longe de opor a relação entre o *público* e *privado*, a noção de “pedaço” estabelece mediações entre o que ambos. Complementarmente, a noção de *circuito* articula o exercício de uma prática ou a oferta de determinados serviços por estabelecimentos, equipamentos e

espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, mas é reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais. O conceito de circuito designa um *uso* do espaço e dos equipamentos urbanos – sua apropriação por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos, expandindo-se para além do *pedaço*, dos equipamentos físicos (lojas, associações), eventos e celebrações (da igreja ou escola), o circuito engloba os também espaços virtuais como *chats* e redes sociais na internet (MAGNANI, 2005:179).

Partindo deste conceito, podemos mapear os deslocamentos do grupo de surdos estudado, pela cidade, e tomando por referência sua circulação por redes de sociabilidade. Os informantes declaram que transitam por diversos locais na cidade, o que faz da categoria de *trajeto* um importante instrumento de análise.

## 5.1 ESCOLAS E ASSOCIAÇÕES

Nos relatos dos informantes, equipamentos de educação e associativos como a Feneis aparecem como os primeiros pontos de partida da sociabilidade entre surdos. São entidades pelas quais todo surdo do grupo pesquisado, sem exceção, já passou um dia. A Feneis, conhecida por absolutamente todos os integrantes é uma entidade bem vista, respeitada, mas visitada “de passagem”. A entidade foi mencionada por vários surdos como local de aprendizado de Libras ou de agenciamento de emprego, mas este não é descrito como espaço de convivência. Já as escolas, foram apontadas como contexto de ampliação de suas redes de relações sociais.

O Instituto de Educação do Paraná, professor Erasmo Pilotto<sup>105</sup> e o Colégio Estadual para Surdos Alcindo Fanaya Júnior<sup>106</sup> foram as mais citadas entidades de ensino pelas quais os surdos do grupo passaram em seus estudos de primeiro e segundo grau (hoje chamados ensino fundamental e

<sup>105</sup> O Instituto fica localizado no centro da cidade de Curitiba, à Rua Emiliano Pernetta nº92. O prédio do colégio tem 5.500m<sup>2</sup> de construção e hoje é tombado como patrimônio histórico do Estado – dado o valor de sua obra arquitetônica e seu acervo cultural de pinturas (como Guido Viaro e Alfredo Andersen). A instituição foi criada em 12 de abril de 1876, pela Lei nº456 pelo então Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins, que organizava a então denominada Escola Normal de Curitiba, dividindo o ensino em Primário, Normal e Secundário. Nesta escola, no ano de 1984 foram criadas duas classes especiais para alunos “portadores de Deficiência Auditiva”. Dez anos depois, por meio do Parecer nº 161 de 06 de abril de 1994, foi implantado o curso regular para “alunos portadores de deficiência auditiva”, com atendimento especializado no Instituto. Desde então, esta escola tornou-se uma dentre outras instituições do Paraná a ser caracterizada como inclusiva – parte de um programa do governo estadual que reconhecia oficialmente a (Libras) e favorecia a implantação da proposta da Língua de Sinais no sistema público de ensino. Atualmente, o Instituto possui quarenta e quatro salas de aulas para atender a demanda da Educação Infantil, Ensino fundamental e Médio nos diferentes turnos, além de 05 salas exclusivas para Portadores de Necessidades Educativas Especiais – Deficientes Mentais e Surdos.

<sup>106</sup> O Colégio Alcindo Fanaya Junior é referência na área da surdez e atende alunos da educação infantil, fundamental e médio. São 250 alunos que recebem formação regular em um processo inclusivo de atendimento. Os professores têm, além da sua formação em licenciaturas específicas, pós-graduação e proficiência em Libras. O colégio atende alunos da capital, da região metropolitana, alunos vindos de outros estados e esporadicamente de outros países como Itália, Japão, Venezuela e Estados Unidos.



médio). Ambas entidades utilizavam o método oralista até o fim dos anos 90, tendo adotado o método bilíngue na última década. Estas duas escolas são atualmente referência na cidade para a educação de surdos por intermédio da Libras. Perguntando aos informantes a respeito das relações nos períodos escolares<sup>107</sup>, notei que havia relatos de duas naturezas: um referente aos momentos dentro de sala de aula (focados no estudo), e outro abarcando relações interpessoais, com colegas de turma e de outras turmas, especialmente nos intervalos, inícios e finais de aulas.

As aulas propriamente ditas são o objetivo primeiro de se ingressar em uma escola. Meus informantes reconhecem o objetivo do estudo e dizem ter se esforçado para desempenhar a tarefa – seja em ambiente oralista ou bilíngue – mas as dificuldades, as coisas de que não gostavam na escola, e as estratégias sociais de superação foram recorrentes em seus relatos. Essa percepção é de tal modo recorrente, que se registra nos Bozelli *et al*<sup>108</sup>, como segue:

*“Quando estava na escola tive dificuldade em algumas matérias. Matemática, eu não tenho dificuldade, fui ótima aluna. Só que Português era complicado: as palavras são diferentes, tem palavras que são ambiguidade. Precisei de muito apoio das colegas e da professora.”*

*“Na escola tinha o intérprete que dá o sinal, sabe? [...] eu ensinava os meus amigos surdos, falar pra eles o sinal. Eu ajudava quem não entendia. [...] Chamava o professor, ele explicava pra mim, e eu para as minhas amigas.”*

*“Ainda estou estudando<sup>109</sup>. [...] Eu gosto de estudar, mas é muita coisa, é bem puxado. Eu tenho preguiça de estudar. A professora Alice fala que sou ótima em inglês, mas preguiçosa, que eu podia ser melhor ainda. [...] Terminei inglês, porque ela me ajuda muito. Agora estou estudando história. É difícil, né?”*

*“Sempre fui bom aluno. A escola foi tranquila pra mim. Tive muita ajuda da minha família e colegas. Hoje sei ler, escrever, não preciso mais estudar”*

*“Faço 1º ano do ensino médio. Acho puxado... É difícil, porque alguns professores falam rápido, muito rápido, e minha classe tem muito barulho, conversa. [...] Eu não consigo estudar sozinha. Eu pergunto para o professor, fala de novo, repetir. [...] Eu estudo na apostila, mas tem que entender o que o professor explica. A apostila é um pouco diferente, sabe? [...] Às vezes eu peço ajuda para minha mãe. [...] Mas Química, minha mãe não sabe. Eu tenho um irmão mais velho, ele tá fazendo cursinho, estudando para o vestibular, e me ajuda.” (Rafaela, 18 anos).*

<sup>107</sup> Porque a maioria deles já concluiu os estudos, alguns poucos estão na faculdade ou fazendo educação de jovens e adultos – antigo supletivo

<sup>108</sup> BOZELLI ZANARDI, Marcela Maria; YAMADA, Midori Otake; BEVILACQUA, Maria Cecília. A experiência do adolescente usuário de implante coclear. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 15, n. 1, abr. 2009. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682009000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682009000100005&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 02 abr. 2012

<sup>109</sup> Aline nunca se refere à escola como CEJA, dando uma ideia de estudo “condensado”, associável ao que antes conhecíamos por supletivo. Para ela, é simplesmente escola. Ela não demonstra reconhecer diferenciação de qualquer outra entidade de ensino frequentada pelos outros surdos que conhece.

Sem entrar no mérito de questões educacionais, métodos pedagógicos (que não são o foco desta investigação), o que me chamou a atenção nas experiências escolares dos informantes foi a recorrência do sinal “*ajuda*” – denotando relações de apoio solicitadas para que enfrentassem (ou ainda enfrentem) as dificuldades e limitações encontradas no processo de aprendizagem. Espera-se, cobra-se e se doa *ajuda*. Mãe, professora, irmãos, amigos.

A difícil, na perspectiva dos informantes, tarefa de estudar se torna possível por meio das trocas sociais; encontrar apoio mútuo parece ser uma chave no ambiente escolar. No exercício das relações ali estabelecidas espera-se uma reciprocidade, o *dar* de forma generosa e gratuita, de receber e de retribuir, constituindo um processo de solidariedade social (MAUSS:2003). A busca e cessão de apoio nesse contexto constrói por meio do compartilhar de uma mesma linguagem – mesmo “sem o som” – o sentimento de pertença e participação social, o “ligar em comunidade” mencionado por Walter Ong (1982:73).

As articulações solidárias construídas em sala de aula permitem experiências de partilha, de criação de vínculos que unem os indivíduos, ainda que marginalmente, fora do roteiro previsto das aulas. Assim, aquela associação da relação comunicacional à intenção de partilha – de saberes, experiências, significados – e à busca de compreensão mútua, apontada por Moraes (2009) pode ser alcançada.

A sociabilidade desponta como elemento crucial, e aparece com mais intensidade ainda nos relatos fora de sala de aula, fora do controle institucional propriamente dito – nos intervalos, inícios e encerramento de aulas. As amizades, paqueras, contatos, “convites para fazer qualquer coisa”; desde um churrasco, passeio no parque, igreja ou, visitarem-se em suas casas é uma prática que começa com a escolarização.

Dediquei uma semana à observação desses momentos de lazer e recreação escolar visitando entre os dias 21 e 25 de setembro de 2009, o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, onde Karina (18 anos) estuda. Acompanhei-a em suas atividades nesse período, sempre nos horários de intervalo e encerramento das aulas do turno da manhã. Foi solicitado pela diretoria da escola que eu não fizesse registros fotográficos no interior da instituição, de modo que fiquei observando a movimentação dos alunos, e especialmente na saída das aulas, quando formam pequenos grupos para diálogo em frente ao colégio, aproveitei para analisá-los com mais tempo e possibilidade de registro dos portões para fora.

Os grupos adolescentes interagem abraçando-se, rindo, provocando-se. Rapidamente se identificava os surdos, não só pela gesticulação, mas principalmente por sua expressão corpóreo-facial. Em sua sinalização, os surdos apresentam intensa expressividade (como ilustra a figura 8) – o

que, segundo meus informantes, é o que falta à maioria dos Intérpretes de Libras e os denuncia como não falantes “nativos” da Língua de Sinais.



Figura 8. Colégio Erasmo Piloto. Curitiba-PR.  
22/07/2009 – Foto: autora.

Aqui, a ideia de Mauss relativa ao adestramento dos corpos, ganha força – denotando que não se trata de mera imitação de gestos, mas de modelagem dos movimentos segundo um sistema autorizado, o que faz dos gestos o ato ordenado, autorizado, provado (MAUSS, 2003:403), gerando uma alteridade “para fora” – uma separação entre o “nós” e os “outros” – os não sinalizados surdos ou ouvintes, ou ainda, ouvintes sinalizados (que aprenderam a LS) que não executam as “técnicas” com a mesma capacidade expressiva.

Se na maior parte do cotidiano a relação entre quem domina o código  $x$  o imitador pode ser constrangedora para o surdo – por não dominar o código oral<sup>110</sup>, por exemplo – essa se torna uma situação de inversão de posições, onde o modelo a ser seguido reconhece na prática surda o referencial ideal. Uma apropriação do corpo, socialmente autorizada com o recente reconhecimento da Libras.

Observando “de fora” as rodas de surdos, chama atenção o fato dos gestos das mãos estarem sempre associados a “caras e bocas”, a movimentos corporais múltiplos. Tais rodas de conversa ocupam espaço físico ligeiramente maior que o habitualmente ocupado por ouvintes, dada a necessidade de área espacial de articulação exigida pela prática da Libras, conforme ilustra a fotografia a seguir (figura 9).

<sup>110</sup> A falta do retorno auditivo, já mencionada, faz com que o surdo não tenha controle preciso sobre sua fala oral, tornando necessário muitos treinos para se estabelecer parâmetros ideias de imitação dessa voz.



Figura 9. Demonstra a demarcação espacial para a prática da Língua de Sinais.  
22/07/2009 – Foto: autora.

A foto registra ainda outro interessante aspecto do domínio dessa prática corporal entre os surdos – que foi um dos meus primeiros aprendizados em campo: embora os Sinais sejam a expressão de sua Língua, em grande parte do tempo os surdos não olham para os gestos manuais para dar continuidade à conversa. Pelo contrário, na maior parte da comunicação mantém-se com os olhos fixos nos olhos de seu interlocutor (não em suas mãos), ou até mesmo olham para outros pontos sem que isso interrompa a compreensão dos signos e das mensagens. É o caso do momento captado pela imagem acima, onde duas surdas conversam. Ambas se expressam ao mesmo tempo e nenhuma delas dirige seu olhar às mãos da colega.

Em meio a essa observação na escola, um fato que me causou surpresa foi o uso da Língua de Sinais por alunos ouvintes. Não que isto fosse impossível, mas considerando o fato desta escola tratar os surdos como portadores de deficiência, separando-os em salas de aulas “especiais”, isolados dos demais discentes ouvintes, era de se esperar que acabasse promovendo grupos segregados e imiscíveis. Houve casos, como registra a foto a seguir (figura 10), de várias alunas<sup>111</sup> que, após longos períodos comunicando-se no grupo dos surdos por intermédio da Libras, transitavam por grupos ouvintes conversando oralmente com estes.

<sup>111</sup> Nos dias observados a situação de circular entre grupos ouvintes e surdos só foi identificada, talvez coincidentemente, com discentes do sexo feminino.



Figura 10. Aluna ouvinte conversando em Libras com aluno surdo.  
24/07/2009 - Foto: autora.

Ou seja: embora a presença de ouvintes em meios aos grupos surdos não seja uma regra, ela acontece de modo frequente. Já o contrário – surdos entrando em “panelinhas” de ouvintes, não teve oportunidade de testemunhar. De qualquer modo, nesse contexto de relação ouvinte-surdo, ainda que com menos habilidades gestuais (e expressivas) que os surdos “nativos”, os ouvintes que a eles se dirigem denotaram liberdade e abertura em se relacionar, mesmo quando os surdos não compreendiam alguns de seus “desengonçados sinais”.

Conforme relatou uma das amigas de Karina, Camila (surda, 17 anos): “*Tem ouvintes que aprendem alguns sinais, mas ficam bem confusos porque tem medo de sinalizar*”. As duas amigas me disseram que, dos ouvintes da escola que sabem Libras, alguns poucos fizeram um curso que o colégio às vezes oferece, e a maioria (mesmo os que começaram o curso) aprendeu pra valer ali mesmo, na prática, no dia a dia: “*na coragem de falar com um surdo acabaram fazendo uma amizade e conhecendo mais uma língua*” (Karina, surda, 18 anos). Novamente, a questão da sociabilidade, de um espaço de aproximação possível se torna mais relevante que as limitações em si mesmas. Tanto os surdos, como ouvintes, percebem e aproveitam tais oportunidades de interação.

Não só na escola de Karina, mas em contextos escolares diversos, outros informantes também destacaram a importância desses momentos de relação social em meio às aulas. Conforme registra Carlos (surdo, 27 anos, estudante da UTFPR): “*O melhor momento da faculdade é o intervalo, quando encontro amigos e esqueço as dificuldades que tenho dentro da sala*”.

A partir dos contatos nos ambientes escolares de Curitiba (como Instituto, a Escola Alcindo Fanaya, o CEAD Poty Lazarotto, a Faculdade Facinter etc) intérpretes participantes do grupo da PIB que ali trabalham convidam surdos para participarem das atividades da igreja, e estes convidam

outros colegas de classe para os acompanharem, especialmente em situações de festas ou eventos especiais na igreja – como a tarde da Pizza e do Sorvete, ou apresentações de Natal (Natalelúia) e Páscoa – fazendo uma ponte entre o ambiente educacional e religioso.

Se por um lado a escola propicia convivência entre surdos e ouvintes da mesma faixa etária (portanto, promove socialização dos surdos entre jovens em geral), por outro lado, a igreja cria condições para a construção de uma identidade cujo traço distintivo não está na faixa etária, e sim, por-te de um mesmo sinal diacrítico – a surdez.

## 5.2 OS SURDOS NA IGREJA

A igreja aparece como segundo aporte referencial de sociabilidade entre os surdos que acompanhei. Amparada na já mencionada visão salvacionista, busca estimular nos participantes um sentimento coletivo, de pertencimento, onde o eixo principal está na Libras – razão pela qual a entidade oferece continuamente os cursos de Libras, para ouvintes e também para Surdos que chegam no grupo sem conhecer a língua. Nos cursos e suas apostilas impressas e eletrônicas, o tema da *língua, Cultura e Comunidade Surda* são recorrentes, reservando até mesmo aulas específicas para “ensinar” o assunto<sup>112</sup>.

Curiosamente, com o passar da pesquisa, os surdos manifestaram circular por mais de uma Igreja e Ministério no estabelecimento de suas relações sociais. Não se consideram “presos” a uma entidade específica quando passam a frequentá-la, do mesmo modo como a Organização espera que se comportem como “membros”. Visitam, participam, transitam por várias igrejas em Curitiba.

Estabelecidas em vários bairros da cidade, algumas delas são, de tal forma recorrentes no trajeto social dos pesquisados, que compõem uma *mancha* específica – “*áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante*”. (MAGNANI, 2000:40). É o caso das instituições religiosas: Primeira Igreja do Evangelho Quadrangular (Bairro Juvevê), Primeira Igreja Batista (Bairro Batel), Igreja Batista do Bacacheri (Bairro Bacacheri) e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus (Centro Cívico)<sup>113</sup>.

<sup>112</sup> De certa forma não se tratam de categorias “nativas” porque não são colocadas pelos próprios surdos, são antes demanda forjada (no sentido de “modelada”, proposta) por uma certa articulação política e religiosa dos próprios dirigentes. Mas a partir de certo envolvimento, acabam de tornando categorias compartilhadas por todos, ainda que a maior parte dos surdos não consiga articular esse discurso com fundamentação além do eixo: “somos um povo com língua e cultura própria.” Assim, a igreja procura dar suporte à ideia de povo alcançado por intermédio da língua nativa, como em qualquer outro projeto missionário batista. Deste modo, sejam oralizados, bimodais, sinalizados ou implantados, os surdos que se congregam na PIB acabam moldando um elemento a mais (além da surdez, em graus e recursos distintos) de identificação a despeito de tudo que os possa diferenciar: o processo de comunicação.

<sup>113</sup> Avenida Cândido de Abreu, 367 - Centro Cívico – Próximo ao Shopping Mueller.

Um aglomerado de estabelecimentos reconhecidos por seus frequentadores [*sic*] como similares do ponto de vista dos serviços que oferecem e da sociabilidade que propiciam, e que apresentam uma implantação mais estável tanto na paisagem como no imaginário, constituindo pontos de referência, e que pode-se referir a algo com formas e fronteiras difusas, com intervalos e respingos. (MAGNANI, 2005)

Mais da metade dos surdos que hoje estão participando das atividades da PIB frequentaram pelo menos duas das entidades citadas. A narrativa geralmente é que se desentenderam com alguém do grupo, e por isso mudaram de igreja, ou simplesmente foram convidados a conhecer a PIB e acabaram “gostando mais daqui”, deixando de participar na outra igreja, como é o caso de Elisângela (28 anos):

*“Domingo eu vou sempre na igreja. É ótimo, tem intérprete e eu fico com outros surdos. Pena que no sábado eu estudo, não posso ir sempre no culto de surdos. Mas adoro a Batista. Minha família é católica – eu gosto da Católica também, mas pra mim é bem melhor ir na Batista, porque tem intérprete e tenho amigos”.*

Esse comportamento “migratório” adotado pelos surdos é associado pelos fiéis ouvintes a uma instabilidade emocional e, principalmente, inconstância no compromisso religioso. Acredita-se que o pertencimento a uma igreja se deve a uma escolha pessoal e firme, baseada em fatores doutrinários que devem estar acima de quaisquer outros interesses<sup>114</sup>.

Já os surdos valorizam, sobretudo, as relações sociais. Frequentemente relataram que a convivência com os pares, além dos recursos disponíveis no ambiente, é mais determinante para sua permanência em um grupo. Na PIB o que os atrai especialmente é a *música*:

*“Claro que há ouvintes que querem ensinar música, mas é estranho, porque querem ensinar só música e para isso sabem alguns sinais... E aprendem estes sinais para ensinar, só isso. Ai o surdo não tem escolha, tem este tempinho, esta atenção do ouvinte... encara como lazer... Mas aqui na PIB é diferente, porque no nosso culto, a música é do nosso jeito, faz sentido, não é uma cópia das músicas do culto dos ouvintes”* (Patrícia, surda, 20 anos)

<sup>114</sup> Uma situação ilustrativa aconteceu em julho de 2010. Uma surda tardia adulta mal chegou no grupo, convidada por Sara, envolveu-se nos estudos bíblicos e em poucos meses decidiu se batizar – ritual que na igreja batista formaliza a adesão doutrinária. Em contrapartida, Aline, que já frequentava o grupo há um ano desde o primeiro convite de sua amiga intérprete, jamais participou dos grupos de discipulado e sequer pensou em se batizar. Só manifestou um “tenho que ver isso com o Pr. Adorinan” quando questionada por outros se não iria se “decidir” diante da divulgação da data de batismo da outra surda, em agosto deste ano. Um mês se passou desde o batismo citado e Aline não mudou sua situação.

Nesse relato, Patrícia se referia ao louvor “batidão”, descrito na abertura desta dissertação. No vídeo 6 (CD) é possível conferir uma performance na realização de um louvor espontâneo no culto de surdos, em um sábado de maio deste ano:



Video 6. Surda fazendo um louvor espontâneo (batidão)

Outra integrante do grupo, que também elogiou o aspecto musical do culto foi Bete (surda, 28 anos): *“aqui a gente sente a música de verdade, bom para nós. Não entendemos o culto ouvinte sempre fazendo mesma música, ficamos imitando. No nosso culto, surdos fazem musica nova, sempre viva, sempre diferente. Isso é muito bom”*.

Conversando sobre as performances realizadas durante o culto e sobre a prática do “batidão”, percebi que a graça está em se envolver numa relação expressiva abrangente, envolvendo o corpo, assim como as ideias. Com tal experiência particular de vivenciar a música, os surdos não veem sentido no “repeteco” religioso de músicas que se pratica nos cultos dominicais (não só na PIB, mas na maioria das igrejas). *“Sempre as mesmas coisas, as mesmas pessoas – intérprete e plateia – reproduzindo as mesmas músicas. Não parece ter muito sentido, a menos que seja para treinar os sinais”* (Patrícia, 20 anos).

Assim, o louvor batidão, que poderia soar repetitivo a um ouvinte, mostra-se como fonte de criatividade e expressividade para os surdos – sendo um elemento de destaque (e em certa medida, de retenção de participantes) no grupo da PIB.



A leitura do “batidão” denota algo que está constantemente presente nas relações sociais do surdo, mesmo dentro da igreja que busca atendê-los com exclusividade: os conflitos inerentes à relação *surdo x ouvinte*. Independente de qualquer outro fator, a surdez é mais distintiva que o aspecto religioso e este não a sobrepuja. Situações corriqueiras evidenciam esse contraste mesmo em meio a um *pedaço* já apropriado pelos surdos, familiar ao grupo.

Dentre os 5 mil membros desta igreja “inclusiva”, estima-se que no máximo 0,2% deles sabem Libras, e mesmo na equipe de recepção da igreja, nem todos os funcionários estão preparados para orientar surdos que frequentam a entidade. Isso faz com que haja diversas situações em que experimentam invisibilidade, exclusão ou divergência no trato de questões socialmente relevantes mesmo no meio religioso que busca acolhê-los.

A forma como lidam com o silêncio ritual dentro dos cultos, por exemplo, é fator distintivo e de certo modo conflitivo devido aos diferentes códigos comunicacionais privilegiados por surdos e ouvintes. Conforme vimos em Le Breton (1997), o silêncio pode estar associado à convenção social, como no cumprimento de rituais. Tal recurso é comum dentro da Igreja, como nos momentos de preleção ou leitura bíblica, sendo sinal de reverência para ouvintes.

Se à primeira vista esse silêncio ritual parece<sup>115</sup> não exigir esforço ritual por parte dos surdos, na prática nota-se que os espaços de meditação ou reverência em meio ao culto ouvinte de domingo são indiferentes para os surdos.

Em várias ocasiões notei que em meio ao silêncio geral da igreja, surdos tagarelavam com suas mãos em momentos considerados “sagrados” para os ouvintes. Além da discrepância nos usos do silêncio, outro pedido habitual dos preletores ouvintes se mostra crítico nos cultos mistos: quando se pede para a plateia “fechar os olhos para orar”. Quando o intérprete inadvertidamente traduz esse pedido em Libras, ao invés de apenas dizer “vamos orar”, é comum que os surdos ignorem em absoluto o pedido, ou no máximo, alguém faça uma piada a respeito.

Especialmente para surdos profundos, fechar os olhos seria silenciar (seja pela leitura labial ou pela performance da Libras). Mas não equivaleria ao tal silêncio ritual, e sim, ao silêncio extremo, que rompe completamente a ligação social. Por essas razões, no culto especial de surdos, jamais se aplicam esses recursos rituais tão comuns na prática religiosa.

Diante de tais especificidades, é comum que os surdos adotem piadas ou modos próprios de burlar as regras rituais que a eles não faz sentido, e em decorrência disso, deixam de compartilhar parte da reverência e sentidos simbólicos reforçados entre ouvintes na igreja. Por exemplo, os pastores principais da igreja, que são figuras reconhecidas e admiradas na cidade, e reverenciados

<sup>115</sup> “Parece” porque não é uma regra que surdos (que não são oralizados) sejam “silenciosos” só porque não falam. A convivência com surdos rapidamente mostra opostamente que a rotina de surdos pode ser muito barulhenta, com risos, gritos, esbarrões ruidosos que muitas vezes eles mesmos não se dão conta.

pelos membros em geral, muitas vezes sequer são reconhecidos pelos surdos. Entre estes, reverência similar são dedicadas somente ao pastor dos surdos e aos intérpretes, que lhes são mais próximos no cotidiano. Segundo depoimento do Pr. Adoniran, isso em alguns casos pode se tornar um problema, pois em geral

*“os surdos tendem a seguir o pastor, o intérprete, se espelham neles num nível até exagerado. Alguns são idolatrados. Tem até um 'sinal' que eles usam muito pra designar um intérprete. Você vai ver, é bem comum eles dizerem: 'ah... sabe o interprete X .... 'famoooooooooso' . Eu sempre digo, que eles tem que aprender a olhar para Jesus, para a Palavra de Deus, e não pra mim, para o homem. Isso é complicado.”*

A dificuldade, segundo o pastor, é que com isso os surdos tendem a seguir um intérprete ou pastor que sai da igreja (indo para outra ou desistindo do ministério), ou desistem de participar do grupo quando algum deles os decepciona. Para o pastor, este seria o principal fator (ao lado da busca incessante pelo ambiente mais adequado) que leva os surdos a “não criarem raiz”, viverem circulando por igrejas diversas.

Quanto aos tais “giros” praticados pelos surdos, no período de realização dessa pesquisa (entre os anos de 2009 e 2010) “esbarrei” nas atividades da PIB com pelo menos três surdos que havia conhecido em minha passagem pelo Ministério Keiraihagui, vinculado à 1ª Igreja do Evangelho Quadrangular, no ano de 2005.

O maior desafio das entidades parece ser encontrar métodos para cativá-los, “fidelizá-los”, minimizando o alto índice de evasão em suas atividades<sup>116</sup>. Razão pela qual além dos cultos para surdos, as igrejas têm procurado adotar estratégias de envolvimento mais amplo na vida dos surdos, em muitos aspectos, fazendo com que suas ações se confundam com o trabalho de escolas, entidades assistenciais e até familiares.

Organizam-se eventos, cursos, congressos, palestras de diversos temas de interesse da “comunidade surda”, visitas, passeios programados – como visitas a parques, churrascos, festas de aniversário (figuras 11 a 13), e em paralelo, buscam fortalecer os laços de convivência e amizade que se estabelecem entre os participantes.

A exemplo destas atividades, pude participar de um “Acampasurdo” (acampamento do Ministério de Surdos) realizado pela PIB, em uma chácara alugada em Piraquara, entre os dias 21 e 23 de maio de 2010. Para participar, pagava-se uma taxa simbólica de R\$70, que incluía o

<sup>116</sup> Como mencionado na apresentação do trabalho, o próprio Ministério da PIB, que atualmente conta com 50 participantes, passou por diversos momentos de altos e baixos, tendo chegado a atingir a marca de quase 200 surdos na época em que foi dirigido pelo Pastor Marco Arriens, e em contrapartida, minguado a 3 participantes quando da chegada do Pastor Adoniran Melo (atual responsável pelo projeto) em 2005.

transporte com ônibus locado, hospedagem e alimentação para os três dias.

A programação do acampamento, que normalmente é bastante intensa em termos de cultos e programações religiosas<sup>117</sup>, iniciava às 9h da manhã com um culto após o café, e no restante do dia era bastante flexível e com muito tempo livre para convivência do grupo, desfrutando os recursos da chácara, tendo um segundo culto somente à noite.

Um recurso usado para que ao longo do dia os participantes não dispersassem por completo foi a realização de uma gincana, onde se estabeleceu dois grandes grupos (ambos compostos por ouvintes e surdos). Tarefas coletivas eram passadas aos grupos no período da manhã, pelo preletor do culto, e a entrega das tarefas era sempre requerida após o culto noturno. No intervalo de ambos, o grupo tinha liberdade para combinar, entre os integrantes, quem seria responsável pela tarefa.

No grupo em participei (Grupo 1), os surdos não queriam fazer absolutamente nada referente à gincana nos períodos da tarde. Buscavam aproveitar o tempo para brincar, jogar bola com os demais, tomar sol na grama conversando. Qualquer outro elemento de confraternização parecia mais atraente que a gincana. Como resultado, as intérpretes Sara, Mônica e Marília acabavam realizando todas as tarefas da gincana enquanto a prioridade dos surdos não era ganhar a prova – parecia ser desfrutar dos momentos de lazer entre iguais.

Mas nos momentos de entregas de tarefas e disputas de perguntas no estilo “passa-ou repassa”, como os surdos já se encontravam no recinto após o culto, acabavam participando ativamente como agitadores de torcida, inventando coreografias e gritos de guerra (em sinais, palmas, gritos) convertendo em piada a junção do nome “GRUPO UM” em “GRU-PUM”. Para isso, sinalizavam a palavra “grupo”, e em seguida viravam de costas com uma leve jogada do bumbum, como se estivessem “soltando um pum”.

A piada foi inventada por uma surda oralizada da equipe, e se tornou motivo de muito riso e agitação até o final do acampamento. Especialmente porque o Grupo1 foi a equipe vencedora da gincana (conforme registro na figura 11).

---

<sup>117</sup> Em acampamentos tradicionais, é comum se ter até quatro cultos ao longo do dia, intercalados com momentos devocionais e de oração, com intervalo apenas para banho, e uma atividade social, de convivência.



Figura11. Vencedores da Gincana do “Acampasurdo”

Acampamento do Ministério da PIB em 23/05/10 – Foto: Pr. Adoniran Melo.

O acampamento é uma atividade anual do grupo religioso, que em meio ao Ministério de Surdos parece mais um passeio especial, uma viagem em grupo, que um retiro espiritual propriamente dito – como muito enfatizado em outros Ministérios da igreja.

Um dos grandes interesses que parece motivar o grupo a participar é a sociabilidade propiciada por estas programações. A exemplo disso, vários surdos do ministério da PIB participam de ações de outras igrejas a que não se consideram diretamente vinculados, mas das quais desfrutam por meio de outros amigos ou contatos. Como por exemplo, participar de churrascos promovidos por outros grupo de surdos. A figura 12 relata uma atividade de confraternização desse tipo, organizados por amigos da igreja Assembleia de Deus. Surdos participantes de outros grupos estiveram presentes por terem sido convidados por um amigo surdo que lá congrega, sem que isso represente o interesse em mudar de igreja.



Figura12. Churrasco do grupo de surdos da Assembleia de Deus.

Data: 13/02/2010 Foto: Carolina Lemos

Por meio destas atividades ampliam-se os laços de sociabilidade entre os surdos. Criam-se laços de amizade, relacionamento amoroso, contatos para indicação profissional, apoio espiritual, orientação psicológica, atividades desportivas e lazer entre indivíduos. Nesse ambientes, já não são as entidades escolares e tampouco as denominações religiosas que os caracterizam.



Figura13. Grupo de surdos da PIB (e convidados) jogando futebol.

Data: 14/03/2010 Foto: autora.

### 5.3 O LAZER

O lazer em espaços públicos geralmente é realizado pelos surdos acompanhados de familiares, colegas e/ou amigos da escola e da igreja. Segundo me foi relatado parques e shoppings são os espaços preferidos do grupo pesquisado.

Passeando por diversos estabelecimentos desta categoria, nenhum chama tanto a atenção pela frequência e volume de grupos de surdos como o Shopping Estação<sup>118</sup>. Com certa regularidade<sup>119</sup> os encontrava ali, invariavelmente ocupando uma mesma área central da praça de alimentação (ainda que não estivessem consumindo lanches) – que é exatamente o núcleo do shopping. Distribuídos num raio de aproximadamente 4m, acomodam bolsas e mochilas sobre mesas, enquanto parte do grupo ocupa cadeiras e alguns outros transitam em pé em torno das mesas tomadas pelo grupo. Nunca encontrei grupos de surdos com menos de quatro pessoas naquele local. Comunicando-se por meio da Língua de Sinais, murmúrios e uma boa dose de risadas e brincadeiras, esse grupo chama especial atenção. Alguns ouvintes ao notá-los, afastam-se. Outros se aproximam curiosamente para observar de perto. Uns tantos apenas olham com ar de piedade e passam em direção às suas compras. Fato: é difícil não notá-los.

Após ter notado esse “ponto de encontro”, perguntei aos meus contatos da PIB se conheciam aquele grupo de surdos. Todos tinham conhecimento e, segundo me relataram, há uns quatro anos um grupo de amigos surdos, cansados de “não ter para onde ir” em Curitiba, passou a se encontrar naquele local toda sexta feira, ao início da noite (por volta das 18h) na praça de alimentação deste shopping, que fica em região central da cidade. Os primeiros participantes difundiram a ocorrência deste encontro junto a outros surdos, conhecidos de outros equipamentos e contextos sociais e, em pouco tempo, as reuniões se tornaram um acontecimento recorrente, tornando-se um “pedaço” do *circuito* de surdos da cidade. Participando do encontro para entrevistá-los numa noite de março de 2010, notei que embora alguns aproveitem a conveniência do local para lanchar, todos afirmam que a principal razão de estar ali é fazer amigos, divertir-se e poder conversar “na sua língua”. Contam piadas, conversam, paqueram, “ficam”, discutem, saem em duplas ou grupos para ir a alguma loja – as meninas para ver alguma roupa ou acessório, os rapazes parecem mais interessados em observar o movimento e consumir apenas lanches, olham vitrines<sup>120</sup> e trocam números de telefone.

---

<sup>118</sup> Shopping situado à Av. Sete de Setembro, 2775 – bairro Rebouças – Curitiba/PR.

<sup>119</sup> Não contabilizei todas as visitas ao Shopping Estação em que me deparei com surdos, mas dizer que estive nesta situação por mais de 20 vezes em um ano não seria exagero – pois residia a uma quadra deste shopping, sendo ponto de passagem usual para meus almoços de finais de semana, lanches noturnos durante a semana e uso de serviços de conveniência como caixa eletrônico e farmácia.

<sup>120</sup> Pelo que notei, tendem a olhar muito e até escolher o que desejam, mas quando se trata de compras expressivas (produtos mais caros que o lanche ou acessórios), acabam dizendo que pedirão à mãe para voltar e comprar.

Os telefones, aliás, são muito utilizados pelos surdos – o que lhes permite formalizar e ampliar a rede de sociabilidade nesses momentos de encontro, incorporando outros surdos e/ou ouvintes a sua gama de contatos. A tecnologia de comunicação contemporânea permite que eles se utilizem da mediação de ouvintes para falar com membros de suas famílias (e vice versa) com o intuito de passar recados, ou interagir diretamente com seus amigos, trocando mensagens eletrônicas textuais (SMS), tirando fotos e as enviando uns aos outros, gravando pequenos vídeos e compartilhando-os ali mesmo ou posteriormente, por email. Por decorrência destes registros eletrônicos, sempre há um passo seguinte de sua troca – via celular, email ou redes sociais como o já mencionado Orkut – assim, também ganhei novos amigos virtuais após participar do encontro.

A partir dali surgem relações tanto efêmeras como duradouras – alguns surdos aparecem uma vez ou outra, em intervalos de meses, sem dar notícias aos demais neste período – como foi o caso de Flávio (22 anos) que alguém reconheceu em uma foto no celular, tirada em uma reunião meses antes. Após perguntarem entre si se alguém o havia visto recentemente, todos responderam pela negativa.

Outros mantem relações de amizade duradoura ou namoro – como é o caso de Márcio e Patrícia, que se conheceram ali no Shopping Estação, começaram a se paquerar, encontraram-se em outros dias além das sextas-feiras, e há oito meses assumiram publicamente o namoro. Ela, participante do grupo da PIB, levou Márcio a participar da igreja também.

Outra prática “típica de jovens” mencionada pelos informantes, diz respeito ao fato de surdos frequentarem “a balada”. É preciso ressaltar que, em meio ao grupo evangélico, assumir que frequenta “a balada” é uma declaração pública de “pecado”<sup>121</sup>. O esforço de manter os jovens (ouvintes ou surdos) longe deste tipo de atrativo noturno é grande – razão pela qual se procura realizar os cultos de jovens nos sábados à noite, estendendo outras atividades sociais posteriores com os mesmos para evitar que sejam atraídos para esta prática de entretenimento. Por essa razão, ninguém comenta entre os “irmãos” que frequenta ou esteve em uma “balada”.

Contudo, algumas piadas realizadas desde o início da pesquisa pelos informantes denotavam que, se o tema não fosse uma prática comum, ao menos não era algo estranho a eles. Por diversas vezes, quando alguém faltava no encontro do sábado anterior, ou dizia estar muito cansado, surgiam os deboches (em sinais) acusando: “*ah! Sei... foi pra 'balada'*<sup>122</sup> *ontem, festou a noite toda, agora tá cansado!*” Ao que o “acusado” respondia sempre pela negativa, ou com um “*de jeito nenhum, Deus me livre!*” ou com risinhos sem graça, desbaratando o assunto.

Quando notei a recorrência de tema no repertório do grupo (ainda que de negativamente),

<sup>121</sup> Para a igreja, a “balada” provoca e fere os princípios de pureza e santidade recomendados pela doutrina.

<sup>122</sup> Sim, há um sinal em Libras para a gíria “balada”, associado à ideia de *farra* noturna em *points* jovens, especialmente casas de dança eletrônica.

imaginei que pudesse conseguir relatos de experiências (ou expectativas) sobre este método de lazer. Após algumas investidas ao longo dos meses, consegui informações de três contatos (obviamente pedindo que eu não mencione quem são) que revelaram já ter ido a algumas baladas na cidade:

*“Eu já fui, pra acompanhar amigos ouvintes, me divertir. Mas lugares com som muito alto não são bons por causa do meu aparelho<sup>123</sup> É barulho demais, por mais irônico que pareça, e não identifico nada. Sabe qual o problema? Quando a balada é bem iluminada, não há problema. Com luz, faço leitura labial e tudo fica bem. Quando a balada é escura, meu Deus! Para um surdo, é tortura! Só vai ser bom se você quiser dançar sozinho a noite toda sem nem olhar pra ninguém!”* (declaração anônima de um surdo oralizado, usuário de AASI e Libras)

*“A parte da dança é bacana. Se você sair com amigos e ficar só com eles a noite inteira, é tranquilo. Mas e se algum estranho (ouvinte) tenta te paquerar, vem com conversa no ouvido (surdo!)? É pra morrer! de angústia, de nervoso e dando risada no outro dia. Temos que fazer cara de planta e deixar a pessoa falando sozinho. O pior nessa hora não é ser surdo, é não conseguir ver nada!”* (declaração anônima de um natissurdo, usuário de Libras)

*“Relembro de um ‘causo’ (faz teeeeempo, nossa! Bem antes de eu vir pra igreja) em que eu estava dançando e uma pessoa veio falar comigo. Quando se aproximou, eu já tinha tomado umas, e estava num lugar da balada com iluminação ruim (escuro, muitas luzes piscando). Coloquei um sorriso no rosto, concordei com tuuudo que a criatura disse, me despedi, e na saída só consegui ler nos lábios: ‘amanhã a gente combina!’. Essa foi a ÚNICA coisa que eu entendi. No outro dia, em casa, fiz todo o esforço humanamente possível para tentar refazer qualquer sinal do papo. E nada!! Surdez e escuro, pra mim, só na hora de dormir.”* (declaração anônima de um natissurdo, oralizado e usuário de Libras)

Da perspectiva sensória, analisar surdos curtindo uma balada à primeira vista sugeriria um caso de audição tátil, como descrito por Reé (1999). Mas, há algo mais que isso. As dificuldades geradas pela ausência de um bom campo de visão denotam uma relação da balada não somente como dança, mas de experiência de *socialização* com todo o corpo.

A falta do campo visual só é problemática porque a balada não é um fim em si mesmo, não se sai simplesmente para “sentir” a música com o corpo. Trata-se de uma experiência social, um lazer coletivo, onde o desejo de paquerar, conversar com os amigos, enfim, socializar, é o alvo maior por trás da música e dança.

Seria possível ignorar o mundo e sair para dançar sozinho, mas a relevância dada aos amigos e paqueras nos relatos mostram que o interesse por trás da *balada* é justamente interagir com o mundo, e não isolar-se dele. Uma *adaptação* da balada tradicional, que mantivesse a oportunidade de socializar (pela clareza do ambiente ou pela adequação do recurso comunicativo entre os

<sup>123</sup> Referindo-se ao seu AASI.



participantes), muito provavelmente seria bem recebida por jovens surdos. Talvez por isso, o louvor “batidão” oportunizado no culto seja tão valorizado.

Deste modo, por razões outras que não morais, os surdos dispensam a balada. A esse respeito, relatou Denise (surda, 29 anos): “*Detesto baladas, prefiro uma boa lanchonete, parque... qualquer lugar com iluminação, e ambiente agradável. Por isso os shopping são ótimos!*”.

A preferência de Denise parece ser unanimidade entre os surdos do grupo. Eles marcam passeios em grupos pequenos (amigos da escola, da igreja, da família) em diversos shoppings da cidade aos fins de semana. Por ocasião do dia dos namorados, uma surda da PIB articulou um grupo de meninas para passar a tarde de sábado no Shopping Palladium (Figura 14), tendo inclusive, lançado mão do recurso de vídeo para “convocar” suas amigas ouvintes e/ou intérpretes (incluindo a mim). Aline, a surda Paraguaya, gravou um vídeo<sup>124</sup> caseiro de si mesma, “cantando” uma música-convite – em voz audível e sinais – que inventou na hora, e enviou a partir de seu celular para as amigas que desejava convidar. Diante da criatividade e insistência da amiga, todas aceitaram a proposta.



Figura 14. Passeio do grupo de amigas surdas e intérpretes no Shopping Palladium

Data: 12/06/2010 Foto: Alessandra Oliveira

No passeio, o objetivo não era comprar nada específico, apenas se divertir, conversar, contar situações da vida, da escola, de paqueras. Lanchamos “batendo papo” e circulamos por horas no

<sup>124</sup> Este vídeo em particular, foi gravado em formato para celular, e até o fechamento da dissertação tecnicamente não foi possível convertê-lo em extensão legível pelo computador para adicioná-lo ao CD de vídeos anexo ao trabalho.

shopping, tirando muitas fotos fazendo piadas e brincadeiras – especialmente explorando recursos disponíveis no ambiente (tais como banners, adesivagens, protótipos de *merchandising* distribuídos pelos corredores ou nas portas das lojas), conforme ilustram as figuras 15 e 16:



Figura 15. Grupo fotografando no Shopping, representando sinal de cachorro + fofa

Data: 12/06/2010 Foto: Alessandra Oliveira



Figura 16. Uma das amigas fingindo paquerar um protótipo do ator Bruno Gagliasso na porta de uma loja de confecções - 12/06/2010 - Foto: autora.

Segundo me foi relatado, é de praxe nesses passeios no shopping os surdos decidirem, de improviso, ir ao cinema assistir algum filme legendado que esteja em cartaz. Mas vale lembrar que isso é comum em meio a este grupo graças à característica de alfabetização ser praticamente uma unanimidade entre eles<sup>125</sup>.

Um aspecto relevante do Shopping Palladium, o shopping mais novo de Curitiba<sup>126</sup>, é sua localização. Fica a apenas algumas quadras da escola Alcindo Fanaya – a mais frequentada pelos surdos no Ensino Médio de Curitiba.

Em função dessa proximidade, poucos meses após sua inauguração, este se tornou um *point* do circuito de surdos da cidade, segundo comentários dos informantes. É possível encontrar surdos ali especialmente nos horários após as aulas (horário de almoço e final de tarde) – quando os alunos aproveitam para lanchar e se entreter nos arredores do colégio. Por decorrência disso, outro ponto de encontro também apontado pelos meus informantes como referência para encontrar surdos na cidade é o Terminal de Ônibus do Portão – o mesmo bairro em que se localiza o Shopping e a Escola.

Aos poucos o circuito mapeado pelos surdos do grupo em que pesquisei, acabou tecendo uma rede geograficamente identificável de manchas e pedaços acessíveis e frequentados com recorrência pelo grupo, conforme registra o mapa a seguir:

---

<sup>125</sup> Tomei conhecimento apenas de uma surda no grupo, natissura de 40 anos, que não é alfabetizada. Testemunhei seus métodos de reprodução visual de letras, números e até mesmo logomarca de produtos com papel e caneta para que use como referência ao mostrar para outras pessoas quando quer solicitar o item para compra ou algo assim.

<sup>126</sup> Inaugurado em maio de 2008.

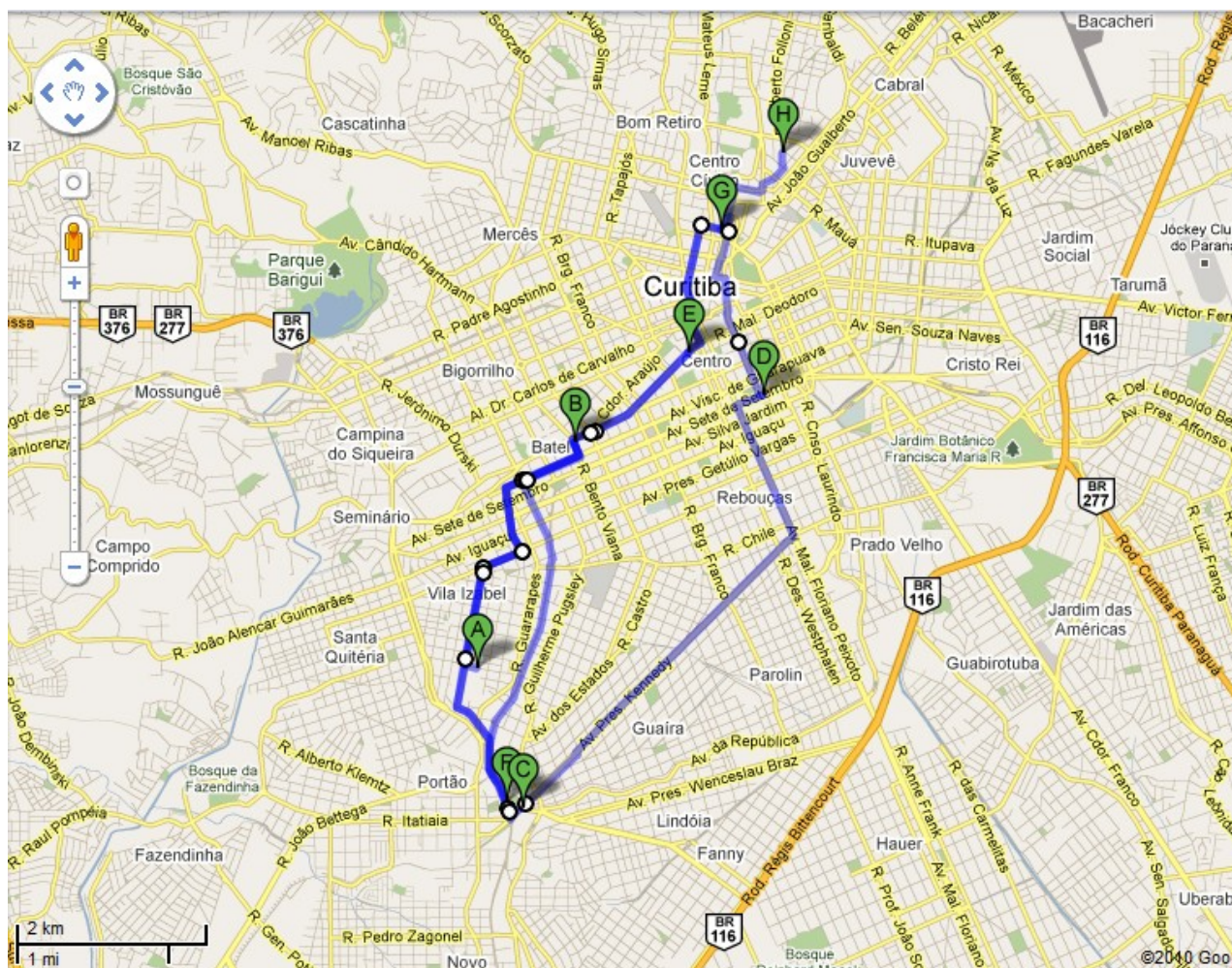


Figura 16. Mapa traçando a proximidade dos pontos do circuito. Fonte: Site Google Maps.

### Legenda de marcações do Mapa:

- A - Colégio Alcindo Fanaya - Rua Vital Brasil, 447 - Vila Izabel.
- B - PIB – Bento Vianna, 1200 – Batel.
- C - Shopping Palladium – Av. Presidente Kennedy, 4121 – Portão.
- D - Shopping Estação – Av. Sete de Setembro, 2775 – Rebouças.
- E - Colégio Prof. Erasmo Pilotto - Rua Emiliano Pernetta, 92 – Centro.
- F - Terminal do Portão - Av. República Argentina, esq. c/ Rua Luiz Parigot de Souza – Portão.
- G - Igreja Assembléia de Deus - Rua Senador Xavier da Silva, 467 – Centro Cívico.
- H - Igreja do Evangelho Quadrangular - Rua Alberto Folloni, 143 – Juvevê.
- I - Faculdade Facinter/IBPEX - Av. Vicente Machado, 317 – Centro.
- J - Feneis - Rua Alferes Poli, 1910 – Rebouças.

O mapa e as respectivas pontuações representam rotas de sociabilidade de determinados segmentos sociais no tecido urbano, apreendidas em função de interesses comuns do grupo de surdos pesquisado. Embora ele não dê conta dos locais de moradia dos surdos e intérpretes do grupo, a ponto de caracterizá-los como uma vizinhança, um grupo geograficamente estabelecido, ele permite notar que as referências de sociabilidade citadas pelos informantes concentram-se em um eixo urbano bastante central em Curitiba.

Do grupo, apenas duas famílias residem nas proximidades da Igreja (família do Pr. Adoniran Melo e de uma das intérpretes voluntárias). Todos os demais deslocam-se até a região para entrar no circuito social. Os pontos de moradia dos demais indivíduos do grupo englobam desde bairros próximos como Água Verde e Portão, áreas mais afastadas como Pinheirinho, Boqueirão, Seminário, Santa Quitéria, Santa Felicidade, Uberaba, até a região metropolitana da cidade (Colombo, Pinhais e Campo Largo).

Dada a dispersão das áreas de moradia dos integrantes do grupo, e um circuito central determinado por onde circulam, é importante atentarmos para seus modos de transitar pelos pontos destacados. Uma característica nos deslocamentos acontece pelo uso do sistema de transporte público de Curitiba.

Embora alguns tenham carro na família, e por serem jovens adultos até tenham carteira de motorista, sua circulação na cidade acontece prioritariamente através de ônibus<sup>127</sup>. Alguns dizem que esta escolha é mais conveniente pela facilidade de pegar um ônibus, não precisar estacionar, ou ainda porque permite mais liberdade: *“Não preciso dar satisfação de onde vou, que horas volto, pedir que me busquem”*.

Tal escolha poderia ser problemática para os que não sabem ler, mas o formato visual do sistema de transporte da cidade minimiza este problema – que não é exclusivo de surdos, mas de qualquer cidadão não-alfabetizado: os ônibus são de cores distintas para ônibus metropolitanos, alimentadores de bairros, centrais, “ligeirinhos”, “ligeirão”, biarticulados que só param em tubos, interbairros *etc.* Para cada categoria, há uma série de códigos visuais que acabam sendo apreendidos a partir do uso contínuo do sistema de transporte, gerando também estratégias pessoais para tal.

---

<sup>127</sup> Marília (intérprete) tem carro na família mas não utiliza por morar a duas quadras da Igreja. Somente o Pr. Adoniran, a intérprete Sara (e sua família de quatro pessoas) e outra intérprete voluntária, Sandra (com sua família de quatro pessoas) possuem carro e deslocam-se nos compromissos nessas localidades por intermédio de veículo particular. E mesmo assim, das atividades extra-oficiais da igreja, normalmente o Pr. Adoniran acaba não participando, no último ano em função de uma gravidez de risco de sua esposa (que os mantinham em casa a maior parte do tempo em que não estavam na igreja, e desde o nascimento de Ian, devido aos cuidados com o bebê).

Segundo relato dos próprios surdos<sup>128</sup>, os que não sabem ler podem decorar os “tubos”<sup>129</sup> de embarque/desembarque, ou carregar anotações<sup>130</sup> com o nome da linha a ser tomada, ou o endereço para o qual pretendem se dirigir. Em caso de dúvida, solicitam ao motorista ou cobrador do ônibus que indiquem (com um “sim” ou “não” com a cabeça) se aquele é o ônibus certo para onde pretendem ir. Somente dois surdos do grupo da PIB se encaixavam nesse perfil.

O transporte público é um elemento transitório, de *passagem*, que permitem aos surdos entrar e sair de *pedaços* e *manchas* particulares, transitando por áreas onde não há pertencimento, onde se é desconhecido e ao mesmo tempo é possível conhecer pessoas. Levam de um lugar a outro, sem que sejam associados diretamente ao pedaço ou à mancha, dando acesso a serviços diversos no cotidiano.

#### 5.4 SURDOS NO MERCADO DE TRABALHO

Embora o *trabalho* não seja exatamente um elemento do circuito de sociabilidades traçado por meus informantes, julguei necessário registrar as ideias compartilhadas pelo grupo a respeito do tema, especialmente porque no ambiente da igreja, as oportunidades e desilusões trabalhistas se mostram como assunto recorrente tanto nas conversas interpessoais como em momentos de “pedido de oração”, acionados nos cultos.

Por serem jovens adultos, em seu cotidiano há também a preocupação e envolvimento com o mercado de trabalho, e registrar seu ingresso, circulação e possibilidades no mesmo, mostrou-se fundamental para a compreensão de suas experiências da surdez.

Os surdos normalmente ocupam as chamadas vagas para “portadores de necessidades especiais” ou “Pessoas com Deficiência” (PcD). As instituições mencionadas no circuito de sociabilidade traçado são normalmente as fontes de agenciamento de vagas de empregos para o grupo, seguido da Internet<sup>131</sup> e da Feneis. Para divulgá-las, as empresas procuram contatar, por intermédio de agências de RH, ou diretamente, as entidades de apoio e associação de surdos. Das entidades visitadas por mim, as que mais registram pedidos de indicações para contratação de surdos em Curitiba são a Feneis e a PIB. Certamente, há empregos conseguidos por meio de outras

---

<sup>128</sup> Que no caso do grupo pesquisado, conforme já citei, são praticamente todos alfabetizados.

<sup>129</sup> Tubo é o nome dado pelos curitibanos às estações/pontos de ônibus caracterizados por uma arquitetura tubular, por onde passam os ônibus bi-articulados denominados “ligeirinhos”.

<sup>130</sup> “Desenhando” as letras e números ou pedindo que terceiros anotem para eles.

<sup>131</sup> Os informantes mencionaram que procurar vagas na internet em sites de agências de RH, entidades públicas e associações de surdos (encontradas por meio de busca no Google) é bastante útil quando se tem interesse em conseguir um emprego.

relações não-institucionais, tais como indicação de amigos, familiares. Ali mesmo no grupo da PIB, indicar conhecidos é uma prática comum.

Em processos seletivos formais, normalmente o Núcleo de Empregos da igreja, ou membros ouvintes<sup>132</sup> passam a informação de vagas para portadores de deficiência (PcD) diretamente ao Pr. Adoniran, que é o responsável pelo Ministério de Surdos e Ministério com “Especiais”<sup>133</sup>. Ele é quem, pessoalmente, indica a vaga aos surdos que considera mais adequados ao trabalho solicitado. Por acompanhá-los na caminhada pastoral, tem condições de avaliar o nível de comprometimento, necessidade e interesse dos integrantes do grupo que estejam desempregados.

Além deste agenciamento por vias formais na igreja, outra forma recorrente é pela divulgação boca a boca entre os próprios surdos. Neste caso, costumam aparecer convites dirigidos às pessoas com as quais o ofertante tem mais afinidade.

A “entrada” nessas vagas em geral é considerada pelos informantes como “fácil”, não só pela indicação, mas também porque como “*eles querem contratar um surdo*”, não parece haver muitos concorrentes. Este “*querer*” tem normalmente duas motivações: responsabilidade social ou cobrança legal nas empresas.

De acordo com a Lei de Cotas (Lei Nº 8.213/91), entidades com mais de 100 empregados são obrigadas a preencher cargos com beneficiários da Previdência Social, reabilitados ou, portadores de deficiência (PcD), devidamente habilitados, na seguinte proporção:

- até 200 empregados – 2% de PcD;
- de 201 a 500 empregados – 3% de PcD;
- de 501 a 1000 empregados – 4% de PcD;
- mais de 1000 empregados – 5% de PcD.

Muitas empresas optam pela contratação de surdos pela conveniência de não precisar adequar fisicamente sua estrutura para recebê-los e porque sua deficiência é de certa forma “invisível”.

---

<sup>132</sup> A Primeira Igreja Batista é uma igreja que congrega membros de classe social privilegiada da cidade de Curitiba. Na linguagem popular, “*é igreja de rico*”. Embora boa parte dos 5 mil membros sejam de classe média, o fato de ter membros de grande expressão social – políticos, empresários, juizes, advogados, investidores conhecidos na cidade, a igreja tem um perfil elitizado, e por intermédio desses mesmos “*figurões*”, faz com que muitas oportunidades de trabalho em grandes empresas sejam agenciadas diretamente via contatos da igreja. O volume de ofertas de vagas e oportunidades nesse sentido era tal, que a entidade criou um Núcleo de Empregos dentro de suas atividades de ação social, para conseguir gerenciar o fluxo de pedidos. Muitas vezes, a demanda de contratações se torna maior que o número de currículos e contatos cadastrados (sendo que esses cadastros não são apenas de membros precisando de emprego, mas de qualquer pessoa da comunidade que se interesse em manter o cadastro junto ao Núcleo).

<sup>133</sup> Um outro grupo da igreja, que realiza projetos com cadeirantes e outros portadores de deficiências particulares.

Estima-se que o número de surdos empregados na cidade de Curitiba atualmente é de 2.300 pessoas. Dentre meus informantes, a inserção neste mercado se dá principalmente em dois segmentos: indústria e educação. Os surdos do grupo da PIB têm a possibilidade de se especializar e atuar em áreas educacionais voltadas para surdos, ou ocupar vagas consideradas “secundárias”<sup>134</sup> em empresas privadas da região. No caso de trabalho em empresas, a qualificação mínima necessária é o ensino médio completo.

Os jovens ouvidos em campo trabalham, em sua maioria, em fábricas de grande porte que possuem mais de 500 funcionários, tais como a Trombini (fábrica de papelão), Electrolux (fábrica de eletrodomésticos e eletroeletrônicos) e Brose do Brasil (indústria de componentes automotivos). Apesar do aparato legal que prevê reserva de vagas nestas entidades, os surdos encontram severas dificuldades de inserção no mundo do trabalho.

Este quadro coincide com a análise realizada por Graeff (2007) mediante a aplicação de uma pesquisa realizada em empresas de grande porte em Ponta Grossa-PR:

[...] quando se avalia as áreas em que estes deficientes se encontram dentro da empresa, os colaboradores surdos geralmente ocupam cargos como zelador, empacotador ou repositor em supermercados, serviços gerais, e no máximo da sua função como digitador, que pode ser considerado como exceção pela instituição acolhedora. Estas áreas não proporcionam conhecimento ou aperfeiçoamento profissional, restringindo a comunicação entre a equipe; além de não propiciar qualquer desenvolvimento, restringe aos menores salários. (GRAEFF, 2007:26)

Sem qualquer relação causal, nestes ambientes fabris, nenhum de meus informantes demonstrou utilizar o trabalho como via de inserção social. Para eles, o trabalho é encarado como local para obter sustento, não sendo explorado como um universo de expansão de redes de sociabilidade, em busca de fazer novos amigos ou conhecer alguém interessante para sair. O desinteresse, segundo seus relatos, parece residir na limitação de comunicação, e por conseguinte, de relacionamento com as pessoas nas empresas.

Difícilmente as relações com os demais colegas se estendem para além do local de trabalho. Somente no caso de haver outros surdos em nível próximo de atuação e tendo as mesmas condições comunicativas, algum contato social é travado – brecha onde eventualmente o surdo convida seu colega para alguma atividade em ambiente externo à empresa, como ir à igreja ou a um churrasco de família. Porém, nenhum dos informantes me relatou situação de desenvolver amizades diretamente “do trabalho para casa”. O que se mostrou possível foi uma “escala”.

---

<sup>134</sup> Vulgarmente chamadas no uso popular de “trabalho de chão de fábrica”, “de peão” ou “de bastidores”.



Do ambiente de trabalho, Diego (surdo, 40 anos, casado) – cuja família toda participa do grupo da PIB – convidou Osmar (surdo, 33 anos, divorciado), que trabalha na mesma fábrica, para visitar sua igreja, e só após a inserção de Osmar no grupo religioso, passou a acolhê-lo como amigo da família. A partir daí, desenvolveram-se relações de amizade.

O ambiente de trabalho é sempre relatado pelo grupo como ambiente de empenho, luta, dificuldades e incompreensão, especialmente porque em nenhuma das empregadoras citadas há, de acordo com os informantes, uma pessoa sequer no seu setor ou no RH da empresa que fale Libras. Após confirmação informal deste dado por uma colega do curso de Libras, fisioterapeuta que aplica Ginástica Laboral nas empresas citadas, espantei-me com o comentário a tal ponto de ir, eu mesma, visitar algumas delas para me certificar do fato.

Em “respeito” à lei de inclusão, as empresas contratam intérpretes no período seletivo (ou terceirizam esta intermediação com agências particulares de recursos humanos) sem contudo, preparar o ambiente empresarial para realmente integrar ou mesmo acompanhar os surdos após sua contratação. A exemplo disso, uma indústria automotiva sediada há 10 anos em São José dos Pinhais, conta com colaboradores surdos há pelo menos 3 anos, sem ter uma única pessoa entre os 500 colaboradores da fábrica que se comunique com eles em Libras.

Embora uma realidade dessas, sem qualquer comunicação, seja impensável quando se contabiliza que em média, um indivíduo permanecerá 40 horas por semana no ambiente de trabalho, Gisele (surda, 27 anos) uma participante da igreja que atua nesta entidade, justificou: “*o trabalho é manual, é só olhar e repetir, não precisam falar comigo pra mostra o que fazer*”. Gisele está na empresa há quase um ano, mas não tem amigos no trabalho. “*Vou e volto com o ônibus da empresa, que passa na esquina da minha rua, mas não falo com ninguém no caminho. Não sabem minha língua. Quando às vezes falam comigo, eu pego um pouco com leitura labial*”.

Nos três últimos anos desde que a empresa passou a contratar colaboradores deficientes, a única iniciativa de integração com os demais funcionários foi a realização de uma palestra sobre Libras, realizada em 25 de maio deste ano, para colaboradores interessados assistirem no horário de trabalho<sup>135</sup>. No vídeo 7 (CD Anexo I) é possível assistir um trecho da palestra, onde os funcionários (ouvintes) tiveram informações iniciais sobre surdez e Libras:

---

<sup>135</sup> A palestra foi realizada em somente um dos três turnos de funcionamento da fábrica.



Vídeo 7 – Palestra em Fábrica automotiva de São José dos Pinhais.

Conclui-se que ainda são muitos os desafios a serem enfrentados pelo profissional da comunidade surda, em sua busca por uma oportunidade de emprego nas empresas. Ainda existe uma lacuna muito grande entre o que se deseja e o que, de fato, se está fazendo. [...] o mercado de trabalho existente é bastante limitado. (GRAEFF, 2007:28)

Gaeff (2007) considera que um dos principais entraves à inclusão dos surdos no mercado é a falta de formação de profissionais (intérpretes) reconhecida pelo MEC, capazes de atuar dentro das empresas. Contudo, outras questões parecem ainda mais críticas, tais como a formação escolar e a qualificação profissional dos surdos.

Em pesquisa realizada no ano de 2003 com 400 surdos ex-alunos do INES (MATTOS, 2003), buscou-se levantar informações sobre o nível de escolaridade alcançado e a qualificação profissional dos surdos, estabelecendo uma relação entre a profissão aprendida nos cursos profissionalizantes ofertados pelo INES nas décadas anteriores e as atividades exercidas pelo indivíduo ao deixar o instituto. Quanto ao *status* sócio-econômico alcançado em sua trajetória profissional, foi encontrada uma relação direta entre o baixo nível de escolaridade de um modo geral e um nível sócio-econômico com salários baixos e situações de desemprego.

A conclusão a que a pesquisa chegou foi que os métodos de educação e as ofertas preparatórias para ofícios não permitiram uma real integração do surdo na sociedade, especialmente no meio profissional, tornando-se inadequados para os rumos que o mercado e a sociedade

tomaram, conforme destaca a autora:

Em se tratando de indivíduos surdos, um processo de escolarização que contemple, dentre outras questões, o acesso à aquisição da língua portuguesa em sua modalidade oral e/ou escrita é condição básica para o alcance de um processo de escolarização de qualidade [...] Enquanto os surdos continuarem 'ilhados' em suas comunidades surdas, clubes e associações, sem participarem da sociedade, como um todo, terão alcançado apenas níveis sócio econômicos de sobrevivência e não de participação social. (MATTOS,2003:12)

A exemplo disso, Márcio, cujo trabalho acompanhei em visitação a uma grande fábrica de papel de Curitiba no início da pesquisa, depois de dois anos trabalhando sem estabelecer vínculos pessoais ou conquistar promoção por seu bom desempenho<sup>136</sup>, no fechamento de minha dissertação acabara de solicitar afastamento junto ao INSS por motivo de saúde, avaliando a possibilidade de requerer aposentadoria (aos 23 anos) devido aos danos causados pela atividade brusca e repetitiva de amarração de *pallets* na empresa.

Aqui, chegamos a um ponto nevrálgico discutido pela “comunidade surda”, e que aponta também para a segunda vertente de mercado em que os surdos podem atuar: a educação. Se esta parece ser uma determinante no sucesso profissional de surdos nos diversos setores, atualmente tem se constituído como um novo nicho de atuação em si mesmo. Com o reconhecimento formal da Libras e da institucionalização do Bilinguismo como método de educação dos surdos, um novo mercado se abre com reserva para surdos e ouvintes.

Cursos preparatórios para intérpretes, ensino de Libras (agora obrigatório em toda a rede pública de ensino), faculdades e linhas de pesquisas sendo constituídas para atendimento exclusivo à nova geração de surdos bilíngues, enfim, um descortinar de oportunidades, defendidas especialmente por surdos oralizados da geração anterior que se tornaram grandes ícones da “causa surda” como Gladis Perl, Karin Strobel, Shirley Vilhalva e outros autores. Estes se consideram vitoriosos por após séculos de tortura conseguirem dar voz à cultura e comunidade surda.

Contudo, a triste constatação é que justamente aquilo que é tomado como o carrasco de suas histórias foi o que lhes permitiu articulação e trânsito suficiente na sociedade ouvinte para dialogar e expor ideias-chave desta nova representação da surdez: excelente capacidade no exercício escrito da língua portuguesa, domínio de leitura labial, bom nível de oralização e formação educacional até o nível superior e Pós Graduação (Mestrado e Doutorado) foram recursos que juntos, lhes deram condições políticas e visibilidade sem precedentes.

---

<sup>136</sup> Em visitação à empresa, um dos responsáveis do RH comentou informalmente que “justamente porque não ficam perdendo tempo batendo papo com os colegas, os três colaboradores surdos são os que tem melhor desempenho nessa atividade”.

Devido aos múltiplos códigos comunicacionais adquiridos e manejáveis são hoje criadores dos novos parâmetros educacionais para surdos – propondo bases diversas da experiência que vivenciaram. Para bem, ou para mal, com todas as marcas deixadas por suas experiências pessoais, o que lhes açoitou, foi em parte o que lhes deu condição de atingir um nível social superior à esmagadora maioria de surdos no país, que preenchem estatísticas de baixo nível educacional, baixo nível de profissionalização, baixas expectativas de trabalho e encontram-se distantes de qualquer sentimento de *surdidade*.

Dos quase 50 surdos que conheci no decorrer desta pesquisa – já privilegiados em relação à média da população brasileira, por serem de classe média e alfabetizados – somente dois estão hoje na faculdade e um demonstra interesse em ingressar no ensino superior – na área de Pedagogia ou Letras/Libras. Alguns, mesmo sem formação específica, sonham em dar aulas de Libras para crianças, tornar-se instrutor em sua própria língua. Contudo, não estão se qualificando para tal ou projetaram meios concretos para atingir neste objetivo.

No ambiente em que acontecem as relações do grupo pesquisado, a articulação por uma bandeira política, cultural e comunitária da surdez teria espaço para se difundir pelos próprios princípios religiosos que o embasa. Contudo, o discurso raso de “homogeneização cultural”, mostra-se incapaz de vencer os contrastes e diferenças vivenciadas por esses surdos quando se sai da porta da igreja e passa-se a encarar o cotidiano.

Se o futuro de possibilidades para um surdo no mercado de trabalho, e na sociedade como um todo, depende da organização dessas categorias tão híbridas e inconstantes, tão situacionais e contrastivas, tão liminares como as próprias experiências dos surdos na sociedade ouvinte, é hora dos movimentos em prol da causa Surda observarem os ganhos obtidos até aqui, e dialogar com parcimônia com sua própria história. Pois o fechamento da “Comunidade Surda” em um grupo coeso que politicamente manipule apenas um código em defesa de sua especificidade, tende a fazer com o que os Surdos tenham mais experiências de iguais entre iguais, mas ao mesmo tempo, faz com que vivenciem situações de liminaridade e exclusão ainda mais intensas.

Por isso, Souza e Souza afirmam que “*a capacitação profissional da pessoa surda é um desafio para as escolas repensarem suas finalidades, seu currículo, suas formas de atuação.*” (SOUZA & SOUZA, 2004:45). A *surdidade* e posituação da surdez pelo discurso diacrítico da língua de sinais combatem o estigma social e dão ao surdo possibilidades de repensar seu lugar social, mas não mudam efetivamente sua condição e tampouco garantem as mesmas chances oportunizadas àqueles que são capazes de articular múltiplos códigos comunicacionais. O problema não está no silêncio em si, mas nas lacunas de *compartilhamento* e troca social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nascer entre iguais, todo indivíduo supostamente será inserido no universo social por meio do aprendizado de sua cultura através da interação com semelhantes. Quando se nasce surdo, inversamente, a primeira experiência que se tem é de ser “um outro” em meio a um grupo igual entre si, estando impossibilitado a compartilhar o universo simbólico pelos mesmos sistemas comunicacionais predominantes.

O fator crítico não está propriamente em não-ouvir, mas na questão social por trás do afastamento do som. Não é tanto a questão de “colocar o som para dentro da cabeça e significá-lo”, mas perceber um fenômeno participativo, social, definidor de vínculos, laços sociais e identidade do qual se está excluído.

Como condição fisiológica, a surdez leva à reflexão de como – por meio dos canais sonoros, ou na ausência deles – somos capazes de interagir com as pessoas e com o mundo que nos cerca, especialmente em uma sociedade que prioriza o som como meio de transmissão de valores, de percepção do mundo, como canal de sociabilidade. Diante de barreiras sociais intransponíveis devido à suspensão de possibilidades de troca, de comunicação, de comunhão com os semelhantes, torna-se “diferente” entre iguais.

Nessa perspectiva, surdos estarão permanentemente em desvantagem no processo de inserção social, a menos que recorram a outros canais de adaptação. O que, por sua vez, implica em *experiências diferenciadas* – experiências de códigos comunicacionais distintos, e traz possibilidades sociais diversas, fazendo com que a própria ideia de uma surdez essencial se dissipe diante dos múltiplos caminhos disponíveis.

Assim, a experiência social (não somente linguística, mas corporal e identitária) contemporaneamente vivenciada por meio do reconhecimento da Língua de Sinais, pode acionar debates acerca de política e cidadania envolvendo o indivíduo surdo, mas não é capaz de abarcar “os surdos” com categoria homogênea e natural.

Os dados etnográficos evidenciam que o “mundo surdo” compreende um universo amplo e diversificado que abrange não apenas diferentes extratos econômicos, situação conjugal, escolaridades, locais de moradia e organização social, mas principalmente experiências múltiplas de surdez, iniciando na forma como ela é encarada dentro de casa.

Diante do fato que 95% de surdos nascem em famílias ouvintes, o primeiro ponto de referência de socialização já evidencia choques e conflitos decorrentes da diferença, de modo que em muitos casos somente no período de escolarização ou juventude, quando sai de casa e passa a ter contatos com outros grupos, os surdos se descobrem como tal, por encontrar “iguais”. Nesse processo, releituras do passado levam a uma interpretação de uma infância surda de incompreensão e sofrimento, dado que as novas condições de partilha social entre semelhantes criam referenciais de uma identidade que contrastam e, em parte, explicam situações vividas que pareciam obscuras até então.

À medida que se enxerga como surdo, o indivíduo percebe os ouvintes. Contudo, não se trata de uma dicotomia rígida e pré-definida, mas uma relação de categorias cujo contraste (condição para diferenciação) é flexível, especialmente em virtude dos sistemas comunicacionais que surdos e ouvintes forem capazes de manejar.

Assim, a surdez se coloca como uma condição liminar, que pode deslizar em dois sentidos: mais próximo do domínio de códigos ouvintes, ou dos códigos preferenciais dos surdos, aos quais socialmente vão sendo atribuídos juízos de valor. Em dados momentos históricos, o bom alvo seria a oralização; na última década, o padrão excelente tem sido a sinalização – apoiado em processos políticos e legais mais amplos, onde se defende a surdez não apenas como diferença, mas também como cultura particular.

O problema nesta conceituação está em não perceber as variações por trás de seu caráter imediatamente homogeneizante. Os dados de campo mostram que mesmo em um pequeno grupo de surdos de Curitiba, não se pode tomá-los como “fatia social” (*os surdos*), mas indivíduos que vivem e experimentam formas distintas de surdez e relações sociais em suas histórias de vida. A surdez os une, mas em contraste com “n” fatores que os diferenciam. Sua língua organiza e participa do estilo de vida deste grupo na medida em que serve como aporte comum de identificação, mas não limita suas escolhas e auto-definição.

Na gestão social da surdez, há situações que podem levar os indivíduos a vivenciar situações de preconceito (até auto-preconceito) ou de afirmação. Não há surdez essencial, e o “orgulho Surdo” não é uma bandeira homogeneamente defendida, não só na população surda em geral, como o mesmo surdo em diferentes contextos pode acionar aspectos positivos ou negativos de sua condição.

Isso leva ao questionamento se haveria então uma definição para o que é *ser surdo*. Quadros e Perlin afirmam em um artigo: “*ser ouvinte é o contrário de ser surdo*” (QUADROS & PERLIN, 2006:02). Após a pesquisa de campo, arrisco dizer que discordo.

Definitivamente não são sinônimos, tampouco um parcela do outro. Mesmo não vivendo eu mesma a experiência da surdez (assim a maior parte dos teóricos surdos não viveu a experiência de ser ouvinte), o que conluo das experiências relatadas por meus informantes é que *ser surdo* é uma forma possível de ser, em que quanto mais recursos comunicacionais possam ser manejados, tanto melhor – pois garantem aquilo que é a essência da vida em sociedade: o diálogo, a inclusão.

*Ser surdo*, pode-se dizer, é tão somente *ser* de um modo distinto. Tão distante quanto próximo da realidade de um ouvinte. A depender do contexto social, ser surdo é calar, mas também pode ser falar. Como pode ser dançar com os braços no ar, sinalizar, teatralizar, gritar, ou até mesmo ouvir – seja com o tato, seja com os olhos, seja com aparelhos. Não considerando o mero fim utilitário do recurso comunicacional – mas podendo envolver uma postura política (ou a-politizada) de defesa desse mesmo recurso. *Ser surdo*, pode ser *ser* ouvinte. E vice versa. Não implica necessariamente em “*eles x nós*” – como também pode vir a multiplicar os “*eles*”, e fragmentar o “*nós*”. Diante de tantas possibilidades, o que é fato é que *ser surdo* não é *ser* simples, simplório, resumido, primitivo. *Ser surdo* é *ser* complexo, e mesmo assim, ser completo. Tão completo quanto qualquer ser humano pode ser.

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Achilles Ribeiro. Assistência Hospitalar no Rio de Janeiro no Século XIX. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Cultura, 1982.
- ARISTÓTELES. A Política. Livro I. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ARMSTRONG, D. F, STOKOE, W. C. WILCOX, S. E. *Gesture and the nature of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- AMARAL, Rita e COELHO, Antonio Carlos V. Nem Santos nem demônios. Imagem social e auto-imagem dos deficientes físicos em São Paulo. In: Urbanitas Revista Digital de Antropologia Urbana, ano I, vol. 1, n.0. 2003.
- ASSIS SILVA, César Augusto ; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Entre a "cultura surda" e a cura da surdez: análise comparativa das práticas da Igreja Batista e da Igreja Internacional da Graça de Deus. *Revista Cultura y Religión*, v. II, 3, p. 1-17, 2008.
- BELTRÃO, Luiz. Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: Obras escolhidas - I. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. O narrador: Observações sobre a obra de Nikolai Leskow. Trad. M. Carone. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. Textos escolhidos. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- BERGMAN, Brita. WALLIN, Lars. O estudo da língua de sinais na sociedade. Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, p. 9-47, dez., 1992.
- BOAS, Franz. 1858-1942. A formação da antropologia americana 1883-1911. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2004.
- BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação dos surdos. Ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação – elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989, cap. V, p. 107-131.
- \_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: Razões práticas: sobre a teoria da ação. Oeiras: Celta, 1997.
- \_\_\_\_\_. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação de Desporto. Secretaria de Educação Especial. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do ensino Fundamental: Deficiência auditiva. Série Atualidades Pedagógicas nº 04, I, Fascículo I. Brasília: SEESP, 1997.
- BRASIL . Ministério da Justiça, Secretaria dos Direitos Humanos. Declaração de Salamanca e linha



de ação. 2 ed. Brasília: CORDE, 1994.

BRITO, A. M. W. de. DESSEN, M. A. Crianças surdas e suas famílias: um panorama geral. Psicologia: Reflexão e Crítica. 1999. pp. 429-445.

BUSCAGLIA, L. Os deficientes e seus pais. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CAETANO, K.E. Pressupostos linguísticos sobre a aquisição da língua escrita na educação de surdos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

CAMPELLO, Ana Regina Souza e. Aspectos da visualidade na educação de surdos. Florianópolis: UFSC, 2008.

CANEVACCI, Massimo. A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica, identificação e manipulação. *in*: Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976, cap.I, pp.1-31.

\_\_\_\_\_. Identidade catã e ideologia étnica. *in*: Mana. vol.1.n.1. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, outubro de 1995.

CARDOSO E CUNHA, Tito. O Silêncio na Comunicação. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2004.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Negros, estrangeiros. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. *in*: Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

CARNIEL, Fagner. RUGGI, Lennita. Retratos da Surdez: por um perfil da juventude usuária de língua de sinais em Curitiba. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009.

CASTELLS, Manuel. O Espaço de Fluxos *in* A Sociedade em Rede. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006, pp.467-522.

COHN, Clarice. Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá REVISTA DE ANTROPOLOGIA, São Paulo: USP, 2000, V. 43 nº 2.

CORAZZA, Sandra Mara. História da infância sem fim. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000.

COUTO-LENZI, A. Percepção da fala – Teste. Rio de Janeiro: AIPEDA, 1997.

\_\_\_\_\_. Como posso falar: aprendizagem da língua portuguesa pelo deficiente auditivo. Rio de Janeiro: Aula, 1988.

\_\_\_\_\_. Reaprendendo a ouvir. Rio de Janeiro: Artimpres, 2000.

DAWSEY, John C. O Teatro dos “Bóias-Frias”: *Repensando* a Antropologia da Performance. In: Horizontes Antropológicos. N.24, Porto Alegre, 2005.

DOWNS, M. P. e Northern, J. L. Audição em crianças. 3. ed. São Paulo, Manole, 1989.

FABIAN, Johannes. *Time and the other: how anthropology makes its objects*. New York: Columbia University Press, 1983.

Feneis. A Língua de Sinais. Disponível em: <<http://www.Feneis.com.br>> Acesso em 27/03/2010.

FERNANDES, E. *Linguagem e Surdez*. São Paulo: Artmed, 2003.

FERREIRA, G. E. Políticas Públicas nas Atividades dos Movimentos Associativos de pessoas Surdas no Brasil, 1ª parte. *Revista Feneis*. Belo Horizonte, n. 6, p. 16, 2000.

FREEMAN, R. D.; CARBIN, C. F. & BOESE, R. J. (1999). *Seu filho não escuta? Um guia para todos que lidam com crianças surdas*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GELL, A. *The language of the forest: landscape and phonological iconism in Umeda*. In *The anthropology of landscape: perspectives on place and space*, eds E. Hirsch and M. O'Hanlon. Oxford: Clarendon, 1995.

GOLDFELD, M. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. São Paulo: Plexus, 1997.

GÓES, M.C.R. *Linguagem, Surdez e Educação*. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 1999.  
\_\_\_\_\_. SOUZA, R. M. A linguagem e “estratégias comunicativas” na interlocução entre educadores ouvintes e alunos surdos. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, 10 : 59-76, dez. 1998.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.  
\_\_\_\_\_. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* - Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1982.

GOMES, Romeu; MENDONÇA, Eduardo Alves and PONTES, Maria Luiza. As representações sociais e a experiência da doença. *Cad. Saúde Pública*. 2002, vol.18, n.5, pp. 1207-1214.

GRAEFF, Talita Diane. *A relação do surdo com o mercado de trabalho*. Ponta Grossa: UFPE, 2007.

GROCE, Nora Ellen. *Everyone here spoke sign language*. Cambridge: Harvard University Press. 1985.

GUARINELLO, A C. O papel do outro no processo de construção da produção da escrita de sujeitos surdos. 2004. 208f. Tese (Doutorado em Linguística) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

\_\_\_\_\_. *O papel do outro na escrita de sujeitos surdos*. São Paulo: Plexus, 2007.  
\_\_\_\_\_. et al. A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.12, n.3, p.317-330, 2006.

HANNERZ, Ulf. *Transnational Connections: Culture, People, Places*. Londres: Routledge. 1996.  
\_\_\_\_\_. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional, Mana,

3 (1), pp. 7-39. 1997.

\_\_\_\_\_. *Exploring the City*. Inquiries towardan Urban Anthropology. New. York and Guildford, Surrey: Columbia University Press, 1980.

HOWES, D. *The varieties of sensory experience: a sourcebook in the antropology of senses*, ed. D. Howes, Toronto: University of Toronto Press, 1991.

HYDÉN, Lars-Christer. *Illness and narrative*. Sociology of Health & Illness. 1997. 19-69.

IANNI, Octávio. A idéia de Brasil moderno. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. A Sociologia e o mundo moderno *in*: Tempo Brasileiro. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: Editora da USP, 1989.

IHDE, Don. Listening and voice: a phenomenology of sound. Athens, Ohio: Ohio University Press, 1976.

INGOLD, Tim. Pare! Olhe! Escute! Visão, audição e movimento humano. Trad. Ponto Urbe. Ano 2, versão 3.0, julho de 2008.

LABORIT, Emmanuelle. O vôo da gaivota. São Paulo: Best Seller, 1994, pp. 205.

LANE, Harlan. A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 1992.

\_\_\_\_\_. PHILIP, F. (org.) *The deaf experience – Classics in Language and education*. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard university Press, 1984.

LEACH, Edmund. “Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal”. Em: DA MATTA, Roberto (org). Edmund Leach. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1983. p. 170-98.

LE BRETON, David. Do Silêncio. Colecção Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Aula Inaugural. *In*: LIMA, Luiz Costa (org.). *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Petrópolis: Vozes, 1970, pp.57-58.

\_\_\_\_\_. O cru e o cozido: Mitológicas I. São Paulo: Cosac Naify, (1964) 2004.

\_\_\_\_\_. Totemismo Hoje. *In*: Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

LOPES, José de Sousa Miguel. Cultura acústica e cultura letrada : o sinuoso percurso da literatura em Moçambique. *In*: Afroletras. - nº 5. Moçambique, 2000. pp. 38-44.

LULKIN, Sérgio Andrés. O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. *In*: SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. pp. 33-50.

MACHADO, Paulo César. A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. A Rua Quinze de praça a praça: um exercício antropológico.

[online]. in: NAU-Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Disponível em <http://www.n-a-u.org/magnaniruaquinze.html>.

\_\_\_\_\_. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, nº. 1, Abril, 2003.

\_\_\_\_\_. De perto e de dentro: notas para uma antropologia urbana. *RBCS*, vol. 17, n. 49, junho 2002.

\_\_\_\_\_. O lazer na cidade. Texto apresentado ao Condephaat para fundamentar o processo de tombamento do Parque do Povo. São Paulo, 4 de julho de 1994. Disponível on-line via www em: <<http://www.n-a-u.org>>. Consultado em 14 março 2010.

\_\_\_\_\_. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social*. Vol.17, nº2. São Paulo. Nov. 2005.

\_\_\_\_\_. TORRES, L.de L.(Org.) *Na Metrópole*: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996.

\_\_\_\_\_. "Vai ter música"? - para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. *Ponto.Urbe*, v. 1, p. 1, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX no nível mundial. *Revista de Antropologia*, 34, São Paulo: 1991.

MATTOS, Leila Couto. *Educação e Surdez: por uma melhor qualidade de vida*. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

MAUSS, Marcel. *As técnicas do corpo in Sociologia e Antropologia*. São Paulo. Cosac & Naify, 2003.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre a Dádiva. *in Sociologia e Antropologia*. São Paulo. Cosac & Naify, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1995.

MCLUHAN, Marshall. *A galáxia Gutenberg*. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

MEDEIROS, Paulo de Tarso C. *A aventura da Jovem Guarda*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

MELLO, Anahí G. O modelo social da surdez: um caminho para a surdolândia? *Mosaico Social – Revista do Curso de Ciências Sociais da UFSC*, Florianópolis: Fundação Boiteux, ano 3, dez. 2006. pp. 55-75.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. *Declaração de Salamanca (verbete)*. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

MONTEIRO, Allan R. A. *Depois do Meio Ambiente: mudança social em uma Unidade de Conservação Ambiental*. 2002, 250p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de

Antropologia/IFCH, Unicamp, Campinas, 2002.

MONTEIRO, Myrna Salerno. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.292-302, jun. 2006.

MORAIS, Susana. Comunicação e Estranheza: contingências da intersubjetividade. Universidade da Beira Interior, 2009.

MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

NASCIMENTO, Lilian Cristiane Ribeiro. Fonoaudiologia e surdez: uma análise dos percursos discursivos da prática fonoaudiológica no Brasil. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, UNICAMP. 2002.

NORTHERN, J. DOWNS, M. P. Hearing in children. Baltimore: Williams & Wilkins, 1991.  
 \_\_\_\_\_. Hidalgo: *History as social drama*. In: TURNER, Victor. *Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca: Cornell University Press, 1974. pp. 98-155.

OSAVA, Mário. A inclusão de crianças Surdas ao sistema educacional. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

PEIRANO, Mariza. Antropologia no Brasil (Alteridade contextualizada) in: Sergio Miceli (org.) *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995) – Antropologia*. São Paulo/Brasília: Ed. Sumaré. ANPOCS/Capes, 1999. pp 225-253.

PERLIN, G. T. T. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. (org.) *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

POLI, Maria Cristina. ROSA, Miriam Debieux Rosa. Experiência e linguagem como estratégias de resistência. *Revista Psicologia & Sociedade*; V. 21 Edição Especial: 5-12. São Paulo: PUC, 2009.

ONG, WALTER. *The presence of the word*. New Haven, Yale University Press, 1977.  
 \_\_\_\_\_. *World as a view and world as a event*. In: *American Anthropologist*, nº 71, 1969, pp 634-647.  
 \_\_\_\_\_. *Orality and literacy*. Nova York: Methuen, 1982.

QUADROS, Ronice Müller. Educação de surdos: a aquisição de linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de. & PERLIN, Gladis. Ouvinte: O oposto do Ser Surdo. Florianópolis,: UFSC, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Relatos Oraís: do indizível ao dizível. In: *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, pp. 14-43.

ROCHA, S. Histórico do INES. Espaço - Informativo Técnico-Científico INES. Edição comemorativa, 140 anos. Belo Horizonte: Littera, 1997.

RÉE, Jonathan. *I See a Voice: A Philosophical History of Language, Deafness and the Senses*.

Londres: HarperCollins. 1999.

SÁ, Nídia Limeira de. *Cultura, Poder e Educação de Surdos*. Manaus: INEP, 2002

SACKS, Oliver. *Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo. Cia das Letras, 2007.

SALLAS, A. L. F. (et al). *Os Jovens de Curitiba: esperança e desencantamentos*. Brasília: Edições UNESCO, 1999.

SANTANA, A.P. *Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Editora Plexus, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: *Revista Nacional de Reabilitação*, ano V, n. 24, jan./fev. 2002.

SKLIAR, C. (org.) *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. Vol. 2, Porto Alegre: Mediação, 1999.

\_\_\_\_\_. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In C. Skliar (org.) *Educação e Exclusão*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

\_\_\_\_\_. *A Surdez, um olhar sobre as diferenças*. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

SOARES, R. M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 5-17, 2004.

\_\_\_\_\_. *Que palavra que te falta?* São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SEEGER, A. O significado dos ornamentos corporais. In: *Os índios e nós*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. pp. 43-57.

\_\_\_\_\_. *Why Suyá sing: a musical anthropology of an Amazonian people*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SOUSA, S. M. G. & Peres, V. L. A. Famílias de camadas populares: um lugar legítimo para a educação/formação dos filhos. *O Social em Questão*. 2002. ano VI, 7, pp. 63-74.

SOUZA, D. L.; SOUZA, P.L. Representações de surdos no contexto da relação empregado-empregador. Monografia (Curso de Especialização em Educação Especial). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2004.

SQUARIZ, Fernanda Silveira. *Estudos da Comunidade Surda*. Início: 2008. Iniciação científica (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo, Ensinar com Pesquisa - Pro Reitoria de Graduação USP.

STOLLER, Paul. Sound and things: pulsations of power in Songhay. In: LADERMAN, C.; ROSEMAN, M.(Org.). *The performance of healing*. New York, London: Routledge, p. 161-182, 1966.

STRNADOVÁ, Vera. *Como é ser Surdo*. Petrópolis: Babel Editora. 2000.

STROBEL, Karin Lilian. *Surdos: Vestígios culturais não registrados na história*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2008.

- SUTTON, Valerie; Batch, Lucinda et al. *Lessons n Sign Writing*. 2ª ed. The Deaf Action Committee for Sign Writing. DAC: La Jolla, 1995.
- \_\_\_\_\_. SIGNWRITING: manual. Disponível na Internet. On-line.<http://www.signwriting.org>
- SVARTHOLM, Kristina. Bilinguismo dos surdos. *In: SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos*. 2. v. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 15-24.
- TAKAHASHI, Luciene. *Jornal Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 26/09/1999, Domingo. Caderno das Reportagens.
- TURNER, Victor. *Social dramas and ritual metaphors*. *In: TURNER, Victor. Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca: Cornell University Press, 1974. p. 23-59.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais, Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 7 a 10 de Junho. 1994.
- VAN GENNEP, Arnold. Os ritos de passagem. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977. (1909)
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In: A Aventura Sociológica* (org. E Nunes). Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 36-46.
- \_\_\_\_\_. Individualismo e Cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VIADER, Maria Del Pilar F. *La comunicati6n de los nin6s sordos. Interaci6n comunicativa padres-hijos*. Barcelona, Cnse e Fundaci6n Once, 1996, 302p.
- VILHALVA, Shirley. *Despertar do sil6ncio*. Petrópolis: Arara Azul, 2004. Coleção Cultura e Diversidade.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, Apr. 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132002000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100005&lng=en&nrm=iso)>. acessado em 27 Maio 2010.
- WITKOSKI, Sílvia Andreis. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. *Revista Brasileira de Educaç6o*. 2009, vol.14, n°42.
- WRIGHT, D. *Deafness: a personal account, new edition*. London: Faber and Faber. 1990.
- ZUCKERKANDL, V. *Sound and Symbol: music ans the external world*, trans. W. R. Trask. Bollingen Series, 1956.
- ZYCHEM, Anizia Costa. Avaliação do processo de escolaridade de pessoas Surdas: sua interaç6o no contexto social. Unicamp: Campinas, 2003.

**ANEXO I**

**CD contendo vídeos etnográficos**



**ANEXO II**

**Ata de Extinção da Feneida e fundação da Feneis.**

**ANEXO III**

**Folder de Material Lúdico desenvolvido por Marco Antônio Arriens  
em parceria com a Indústria de brinquedos Xalingo**